

Dez 2003



CENÁRIOS DE
DESENVOLVIMENTO E
PROJECCÕES
DEMOGRÁFICAS
DO CONCELHO
DE ANSIÃO

Volume II

Carta Educativa de Ansião



FICHA TÉCNICA

A Carta Educativa do Concelho de Ansião cuja elaboração foi coordenada pelo *Eng.º João Primitivo Ferreira* envolveu a colaboração dos seguintes elementos:

Câmara Municipal de Ansião:

Sr. Presidente Dr. Fernando Ribeiro Marques

Sr. Vereador Prof. Fernando Inácio Medeiros

Sr. José Alberto

Neoterritório:

Eng.º João Primitivo Ferreira

Eng.ª Sandra Ferreira

Dr.ª Sónia Ferreira

Eng.º Hugo Mendes

Dr. Manishanker Bhatt

NEOTERRITÓRIO – PLANEAMENTO E ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO LDA.

www.neoterritorio.com

geral@neoterritorio.com

ÍNDICE GERAL

CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	5
Análise Sincrónica – Diagnóstico do Presente	5
Análise Global – Demografia e Qualificação Populacional	5
Demografia e o Sistema Educativo	9
Análise Global – Investimento.....	11
Análise da Especificidade da Economia Regional.....	19
Análise Global – Economia Portuguesa	25
Análise Local – O Concelho de Ansião e a NUT III do Pinhal Interior Norte	26
Síntese	27
Análise Diacrónica – O Exercício Prospectivo	28
Tendências Pesadas	30
Variáveis Incertas	31
Exploração dos Cenários – Convergência Global.....	33
Exploração dos Cenários – Fracasso da Globalização.....	36
Exploração dos Cenários – Domínio Atlântico	38
Síntese	40
PROJECCÕES DEMOGRÁFICAS.....	42
Projecção Demográfica em Crescimento Natural	42
Projecções Demográficas Prospectivas.....	50
Análise das Migrações	50
Análise dos Indicadores Demográficos.....	55
Variáveis Incertas – Indicadores Demográficos	56
Variáveis Incertas – Migrações.....	57
Desenvolvimento das Projecções Demográficas Prospectivas.....	61
SÍNTESE.....	75

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura II. 1 – Variações Demográficas.....	6
Figura II. 2 – Qualificações Superiores da População	8
Figura II. 3 – Investimento e Capitação PEDIP e Outros Sistemas de Incentivo	13
Figura II. 4 – Investimento e Capitações do PEDIP por Sector de Actividade.....	14
Figura II. 5 – Investimento e Capitação do POE.....	16
Figura II. 6 – Investimento POE por Sector de Actividade.....	17
Figura II. 7 – Especialização Económica Regional	20
Figura II. 8 – Especialização Económica Regional	21
Figura II. 9 – Especialização Económica Regional	22
Figura II. 10 – Sistemas Territoriais de Maior Dinâmica.....	27
Figura II. 11 – Cenários Prospectivos.....	34
Figura II. 12 – Evolução dos Nados Vivos por Freguesia.....	43
Figura II. 13 – Evolução dos Nados Vivos por Grupo Etário	43
Figura II. 14 – Evolução dos Óbitos	44
Figura II. 15 – Síntese das Projecções em Crescimento Natural.....	49
Figura II. 16 – Evolução dos Imigrantes Residentes	51
Figura II. 17 – Origem da Imigração	52
Figura II. 18 – Autorizações de Permanência.....	53
Figura II. 19 – Evolução da Natalidade e Mortalidade	55
Figura II. 20 – Evolução da Mortalidade Infantil.....	56
Figura II. 21 – Evolução da Concessão de Licenças de Utilização.....	60
Figura II. 22 – Evolução das Taxas de Imigração e Emigração.....	64
Figura II. 23 – Evolução da População do Concelho	66
Figura II. 24 – Evolução da População Escolar por Nível de Ensino	72
Figura II. 25 – Evolução da População Escolar	73
Figura II. 26 – Evolução da População Escolar por Freguesia.....	74

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro II. 1 – Variação da População em Idade Escolar.....	9
Quadro II. 2 – Estimativa da População Escolar para 2006.....	10
Quadro II. 3 – Síntese do Abandono Escolar.....	10
Quadro II. 4 – Síntese das Taxas de Repetência	11
Quadro II. 5 – Diferentes Abordagens para Análises Económicas.....	25
Quadro II. 6 – Quocientes de Localização	26
Quadro II. 7 – População Residente Estimada.....	45
Quadro II. 8 – Taxas Médias de Natalidade	46
Quadro II. 9 – Taxas Médias de Mortalidade	47
Quadro II. 10 – Taxa Média de Sobrevivência	48
Quadro II. 11 – Distribuição dos Imigrantes por Distrito	51
Quadro II. 12 – Movimentos Migratórios em Ansião	54
Quadro II. 13 – Fogos Construídos entre 1996 e 2003	59
Quadro II. 14 – Distribuição da População Associada aos Movimentos Migratórios por Grupos Etários	62
Quadro II. 15 – Distribuição Etária da População Imigrante após 2005/2006.....	63
Quadro II. 16 – Distribuição Espacial da População Imigrante.....	63
Quadro II. 17 – Distribuição Espacial da População Emigrante.....	64
Quadro II. 18 – Projecções da População Escolar por Níveis de Ensino.....	68

CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO

Análise Sincrónica – Diagnóstico do Presente

Análise Global – Demografia e Qualificação Populacional

Entre 1991 e 2001, Portugal aumentou a sua população em 5%¹. Em termos genéricos, este aumento populacional bastante descontínuo concentrou-se especialmente nos Concelhos litorais e em alguns Concelhos do Interior, na sua maioria, capitais de distrito como demonstra a figura II.1².

Os Censos de 2001 revelam claramente que existe uma relação estreita entre interioridade e decréscimo populacional que se torna cada vez mais expressiva à medida que se caminha para o interior de Portugal. Comprovando tal facto, as regiões com as mais baixas dinâmicas populacionais são as regiões do interior Norte, com a excepção de alguns Concelhos que possuem cidades de média dimensão e que têm adquirido um papel estruturante na região em que se circunscrevem. No outro lado do espectro, os núcleos das grandes áreas metropolitanas (Lisboa e Porto) registam também uma regressão demográfica considerável, fruto das relações de ecologia urbana que se estabelecem nos centros das grandes cidades.

Na região Centro a relevância da forte dinâmica demográfica encontra-se circunscrita, para além das tradicionais faixas litorais, a um conjunto de cidades que estabelecem um corredor entre os Concelhos de Viseu, Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco.

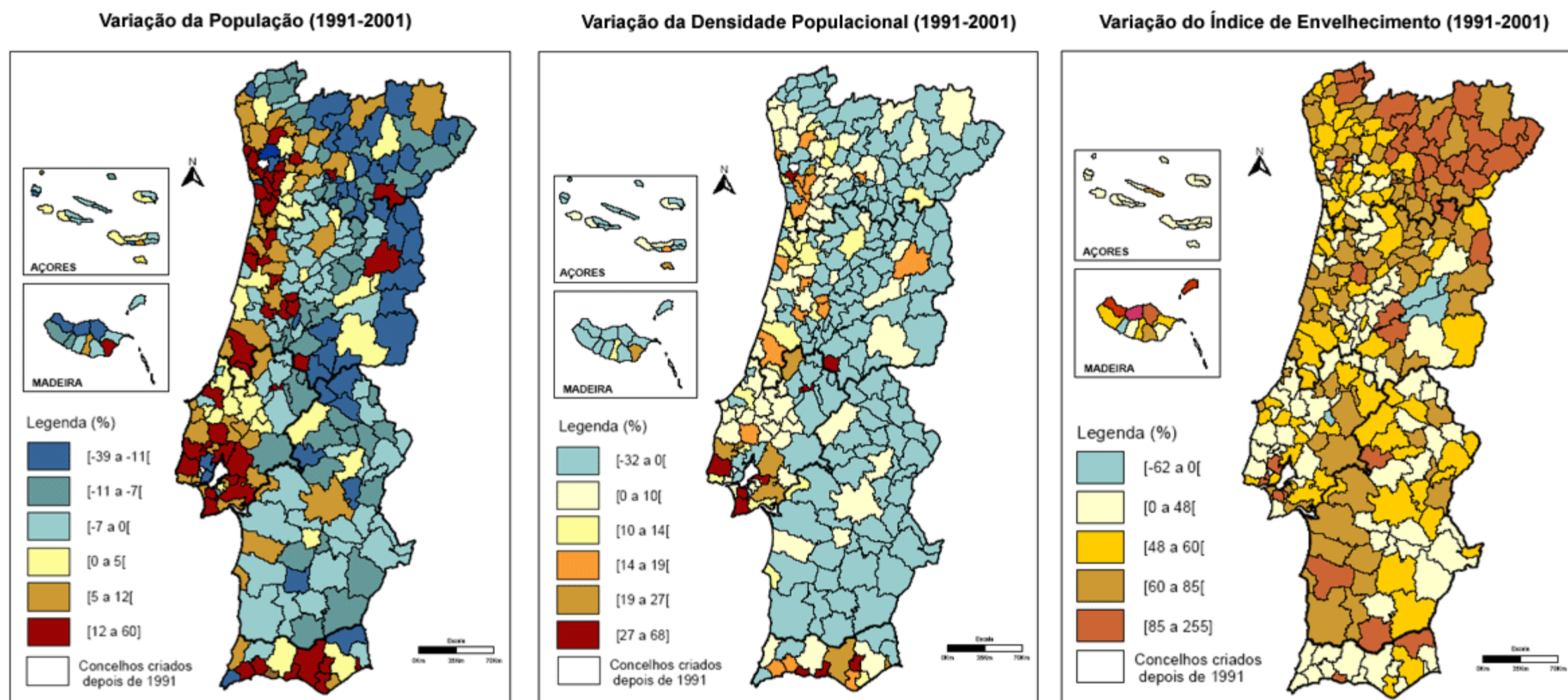
Existe uma outra dinâmica populacional digna de registo que se prende com o aumento populacional de alguns Concelhos limítrofes com as capitais de distrito, especialmente na Região Centro. Nestes Concelhos, o crescimento migratório parece ser o factor determinante para o aumento populacional, devendo-se às migrações pendulares associadas às deslocações casa-trabalho que se tornam cada vez mais evidentes devido ao preço das habitações nestes Concelhos ser mais acessível.

Acompanhando o crescimento populacional, a densidade populacional cimenta as indicações da variação populacional no território verificando-se uma crescente litoralização e uma densificação dos Concelhos limítrofes às capitais de distrito, em particular no litoral da Região Centro.

¹ Fonte: INE, Censos 2001.

² Os indicadores demográficos de base para a elaboração das figuras encontram-se em anexo I.

Figura II. 1 – Variações Demográficas



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A estrutura demográfica da população Portuguesa sofreu nas últimas duas décadas alterações profundas, sendo disso prova um aumento significativo da população idosa (figura II.1). Nos Censos de 2001 a população idosa havia ultrapassado pela primeira vez o número absoluto de jovens³, existindo nesse momento censitário 103 idosos para cada 100 jovens⁴. O envelhecimento sofrido possui 2 vertentes distintas: um envelhecimento pelo topo da pirâmide, onde se regista um número cada vez maior de idosos; e um envelhecimento pela base da pirâmide, onde o número de jovens é cada vez menor. Esta tendência demográfica, pelas suas implicações estruturantes, tem profundos impactos ao nível dos sistemas sociais e financeiros, afectando também os sectores económicos e a definição de estratégias e políticas públicas.

O envelhecimento da população é mais evidente nas regiões do interior Norte e Centro de Portugal. Uma vez mais, a evolução do índice de envelhecimento acompanha o fenómeno da litoralização, ou seja, é nos Concelhos mais litorais onde se regista menor envelhecimento demográfico e um maior potencial demográfico, concentrando-se nestas regiões o maior número de jovens. Refira-se que apenas 4 Concelhos de Portugal Continental registaram uma regressão do índice de envelhecimento: Fundão, Belmonte, Covilhã e Alpiarça.

Tendo em conta os três aspectos de análise demográfica que se encontram representados na figura II.1, a dicotomia litoral-interior não evidencia tanta significância como nos casos de análises que contemplem uma só variável. Para além de uma dinâmica crescente das cidades médias do Norte e do Centro, o Alentejo denota em alguns Concelhos do seu interior uma dinâmica que se encontra um pouco acima daquilo que se poderia considerar uma dinâmica demográfica baixa ou reduzida. Estas dinâmicas emergentes são mais assinaláveis nas capitais de distrito, como sejam Évora e Beja, mas também se podem encontrar em Concelhos fronteiriços e litorais.

No âmbito da qualificação da população, a análise da dinâmica do ensino superior adquire especial importância nesta secção da Carta Educativa de Ansião pois os estabelecimentos de ensino superior e a população com educação superior constituem um forte factor de dinamização territorial, tanto pelo seu efeito polarizador na fixação da população mas também no efeito dinamizador das actividades económicas.

No ano lectivo 2000/2001 encontravam-se inscritos no ensino superior 378 161 indivíduos, o que representava um acréscimo de 25.8% em relação aos mesmos dados do ano lectivo de 1994/1995⁵. Grande parte destes alunos é captada pelas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (figura II.2⁶), onde se concentram as maiores e mais diversificadas instituições de ensino superior do País. Contudo, para além de ser notório algumas dinâmicas locais dispersas de ensino superior, existem ainda os pólos de Coimbra (com 33 581 alunos inscritos), Braga e Aveiro, por ordem de importância respectivamente. São estes pólos juntamente com as dinâmicas locais de ensino superior que têm contribuído para a dinamização demográfica e económica das regiões onde se inserem.

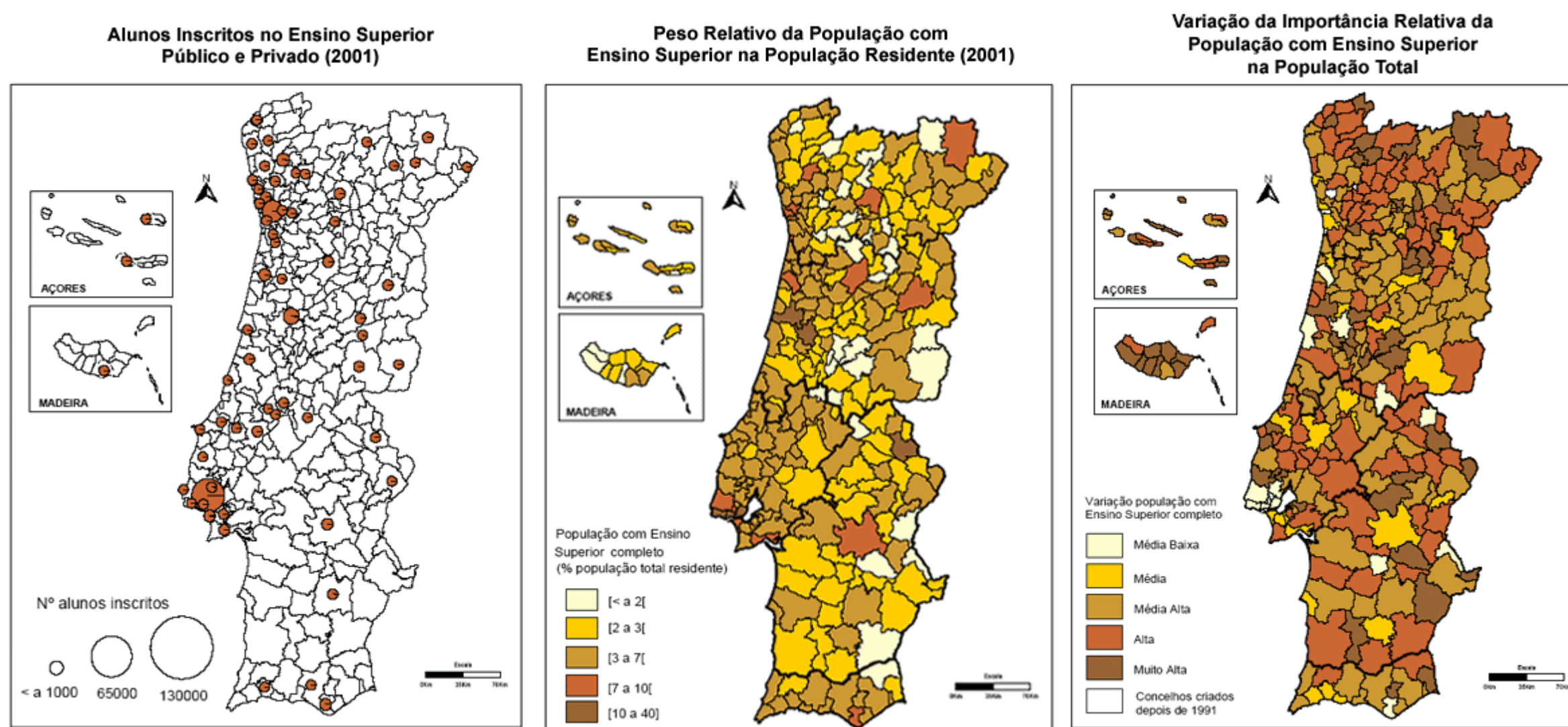
³ Indivíduos com idades inferiores a 15 anos.

⁴ Fonte: INE, Censos 2001.

⁵ Fonte: Direcção Geral do Ensino Superior.

⁶ Os dados estatísticos de base da elaboração da figura encontram-se dispostos em anexo II.

Figura II. 2 – Qualificações Superiores da População



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Direcção Geral do Ensino Superior

Outro indicador importante é o aumento da população inscrita no ensino superior, onde as taxas mais significativas se registam nos Concelhos mais interiores. Se a este indicador juntarmos o peso relativo que a população residente com ensino superior completo em 2001 tem na população residente total (figura II.2) verifica-se que existe já uma tendência homogeneizadora do território, embora não se consiga identificar um padrão consistente.

Mais esclarecedor é, sem dúvida, a figura da variação (em relação aos níveis de 1991) da importância relativa da população detentora de grau académico superior. As maiores variações positivas são assinaladas nos Concelhos do interior, ao passo que as áreas metropolitanas apresentam pequenas variações de população com ensino superior completo, isto porque era já nestas onde se verificava maior concentração no passado.

Existe, de facto, uma relação entre a dinamização demográfica e a atracção que estes estabelecimentos de ensino exercem sobre as populações mais jovens. Foi esta atracção que contribuiu para o desenvolvimento de Concelhos do interior como o Fundão, Covilhã, Bragança, Chaves, Viseu, Évora ou Portalegre. Por outro lado, é também nos Concelhos do interior que se registam as maiores taxas de variação de população com graus académicos superiores e que, embora não possuam nenhum estabelecimento de ensino superior sediado, o aumento da qualificação da sua população contribuiu para um maior desenvolvimento da região.

Demografia e o Sistema Educativo

No universo da elaboração de uma Carta Educativa, tão importante quanto o conhecimento das dinâmicas demográficas e de qualificações académicas é saber qual o impacto que essas dinâmicas irão ter no sistema de ensino, em particular a dinâmica demográfica.

Um dos problemas que já afecta actualmente o sistema educativo em Portugal, e que continuará a exercer os seus efeitos, é o da redução substancial da população escolar em consequência dos desequilíbrios da pirâmide etária (como é facilmente constatável na figura II.1 – variação do índice de envelhecimento) e de uma reduzida taxa de natalidade.

Quadro II. 1 – Variação da População em Idade Escolar

	1991	2001	Variação (%)	Diferença Absoluta
6-9 anos	494 495	406 428	- 18	- 88 067
10-11 anos	277 757	213 368	- 23	- 64 389
12-14 anos	457 871	330 128	- 28	- 127 743
15-17 anos	484 535	372 523	- 23	- 112 012
Total 6-17 anos	1 714 658	1 322 447	- 23	- 392 211
População Total	9 375 926	9 869 343	5	493 417

Fonte: Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Planeamento e Prospectiva

Como se pode observar, desde 1991 Portugal perdeu 392 211 indivíduos em idade escolar, o que terá repercussões no reordenamento da rede escolar e no desemprego dos professores. Apesar de se registar um aumento de 5% na

população este dado estatístico apenas está relacionado com o aumento da esperança de vida resultando numa maior longevidade da população idosa, e como tal não significa um aumento uniforme da população, em concreto um aumento que se reflecta nas camadas mais jovens. Outro dado importante desta análise que não poderá deixar de ser alvo de estudo é o facto de Portugal ter recebido na década de 90 cerca de 405 000⁷ indivíduos provenientes de imigração, situação que se deverá manter no curto prazo. Apesar de tal imigração ser benéfica para o equilíbrio da estrutura etária populacional, uma vez que a imigração é feita maioritariamente por adultos jovens que trazem consigo as suas famílias, propõe um novo desafio ao sistema educativo Português no sentido em que este terá que se agilizar nos métodos e meios de ensino para que possa responder às necessidades das crianças e adultos oriundos de outros países.

Quadro II. 2 – Estimativa da População Escolar para 2006

	2001	2006	Variação (%)	Diferença Absoluta
6-9 anos	406 428	410 199	+ 1	+ 3 771
10-11 anos	213 368	199 680	- 6	- 13 688
12-14 anos	330 128	315 292	- 4	- 14 836
15-17 anos	372 523	328 660	- 12	- 43 863
Total 6-17 anos	1 322 447	1 253 831	- 5	- 68 616

Fonte: Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Planeamento e Prospectiva

Em virtude do ligeiro aumento que se tem verificado nos últimos anos da taxa de natalidade e da imigração registada, a faixa etária dos 6 aos 9 anos irá sofrer um pequeno aumento no número de indivíduos. Não obstante, as taxas de natalidade no início da década de noventa foram reduzidas o que se traduziu num decréscimo da população jovem no final da década e que se fará sentir em meados da primeira década do século XXI resultando ainda na diminuição da população entre os 15 e os 17 anos de idade.

Em auxílio à resolução do problema da diminuição da população escolar, a questão do abandono escolar sofreu melhoras significativas desde 1991 contudo, as taxas de repetência são agora o próximo desafio.

Quadro II. 3 – Síntese do Abandono Escolar

	Número de Abandonos	População na Faixa Etária	Taxa de Abandono (%)
10 anos	23	106 693	0.0
11 anos	1 538	106 675	1.4
12 anos	1 842	108 082	1.7
13 anos	2 345	108 904	2.2
14 anos	3 823	113 142	3.4
15 anos	8 303	116 662	7.1
Total 10-15 anos	17 874	660 158	2.7

Fonte: Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Planeamento e Prospectiva

As faixas etárias entre os 14 e os 15 anos são as que apresentam maiores taxas de abandono atingindo cerca de 70% do total dos abandonos escolares. Na sua globalidade a taxa de abandono escolar sofreu uma redução de 9.8% desde 1991,

⁷ Dados do Instituto Nacional de Estatística.

mas pese o seu valor reduzido, quando analisados os números absolutos, estes não poderão deixar de evidenciar preocupação.

Ultrapassado o grande problema do abandono escolar, eis que surge o desafio do aproveitamento escolar. O sucesso escolar dos estudantes portugueses é diminuto quando comparado com os congéneres europeus.

Quadro II. 4 – Síntese das Taxas de Repetência

	Menos de 10 anos	10 – 11 anos	12 – 14 anos	15 – 17 anos
1º Ciclo	374 292 (79%)	67 383 (14%)	13 742 (3%)	3 824 (1%)
2º Ciclo	3 995 (2%)	140 340 (54%)	92 997 (36%)	13 983 (5%)
3º Ciclo	0	4 084 (1%)	206 612 (63%)	86 021 (26%)

Fonte: Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Planeamento e Prospectiva

Constata-se que o ciclo de estudos do ensino básico que possui o índice de aproveitamento mais positivo é o 1º ciclo, a partir do qual se observa uma taxa de repetência elevada que atinge os 36% dos indivíduos que frequentam o 2º ciclo e 26% dos indivíduos que frequentam o 3º ciclo. O aproveitamento escolar, ou o tema mediaticamente conhecido como o insucesso escolar, constituirá outro desafio que o sistema educativo terá que ultrapassar.

Outro problema reside nas elevadas taxas de analfabetismo que caracterizam a população Portuguesa, que embora apenas tenha expressão residual entre as faixas etárias mais jovens, constitui um sério problema entre a população mais idosa, particularmente entre as mulheres das regiões mais interiores e remotas, e a que deverá ser prestada a devida atenção.

Análise Global – Investimento

No âmbito da análise do dinamismo empresarial, o estudo dos investimentos aprovados ao abrigo do 2º e 3º Quadro Comunitário de Apoio⁸ fornece uma ferramenta útil para a quantificação e qualificação do dinamismo económico das regiões. Para tal, serão estudados os dados do 2º Quadro Comunitário de Apoio referentes ao Programa Estratégico de Dinamização da Indústria Portuguesa (PEDIP⁹) e de outros programas de apoio ao desenvolvimento industrial como sejam o SIR¹⁰, o RIME¹¹, o ICPME¹², e o RETEX¹³. São ainda analisados os programas PROCOM¹⁴ e o SIFIT¹⁵, no âmbito do Comércio e Turismo respectivamente.

⁸ Os dados base apresentam-se em anexo III.

⁹ Os dados do PEDIP são referentes ao intervalo 1994-1999.

¹⁰ Sistema de Incentivos Regionais.

¹¹ Regime de Incentivos às Micro Empresas.

¹² Programa de Iniciativa Comunitária para Pequenas e Médias Empresas.

¹³ Programa de Iniciativa Comunitária para Regiões Fortemente Dependentes do Sector Têxtil e Vestuário.

¹⁴ Programa de Apoio à Modernização do Comércio.

¹⁵ Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo.

Os dados do 3º Quadro Comunitário de Apoio referentes ao Programa Operacional da Economia (POE¹⁶) contemplam os investimentos relacionados com os programas SIPIE¹⁷ e SIME¹⁸.

Ressalve-se que o estudo é referente a dados do Ministério da Economia de projectos aprovados e não corresponde a um estudo efectivo do investimento realizado no tecido produtivo, pois a disponibilidade de informação estatística é escassa. Considera-se contudo, que o padrão dos investimentos aprovados no âmbito das iniciativas comunitárias se aproxima do padrão dos investimentos realizados.

A figura II.3 demonstra existir um maior investimento nas faixas litorais do Centro e Norte, para além das principais áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Em todo o território nacional apenas 7 concelhos não foram abrangidos por investimentos aprovados neste âmbito (se não considerarmos os concelhos de Odivelas, Trofa e Vizela, de criação recente). Foram eles Freixo de Espada à Cinta, no Norte, Alvito, no Alentejo, e os concelhos açorianos de Corvo, Lajes das Flores, Lajes do Pico, Lagoa e Nordeste.

O concelho de Palmela observou o maior volume de investimentos aprovados, o que derivou do facto de ter sido este concelho o que mais investimento aprovado absorveu do PEDIP entre 1994 e 1999. No extremo oposto, entre os concelhos com os mais baixos níveis de investimento aprovado no âmbito do QCA II, destaque para o Crato, Santana, Calheta (Açores), Alfândega da Fé e Gavião.

Apesar de em alguns Concelhos o investimento aprovado possa ser considerado avultado, como seja o caso da Marinha Grande, Aveiro e Figueira da Foz, entre outros, quando analisados estes investimento numa relação *per capita*, verifica-se que os investimentos aprovados são, na sua grande maioria, difusos. Mais uma vez, as faixas litorais são privilegiadas nos investimentos mas a maioria dos Concelhos, quer sejam do interior ou do litoral, não ultrapassam uma capitação de 1 500 Euros por habitante.

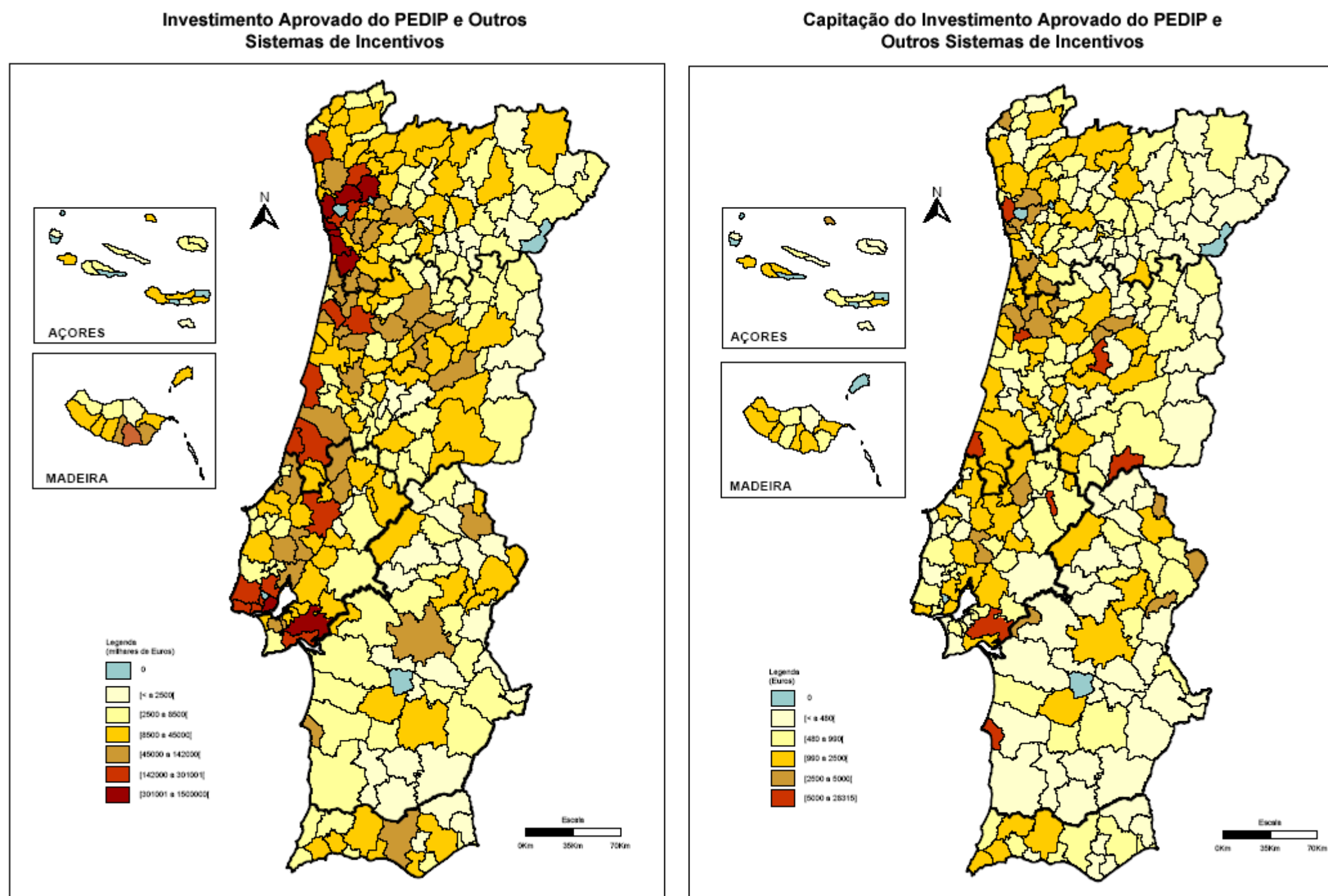
Foram 8 os concelhos que lideraram as capitações da agregação do PEDIP II e outros sistemas de incentivos. Palmela concentrou os maiores investimentos aprovados *per capita*; a uma longa distância deste concelho, surgiram os concelhos de Constância, Marinha Grande, Vila Velha de Ródão, Vila do Conde, Oliveira do Bairro, Sines e Oliveira do Hospital.

¹⁶ Os dados do POE são referentes aos projectos aprovados até Setembro de 2002.

¹⁷ Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais.

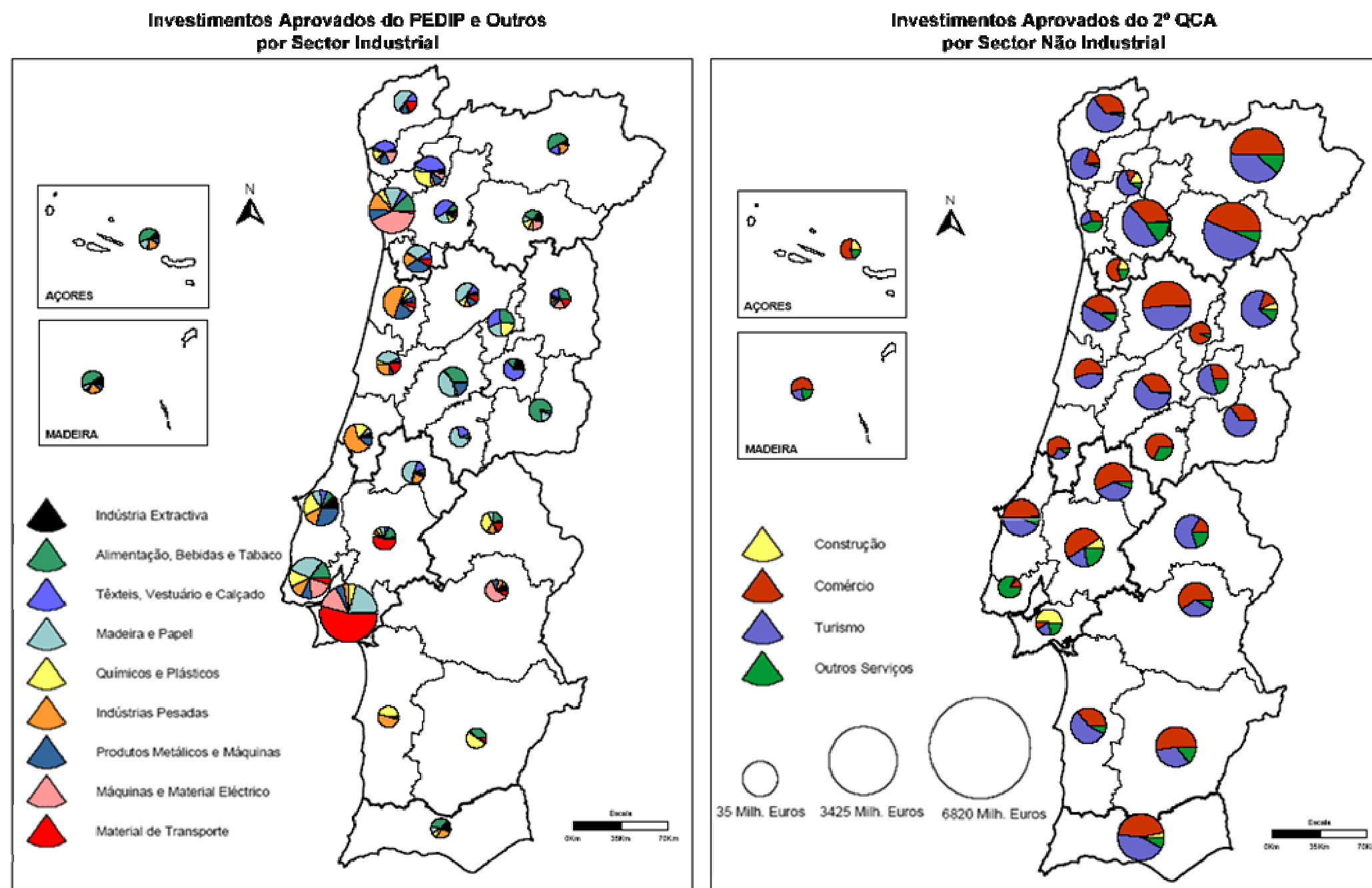
¹⁸ Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial.

Figura II. 3 – Investimento e Captação PEDIP e Outros Sistemas de Incentivo



Fonte: Ministério da Economia e Ministério das Finanças

Figura II. 4 – Investimento e Capitações do PEDIP por Sector de Actividade



Fonte: Ministério da Economia e Ministério das Finanças

Em termos dos sectores industriais (figura II.4) mais abrangidos pelos investimentos aprovados do PEDIP e de Outros Sistemas de Incentivos, destacam-se os sectores da madeira e do papel (sobretudo na região do Pinhal Interior Norte), do material de transporte (Península de Setúbal), das indústrias pesadas (Baixo Vouga) e das máquinas e material eléctrico (Grande Porto). A indústria extractiva continuou a ser o sector industrial que absorveu menor volume de investimento aprovado ao abrigo dos programas de apoio referidos.

Quando analisado em termos de sectores não industriais (figura II.4), o investimento aprovado vai em grande parte para o turismo e comércio, onde as regiões do interior Norte e Centro desempenharam um papel preponderante na distribuição do investimento aprovado. O maior investimento aprovado no Turismo registou-se na região do Douro (cerca de 9,9% do investimento aprovado nacional neste sector). Quanto ao Comércio, foi na região de Alto Trás-os-Montes que se concentrou a maioria dos investimentos aprovados neste sector (9,8% do investimento nacional aprovado neste sector). Os investimentos aprovados no âmbito do sector de Outros Serviços assumiram um papel importante na estrutura dos investimentos aprovados absorvidos pela região da Grande Lisboa: representam cerca de 81% dos investimentos totais aprovados em sectores não industriais dirigidos para esta região. Por último, o investimento aprovado no sector da Construção concentrou-se sobretudo nas regiões Península de Setúbal, Lezíria do Tejo e Beira Interior Norte (respectivamente, com cerca de 35%, 18% e 11% do investimento nacional aprovado dirigido a este sector). Nas demais regiões, os investimentos aprovados no âmbito deste sector não industrial foram pouco representativos ou mesmo nulos.

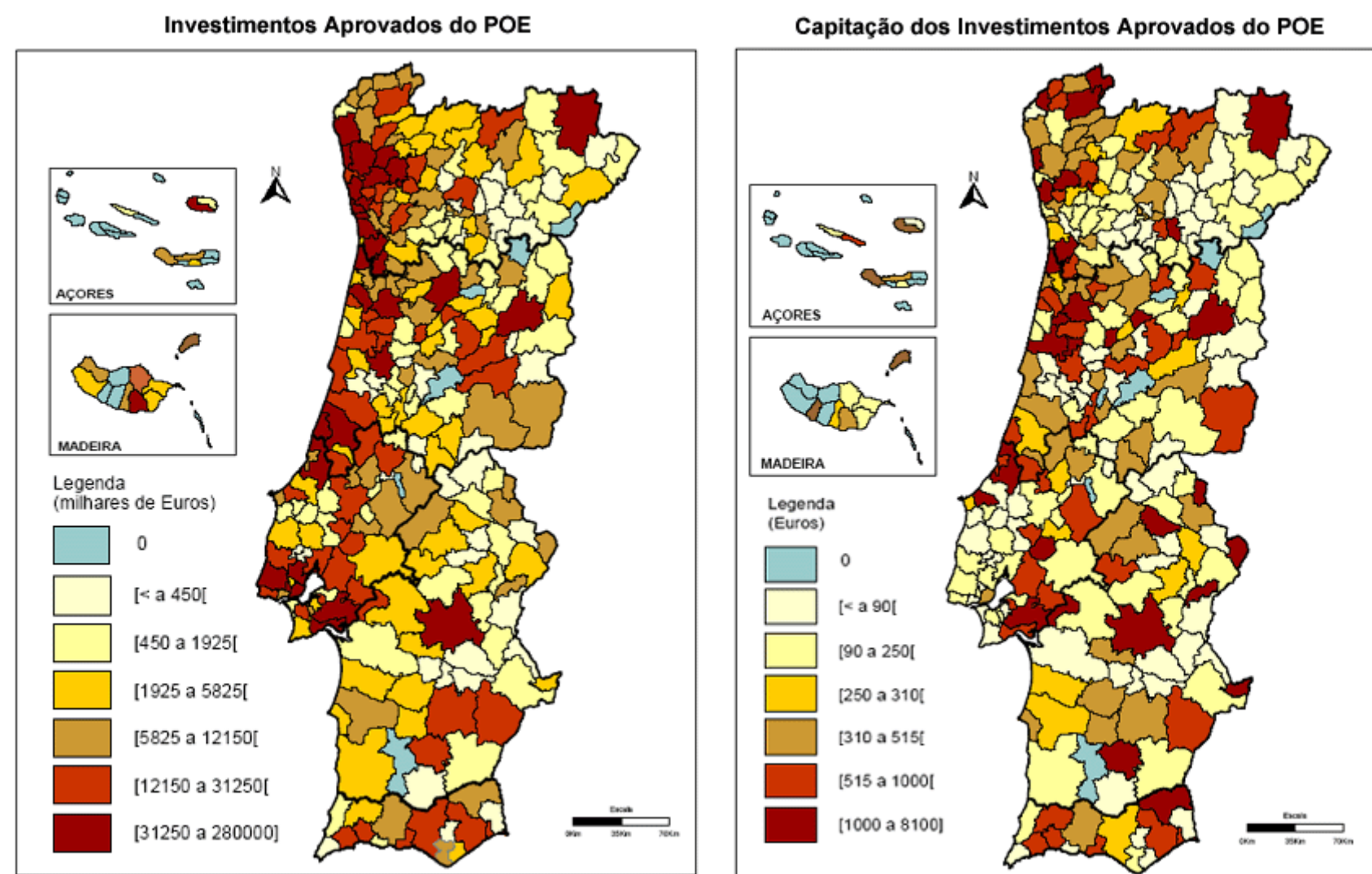
No contexto do 3º Quadro Comunitário de Apoio é visível uma grande concentração de investimentos aprovados na faixa litoral assim como alguns investimentos importantes em Concelhos mais interiores. No litoral, saliente-se a concentração de investimentos aprovados em três “manchas” de concelhos:

- A faixa entre Viana do Castelo e Aveiro-Águeda, com destaque para concelhos como Vila do Conde, Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Porto e Braga;
- Na região Centro, a faixa entre Leiria, Marinha Grande e Alcobaça;
- A Área Metropolitana de Lisboa, com destaque na margem Norte para os concelhos de Sintra, Loures e Lisboa e, na margem Sul, para os concelhos de Palmela e Setúbal.

Em termos de NUT II são as regiões do Norte, Lisboa e Vale do Tejo e Centro que concentram os maiores volumes de investimento aprovado do POE.

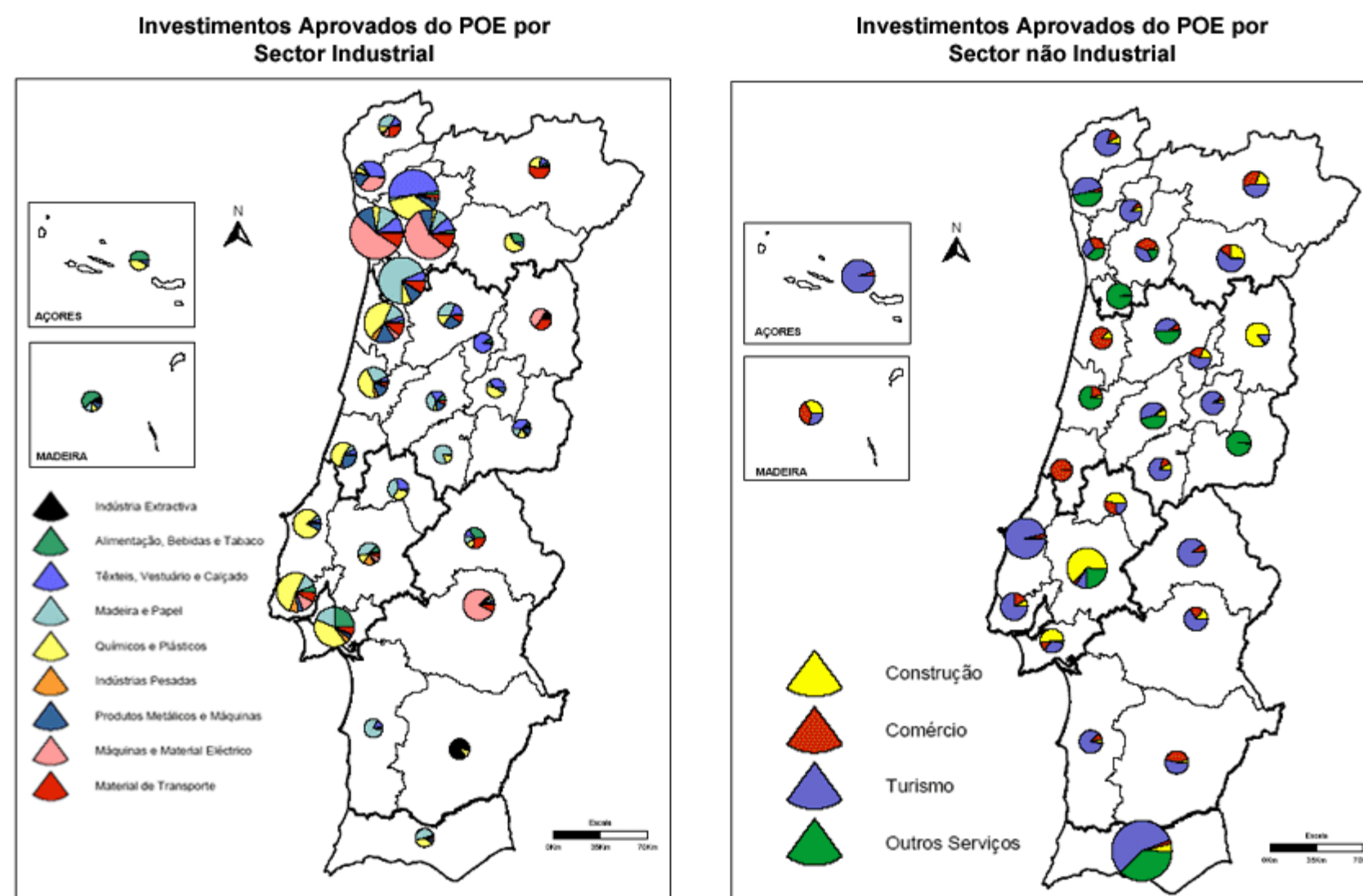
Na análise do investimento por capitação, os valores mais elevados já não se concentram no litoral mas estendem-se a Concelhos do interior. De facto, a região Centro é a que apresenta uma maior concentração das capitações dos investimentos aprovados no POE, embora a característica dominante seja a disseminação dos investimentos pelo território nacional.

Figura II. 5 – Investimento e Capitação do POE



Fonte: Ministério da Economia e Ministério das Finanças

Figura II. 6 – Investimento POE por Sector de Actividade



Fonte: Ministério da Economia e Ministério das Finanças

No âmbito da indústria, o Grande Porto, Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga são as NUT III que concentram os maiores volumes de investimento aprovado do POE (no seu conjunto absorveram cerca de 34% do investimento aprovado do POE). Em termos dos sectores industriais que mais beneficiam dos investimentos aprovados do POE, destaque para os sectores dos químicos, borracha e plásticos (25,0% dos investimentos totais aprovados na indústria), das máquinas e material eléctrico (20,3%), da madeira e papel (17,3%) e dos têxteis, vestuário e calçado (12,6%). Os sectores da indústria extractiva e das indústrias pesadas destacam-se com os mais baixos investimentos aprovados do POE (respectivamente 1,2% e 1,7% dos investimentos aprovados do POE).

Nos investimentos do POE das actividades não industriais, são os sectores do Turismo e Outros Serviços que mais absorvem investimentos aprovados do POE (estes dois sectores absorvem, respectivamente, 5,6% e 2,3% do total do investimento aprovado do POE). As regiões Algarve, Oeste e Região Autónoma dos Açores representam mais de metade dos investimentos aprovados no âmbito do Turismo (estas regiões assumem mesmo um peso respectivo de 24,0%, 20,1% e 12,0% do investimento total aprovado neste sector).

No que respeita aos Outros Serviços, é mais uma vez o Algarve que se destaca com os maiores investimentos aprovados (cerca de 39% do investimento nacional aprovado neste sector e de 36% do investimento aprovado direccionado para a região). Refira-se ainda o caso da região Beira Interior Sul que se destaca pelo forte peso do sector de Outros Serviços nos investimentos regionais aprovados (representa cerca de 67% dos investimentos aprovados do POE na região). Os sectores não industriais Construção e Comércio apresentam valores de investimento aprovado mais baixos (respectivamente 1,4% e 0,7% do investimento aprovado do POE), apesar de assumirem relevância em algumas regiões (por exemplo, o sector da Construção representa cerca de 29,0% do investimento absorvido pela região Lezíria do Tejo; esta região concentra mesmo cerca de metade do investimento aprovado do POE dirigido para o sector de Construção a nível nacional).

Considerando globalmente os investimentos aprovados ao abrigo do 2º e 3º Quadro Comunitário de Apoio, na região Norte destaca-se a Área Metropolitana do Porto e toda a área envolvente, com importantes extensões do maior dinamismo de investimentos até ao triângulo Arcos de Valdevez, Vila Real e Chaves.

Na região Centro salientam-se os concelhos envolventes a Aveiro e Guarda, os eixos Figueira da Foz, Cantanhede, Coimbra, Águeda e Viseu, e Viseu, Covilhã e Castelo Branco, além da área preenchida pela Marinha Grande, Leiria e Porto de Mós.

Em torno da aglomeração de Lisboa desenha-se um padrão semelhante ao registado na Área Metropolitana do Porto: extensões importantes da maior dinâmica de investimentos para territórios de proximidade (para Norte, até Alenquer, Almeirim, Torres Novas e Tomar, e para Sul, abarcando toda a Península de Setúbal).

No Alentejo e no Algarve são importantes os eixos de maior dinâmica de investimentos que atravessam longitudinalmente os territórios regionais, aproveitando as principais vias de comunicação que os ligam a Espanha

(nomeadamente o IP 8 e a EN 125). Refiram-se, para a primeira região, os eixos Ponte de Sôr, Avis, Estremoz, Elvas, Sines, Santiago do Cacém, Beja e Serpa, e embora menos extenso, o eixo Vendas Novas e Évora; na região algarvia, destaque para o eixo Lagos, Loulé e Vila Real de Santo António.

Análise da Especificidade da Economia Regional

No âmbito da Carta Educativa interessa conhecer as especificidades económicas regionais para que a oferta de ensino se adequue, cada vez mais eficientemente, às necessidades do tecido económico minimizando o desperdício de recursos de várias naturezas no sistema de ensino e problemas sociais de variada ordem, entre eles o desemprego.

Um indicador frequentemente utilizado para este tipo de análises é o Quociente de Localização que permite conhecer o peso relativo de determinadas actividades na região em estudo. É desta forma definido:

$$\text{Quociente de Localização}_{ij} = \frac{\left(\frac{\lambda_{ij}}{\lambda_i} \right)}{\left(\frac{\lambda_j}{\lambda_t} \right)}$$

onde :

λ_{ij} / λ_i , mede o peso do emprego do sector j na região i

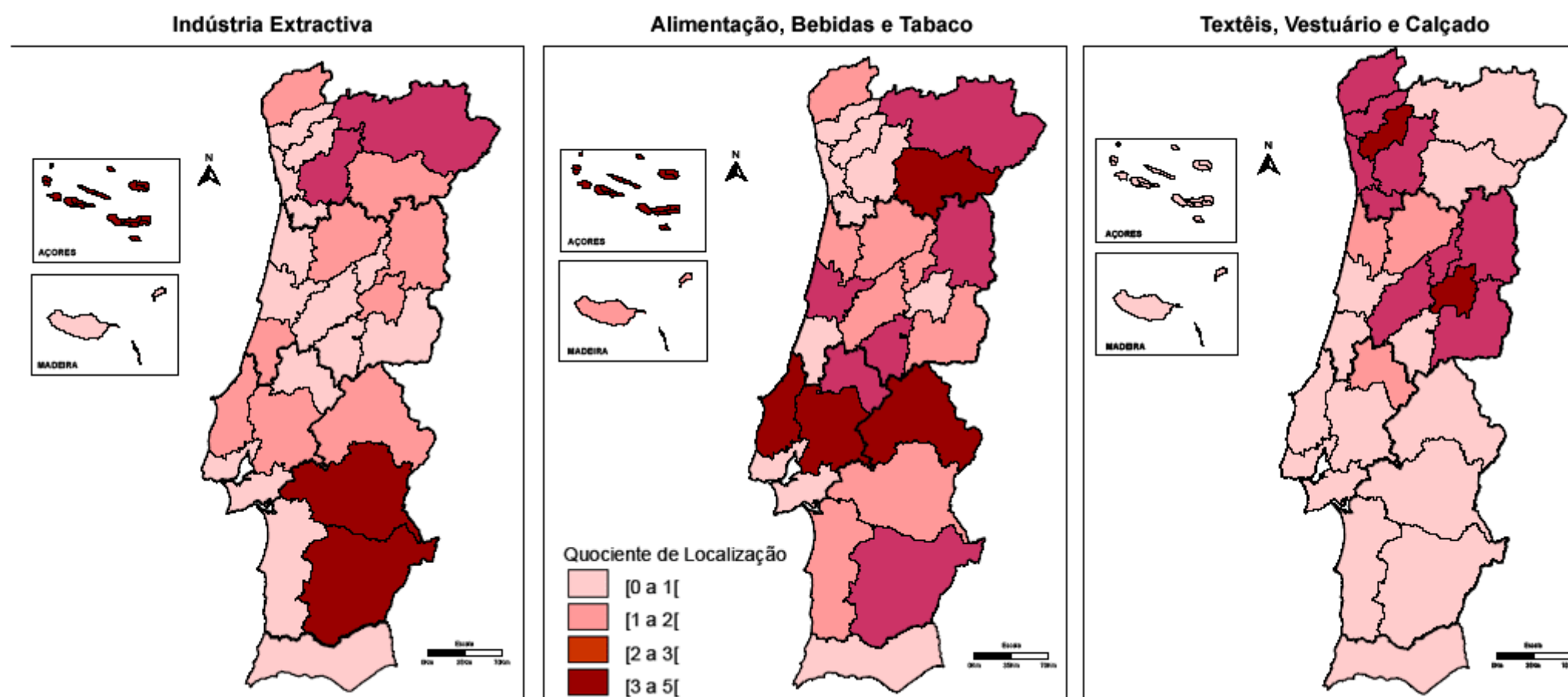
λ_j / λ_t , mede o peso do emprego do sector j na região padrão

A região padrão considerada neste caso é o território nacional, contudo com a necessidade de análises cada vez mais detalhadas e específicas, é possível fazer uma redução de escala até ao Concelho, ou mesmo até à Freguesia, embora a mais valia desta última seja reduzida.

Para cada sector industrial alvo de investimento no âmbito do 2º e 3º Quadro Comunitário de Apoio, de acordo com a análise efectuada na secção anterior, é calculado o respectivo valor do quociente de localização para o ano de referência dos dados do Ministério da Economia, ou seja, o ano de 1999 (valores apresentados em anexo IV). O intervalo de valores do quociente de localização varia entre 0, situação verificada quando o sector não possui trabalhadores na região (o mesmo querendo dizer que o sector não existe na região), e 1 e valores superiores quando o peso do emprego de determinado sector é superior ao da região padrão, neste caso o território nacional. Quanto maior for o quociente de localização maior será a especialização da região em determinado sector.

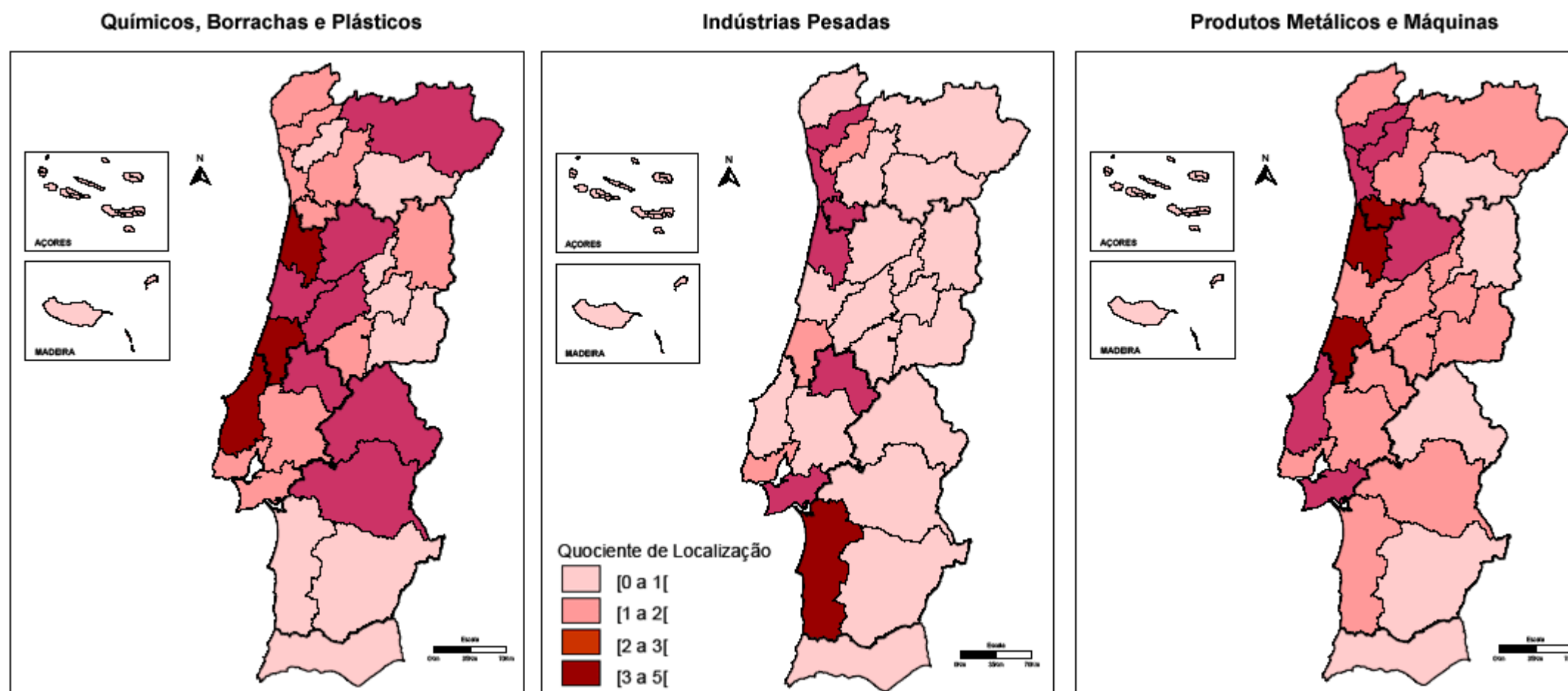
Arbitrou-se que a especialização regional só ocorreria nos casos em que o quociente de localização assumisse valores superiores a 3, pois de outra maneira seria complexo isolar em cada NUT III a sua especialização regional. O resultado foi o seguinte:

Figura II. 7 – Especialização Económica Regional



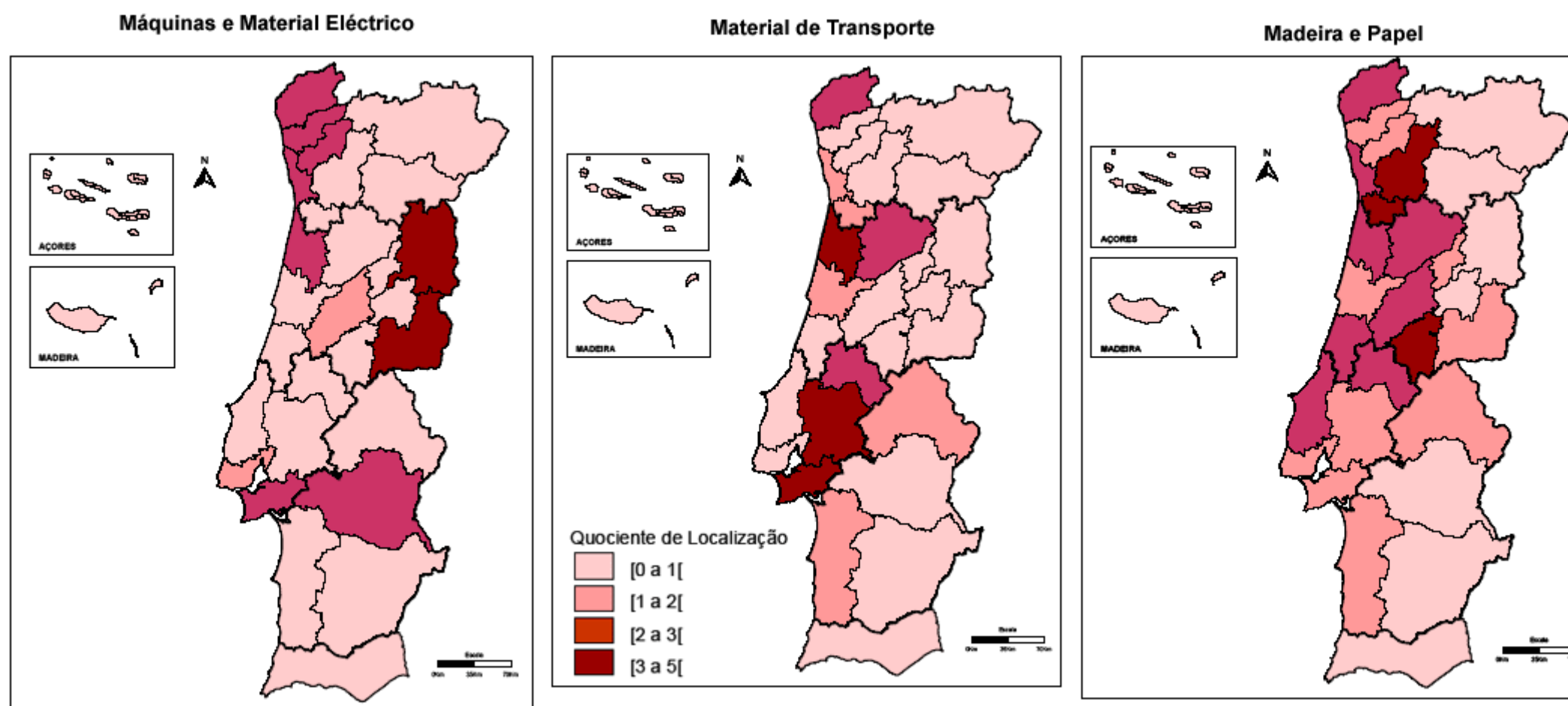
Fonte: Quadros de Pessoal do Ministério da Economia e Finanças

Figura II. 8 – Especialização Económica Regional



Fonte: Quadros de Pessoal do Ministério da Economia e Finanças

Figura II. 9 – Especialização Económica Regional



Fonte: Quadros de Pessoal do Ministério da Economia e Finanças

Desta forma, é nas regiões Minho, Lima, Cávado, Grande Porto, Dão Lafões, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Douro, Serra da Estrela, Médio Tejo, Grande Lisboa, Alto Alentejo, Algarve e Região Autónoma da Madeira que a estrutura produtiva é mais diversificada. Nestas regiões, em nenhum sector industrial os quocientes de localização assumiram valores superiores a 3.

Nas restantes regiões regista-se uma especialização num único sector industrial. Tratando-se de regiões mono-especializadas, são altamente vulneráveis a eventuais situações de crise nesses sectores. Esta mono-especialização é acentuada nas regiões do Ave, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Cova da Beira, Pinhal Litoral e Oeste, regiões onde a maior parte do emprego industrial se concentra num único sector. Ao invés, a região Baixo Vouga destaca-se pela relativa diversificação regional, marcada pela especialização em mais do que um sector industrial (sector dos químicos, borrachas e plásticos e sector do material de transporte).

Note-se ainda a ausência de especializações regionais no sector de produtos metálicos e máquinas (nenhuma região apresenta valores do índice de especialização superiores a 3, apesar das figuras permitirem verificar que as regiões Entre Douro e Vouga, Baixo Vouga e Pinhal Litoral se destacam das restantes regiões com valores do índice de especialização superiores a 2).

Fazendo a comparação entre as figuras II.7, II.8 e II.9 de especialização industrial das várias regiões Portuguesas e os mapas representativos da repartição pelos vários sectores industriais dos investimentos empresariais aprovados espacializados nas figuras II.3, II.4, II.5 e II.6, é visível em alguns casos a existência de uma relação directa entre a especialização regional e sectores mais apoiados.

Assim, no que respeita ao PEDIP e sistemas de incentivo considerados na análise do QCA II, a relação entre especializações regionais e investimentos industriais aprovados sintetiza-se no seguinte:

- Nas regiões Ave e Cova da Beira, especializadas no sector do têxtil, vestuário e calçado, a maior parte dos investimentos aprovados dirigiram-se a este mesmo sector;
- Na Península de Setúbal e na Lezíria do Tejo foram importantes os investimentos aprovados nos sectores onde estas regiões denotam uma especialização industrial. Destaque em ambas as regiões para o sector material de transporte, sendo ainda de referir os investimentos noutros sectores onde apresentam também índices de especialização relevantes (máquinas e material eléctrico na Península de Setúbal e alimentação, bebidas e tabaco na Lezíria do Tejo);
- Ausência de relação entre especialização regional e investimentos aprovados nas regiões Baixo Vouga, Pinhal Litoral e Oeste, com os investimentos mais elevados não se dirigindo ao sector onde apresentam especialização (químicos e plásticos e, no caso da região Baixo Vouga, também o sector material de transporte);
- Não existe relação entre investimentos aprovados e especialização regional no sector alimentação, bebidas e tabaco. Refira-se mesmo a existência de investimentos aprovados importantes em regiões com os mais baixos índices de especialização neste sector, como são exemplo as regiões Cova da Beira e Algarve;

- Em nenhuma das três regiões que apresentam especialização na indústria extractiva (Alto Trás os Montes, Alentejo Central e Baixo Alentejo), este sector industrial absorveu a maioria dos investimentos empresariais aprovados;
- Nas três regiões que apresentam especialização no sector madeira e papel (Tâmega, Entre Douro e Vouga e Pinhal Interior Sul), os investimentos aprovados neste sector assumem montantes consideráveis. No entanto, saliente-se que outras regiões absorvem também importantes investimentos aprovados neste sector, nomeadamente as regiões Minho-Lima, Dão Lafões, Pinhal Interior Norte e Médio Tejo, que apresentam quocientes de localização superiores a 1).

Por seu turno, a comparação entre o padrão de investimentos aprovados do POE (nos sectores industriais) e a especialização regional sintetiza-se no seguinte:

- O investimento aprovado do POE assume os valores mais elevados no Grande Porto, região onde o emprego na indústria é mais elevado mas onde a estrutura industrial é diversificada (ausência de especialização industrial);
- A relação entre investimentos aprovados e especialização industrial no sector têxtil, vestuário e calçado continua a ser evidente nas regiões do Ave e Cova da Beira (apesar de os investimentos do POE mais elevados neste sector se concentrarem na região Serra da Estrela);
- Forte relação entre especialização regional e investimentos aprovados nas regiões Baixo Vouga, Pinhal Litoral e Oeste – nestas regiões, e no âmbito do POE, os investimentos aprovados mais elevados já não se concentram na indústria pesada (como se verificou nos investimentos no âmbito do QCA II), mas no sector onde apresentam especialização industrial, isto é, no sector dos químicos e plásticos;
- Ausência de relação entre investimentos aprovados e especialização industrial nas regiões da Península de Setúbal e Lezíria do Tejo, na medida em que os investimentos aprovados no sector onde estas regiões apresentam especialização – material de transporte – perderam importância relativa. Na Península de Setúbal a perda de importância deste sector realça o efeito da AutoEuropa na captação de investimentos durante os QCA I e II; no QCA III os maiores investimentos aprovados nesta região dirigiram-se para os sectores químicos e plásticos, madeira e papel e alimentação, bebidas e tabaco;
- Continua a não ser evidente a relação directa entre investimentos aprovados e especialização industrial no sector alimentação, bebidas e tabaco (apesar de se ter verificado um aumento da importância relativa dos investimentos aprovados neste sector na região que apresenta a maior especialização no sector – a Região Autónoma dos Açores);
- Relação entre investimentos aprovados e especialização industrial na indústria da madeira e do papel, sobretudo na região Entre Douro e Vouga. No entanto, refira-se que os investimentos aprovados neste sector assumem uma importância relativa considerável no Dão Lafões e em regiões sem especialização industrial no sector (como é o caso da região Alentejo Litoral);
- Acentuada relação entre investimentos aprovados e especialização regional no Baixo Alentejo, com a maioria dos investimentos aprovados a dirigirem-se para o sector onde esta região apresenta especialização industrial (indústria extractiva).

Análise Global – Economia Portuguesa

O modelo económico que caracterizou a economia portuguesa nos últimos anos desenvolveu em 2 vertentes: crescimento de sectores geradores de emprego pouco exigentes em qualificações, e como tal, originou baixos índices de produtividade; e actividades industriais e serviços, com peso relativo reduzido no emprego total, mas com elevadas performances produtivas e exigência de qualificações. Numa perspectiva geral, o modelo económico centrou-se no primeiro grupo trazendo pouca inovação e fraca adição de mais-valias. Por outro lado, a internacionalização da economia portuguesa baseou-se no sector infraestrutural, nos serviços financeiros e de distribuição, sendo notória a incapacidade para diversificar a internacionalização da economia e atrair investimento directo estrangeiro (IDE).

Uma das características estruturais da economia portuguesa é a inexistência de *clusters*¹⁹ no seu tecido económico. Os *clusters* oferecem um conjunto de vantagens em relação às abordagens tradicionais em termos sectoriais quando se pretende inovação e redes de inovação.

Quadro II. 5 – Diferentes Abordagens para Análises Económicas

ABORDAGEM SECTORIAL	ABORDAGEM BASEADA NOS CLUSTERS
• Grupos com posições na rede similares • Incidência em indústrias de produto final • Incidência nos concorrentes directos e indirectos • Hesitação em cooperar com os rivais • Diálogo com o governo frequentemente em torno dos subsídios, protecção e restrição da rivalidade • Procura de diversidade nas trajectórias existentes	• Grupos estratégicos com posições nas redes frequentemente complementares e dissemelhantes • Inclui clientes, fornecedores, fornecedores de serviços e instituições especializadas • Incorpora as conexões entre indústrias inter-relacionada que partilham tecnologias, competências, informações, <i>inputs</i>, clientes e canais • Muitos participantes não são concorrentes directos mas partilham necessidades e constrangimentos comuns • Melhorias em áreas de interesse geral de modo a melhorar a produtividade e aumentar o nível de concorrência • Um fórum para um diálogo mais construtivo entre empresas e governo • Procura de sinergias e novas combinações

Fonte primária: OCDE (1998)

Fonte secundária: Departamento de Prospectiva e Planeamento

¹⁹ Rede de produção de empresas fortemente interdependentes (incluindo fornecedores especializados) ligadas entre si numa cadeia de produção de valor acrescentado. Podem integrar alianças entre empresas, universidades, institutos de investigação, serviços de conhecimento às empresas, *brokers*, consultores e clientes.

A fraca *clusterização* da economia portuguesa tem limitações endógenas, nomeadamente no que respeita ao posicionamento do tecido empresarial, fraco desenvolvimento dos equipamentos industriais e presença nas fases produtivas que não respondem aos estímulos do mercado.

Análise Local – O Concelho de Ansião e a NUT III do Pinhal Interior Norte

Considerando os três níveis de análise (demográfico, investimento e ensino superior) o concelho de Ansião insere-se no grupo dos concelhos cuja dinâmica global é baixa. No entanto, o Concelho de Ansião encontra-se no espaço intersticial de 2 sistemas territoriais de dinâmica elevada, sendo eles o sistema territorial centrado na cidade de Coimbra e o sistema territorial que abrange a Marinha Grande e Leiria. Esta situação oferece múltiplas soluções de desenvolvimento para Ansião em termos do seu posicionamento geográfico.

Os investimentos aprovados mais consideráveis na NUT III do Pinhal Interior Norte, onde o Concelho de Ansião²⁰ se encontra inserido, foram:

- 2º Quadro Comunitário de Apoio:
 - o Madeira e papel;
 - o Alimentação, bebidas e tabaco;
 - o Produtos metálicos e máquinas;
- 3º Quadro Comunitário de Apoio:
 - o Madeira e papel;
 - o Alimentação, bebidas e tabaco;
 - o Produtos metálicos e máquinas;
 - o Têxteis, vestuário e calçado.

Nas NUTS III vizinhas (Pinhal Litoral e Baixo Mondego) existe um domínio dos sectores industriais das indústrias pesadas, da madeira e do papel, e dos químicos e plásticos, e que pode ser comprovado²¹ com o quadro referente aos quocientes de localização das NUTS supracitadas.

Quadro II. 6 – Quocientes de Localização

NUT III	Ind. Extractiva	Ind. Alimentação Bebidas e Tabaco	Ind. Têxteis, Vestuário e Calçado	Ind. Madeira e Papel	Ind. Químicos, Borracha e Plásticos	Ind. Pesadas	Ind. Produtos metálicos e máquinas	Ind. Máquinas e material eléctrico	Ind. Material de Transporte
Baixo Mondego	0,88	1,63	0,45	0,97	1,65	0,30	0,67	0,50	1,10
Pinhal Litoral	2,22	0,72	0,36	1,18	4,92	0,92	2,20	0,39	0,09
Pinhal Interior Norte	0,51	1,05	1,68	1,72	1,39	0,30	0,72	0,72	0,08

Fonte: Anexo IV.

Identifica-se também o potencial forte para a *clusterização* nestas três (3) NUTS de determinados sectores produtivos como sejam a madeira e o papel e os químicos e plásticos, onde se denota alguma concentração.

²⁰ O Concelho de Ansião teve um investimento aprovado no âmbito do QCA II entre 8 500 a 45 000 milhares de Euros, colocando-o numa posição intermédia a nível nacional, obtendo uma capitação de investimento entre os 480 e os 990 Euros esta já enquadrada numa hierarquização média / baixa. No âmbito do POE (QCA III) os investimentos foram mais modestos situando-se no intervalo entre os 1 925 e 5 825 Euros resultando numa capitação entre os 90 e os 250 Euros, valores francamente reduzidos no contexto nacional.

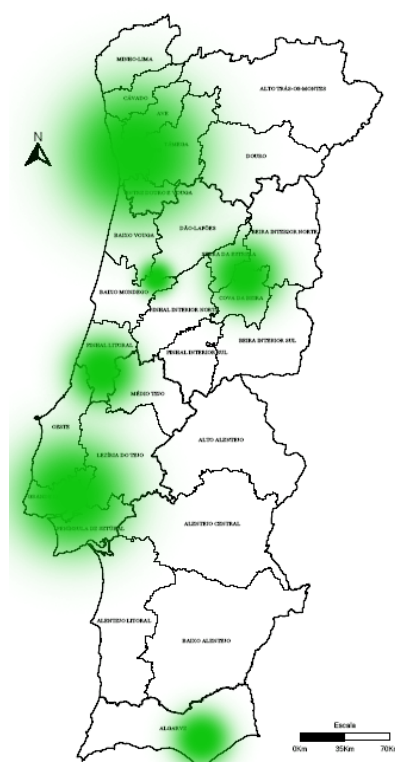
²¹ Ressalve-se a devida diferença entre o investimento aprovado e o volume de emprego na região, considerando-se que seguem padrão semelhante.

Síntese

Existe uma forte contiguidade das regiões mais dinâmicas a nível nacional. Com excepção de alguns pólos de dinâmica mais elevada que se destacam no meio de territórios de proximidade com dinâmicas médias-baixas (como são exemplo Bragança, Chaves, Viseu, Sátão, Portalegre, Campo Maior, Évora, Portimão e Vila Real de Santo António), todos os restantes concelhos onde a dinâmica é mais elevada inserem-se em sistemas territoriais de maior ou menor dimensão.

Estes sistemas territoriais onde a dinâmica é mais elevada são os seguintes:

Figura II. 10 – Sistemas Territoriais de Maior Dinâmica



Fonte: Elaboração própria

Das regiões assinaladas, destaque para o sistema territorial composto pelo triângulo formado entre Viana do Castelo, Vila Real e Vagos, e a sua forte tendência para uma dinâmica de desenvolvimento e integração com a região da Galiza criando o potencial para a demarcação de uma região de proeminência Europeia. A importância do sistema territorial integrado na Área Metropolitana de Lisboa é já sobejamente conhecido, pelo que não constitui surpresa. A novidade está na identificação de um sistema territorial de dinâmica elevada no interior de Portugal, centrado nos Concelhos da Guarda, Covilhã e Fundão, sendo que a importância dinamizadora do pólo de ensino superior na Covilhã desempenha um papel crucial. Note-se ainda a existência no Algarve de um sistema territorial forte cuja principal sustentação é o sector do turismo.

Para a mistura entre “*litoral*” e “*interior*” que cada vez mais se evidencia na identificação dos sistemas territoriais com maior dinâmica no contexto nacional,

contribui o crescente protagonismo que uma rede de pequenas e médias cidades (algumas delas capitais de Distrito), tem vindo a desempenhar enquanto motor de uma nova filosofia de desenvolvimento territorial. Destaque para as cidades de Chaves, Bragança, Mirandela, Vila Real, Viseu, Guarda, Covilhã, Fundão, Portalegre e Évora com dinâmica elevada, ou para as cidades de Beja e Castelo Branco, com dinâmica não tão elevada como as anteriores mas ainda bem acima dos valores que caracterizam o subdesenvolvimento de alguns Concelhos do interior de Portugal.

Uma fraqueza da economia nacional a que tem de ser dada resposta é a inexistência, ou existência pontual, de actividades que irão representar a forte procura mundial nos países desenvolvidos e com forte potencial de inovação, os intitulados *mega clusters* emergentes:

- Software
- Audiovisual e multimédia;
- Automação e Robótica;
- Electrónica;
- Comunicações;
- Aeronáutica;
- Saúde.

Existem, de facto, algumas actividades que poderão funcionar como sementes de *clusterização* como seja o caso do sector alimentar nos Açores, o sector do Habitat ao longo da faixa litoral continental, o sector têxtil na região Norte, a mobilidade na região da Península de Setúbal e o turismo no Algarve. No entanto, algumas destas actividades na sua actual configuração têm tendência para a realocização pois não representam qualquer tipo de mais-valia no sentido da especialização e inovação económica e logo serão transferidas para regiões do globo onde o custo de mão-de-obra é mais barato.

Análise Diacrónica – O Exercício Prospectivo

A identificação de propriedades emergentes nos sistemas complexos é actualmente a chave para decifrar a linguagem do futuro. São estas propriedades emergentes que actuam como motores do futuro, as responsáveis pelas grandes mudanças.

Existem duas abordagens no que diz respeito à compreensão do futuro: a previsão e a prospectiva. A previsão projecta o futuro com base no que foi visto no passado, concentra-se nas certezas, centra-se nas características já conhecidas do passado e presente, ocultando as incertezas. Os resultados deste exercício são projecções sobre um único aspecto e sempre lineares, onde não se consideram as mudanças, dando prioridade à continuidade dos parâmetros conhecidos que regem os sistemas. Os riscos são ocultados e a inércia é favorecida, perpetuando a monotonia dos sistemas. Não obstante as suas limitações, a previsão é utilizada diariamente podendo muitos problemas ser evitados e/ou resolvidos recorrendo a ela.

É contudo necessário estar atento ao aparecimento das propriedades emergentes, responsáveis pelas mudanças repentinas das variáveis que quebram o relacionamento com o passado e criam um novo futuro. Nesse âmbito, a prospectiva concentra-se nas incertezas, reconhecendo a sua importância,

originando imagens diversas do futuro, mas com sentido lógico. Subjacente à prospectiva está a liberdade de pensamento, uma atitude de flexibilidade perante a evolução dos sistemas, tendo em consideração rupturas e riscos. Neste exercício as propriedades emergentes dos sistemas são a chave para decifrar o futuro.

A previsão tem como principal instrumento de simulação os modelos (utilizando os elementos pré-determinados), enquanto que a prospectiva se serve dos cenários (utilizando os elementos incertos). No entanto, a grande vantagem da utilização da prospectiva reside no facto de ela poder utilizar também os modelos como auxiliares de construção e teste dos cenários.

Por se considerar que a realidade pela qual a sociedade se rege não advém unicamente de uma evolução linear dos parâmetros do passado, optou-se pela utilização da prospectiva para tentar compreender o que poderia ser o futuro do sistema educativo.

Mas como utilizar a prospectiva na concepção de uma Carta Educativa? Uma das conclusões que facilmente se consegue extrair da análise sincrónica realizada no início deste capítulo é a de que investimento e demografia estão intimamente associados. Os maiores investimentos aprovados no 2º e 3º Quadro Comunitário de Apoio foram destinados a regiões que possuem dinâmicas demográficas consideráveis, sendo que um factor que influencia fortemente essas dinâmicas é o ensino superior, ou mais genericamente, a qualificação superior das populações. Parece ser claro então que o exercício prospectivo se deva centrar na evolução destas variáveis: demografia, qualificação e investimento ou economia.

Contudo, a metodologia a aplicar para elaboração de cenários prospectivos foca-se na análise das variáveis de evolução altamente incertas, que acabam por constituir a prazo os pontos de inflexão que alteram substancialmente o percurso do futuro. Ora das variáveis apresentadas para a construção de cenários prospectivos, apenas a variável investimento, ou mais amplamente, a economia possui um comportamento imprevisível. A demografia e a qualificação profissional são variáveis que se designam de tendências pesadas ou forças motrizes pré-definidas, pois o seu desenvolvimento no futuro possui um desvio-padrão reduzido. É incontestável que nas sociedades mais desenvolvidas a tendência demográfica é para o envelhecimento da população e estabilização da natalidade em valores reduzidos, assim como para o aumento progressivo das qualificações académicas e profissionais dos seus habitantes. Portugal, de facto, já sofre do primeiro sintoma enumerado, caminhando agora para um nível superior de qualificação da população.

A identificação da economia como a variável altamente incerta para a prospectiva não possui ainda um nível de desagregação viável para a construção dos cenários. É preciso avaliar quais as forças motrizes dentro da economia que serão as grandes responsáveis pela sua evolução nos próximos anos, passando estas a constituir os apoios dos cenários prospectivos.

Poderá parecer desadequado no âmbito da elaboração de uma Carta Educativa o estudo prospectivo da evolução da economia, mas no mundo global todos os sistemas adquirem e possuem uma rede de interligações que, apesar de aparentemente desconexas, possuem relações estreitas de desenvolvimento: o ensino quer-se adaptado às necessidades de emprego da sociedade; as necessidades de emprego da sociedade são ditadas pelo desenvolvimento das

economias; o desenvolvimento das economias rege-se pelas relações comerciais e financeiras entre as economias de todo o mundo, entre outras palavras, a globalização. Num nível hierárquico mais baixo, a antecipação da forma de evolução da globalização terá como grande propósito a determinação da fixação e/ou formação de *clusters* económicos no território nacional, pois a tendência para as empresas que operam em áreas de negócios é para actuarem em proximidade. A identificação dos clusters localizados em território nacional orientará a adequação dos cursos ministrados no sistema educativo às necessidades desses tecidos económicos especializados, maximizando a eficiência dos recursos investidos na formação dos habitantes.

Tendências Pesadas

Um desenvolvimento que assume contornos de perenidade é a emergência das grandes economias asiáticas que serão o motor económico global para os próximos anos. A economia Chinesa deverá perpetuar o crescimento das áreas litorais para o seu interior e as relações com Singapura, Hong Kong, Taiwan, Coreia e Tailândia deverá acelerar também o seu desenvolvimento. A consolidação de grandes pólos metropolitanos na Índia juntamente com a apetência tecnológica deste País irá colocar a Índia numa posição de relevo na economia do futuro. A abertura ao exterior por parte da Turquia e a sua proximidade às grandes reservas mundiais de energia irão fazer dela um território crucial para o avanço da globalização. A Rússia poderá ainda desempenhar um papel de destaque desde que se consolidem as estruturas democráticas.

Existirão diversos agrupamentos tecnológicos que concentrarão os grandes esforços científicos. As tecnologias da informação e a exploração intensiva do ciberespaço como novo espaço preferencial de transacções de todos os níveis, de informação e entretenimento, o desenvolvimento de equipamento de comunicações *wireless* de banda larga, o desenvolvimento da fotónica²² como tecnologia central de transmissão de dados por cabo e satélite, serão as grandes inovações deste grupo tecnológico.

As designadas tecnologias da vida, que inclui a exploração do genoma humano, sofrerão grande expansão no âmbito das aplicações da genética à saúde humana e agricultura, assim como a aplicação das engenharias biomédicas será o ponto de convergência de inovações das tecnologias da informação, novos materiais e biotecnologias.

O aparecimento de novas tecnologias energéticas, como a exploração do hidrogénio e da energia solar, impulsionará o desenvolvimento das tecnologias de captação e aproveitamento destes recursos energéticos, ao mesmo tempo que a fusão nuclear poderá começar a ser encarada, devido aos avanços tecnológicos, como uma alternativa viável.

As tecnologias associadas aos materiais serão condição obrigatória para o desenvolvimento e aproveitamento dos novos recursos energéticos, para a exploração dos novos meios de transmissão de dados (fotónica) e para as aplicações das engenharias biomédicas e biotecnologias.

²² Transmissão de dados com base na luz (fótons) ao invés da electricidade e electromagnetismo.

As micro engenharias e a nano tecnologias adquirem um papel estruturante de todas as inovações inventariadas anteriormente, pelo que sem o desenvolvimento destas dificilmente se obterão avanços significativos nas restantes.

O envelhecimento populacional e o amadurecimento populacional é um dado quase adquirido quando se explora o futuro, o que trará para além das imperativas adaptações dos sistemas sociais à nova realidade, uma forte pressão no âmbito da gestão e alocação dos produtos financeiros de poupanças, quer sejam de natureza privada ou estatal.

Embora não revestida de um desenvolvimento tão seguro quanto as outras vertentes aqui exploradas, considera-se que a conservação do meio ambiente começará a ganhar grande preponderância tanto ao nível de investigação científica como ao nível de uma economia específica de actividades relacionadas com práticas ecológicas ou verdes. A procura destes serviços e tecnologias será cada vez maior, pelo que se antevê um forte desenvolvimento deste sector nos anos finais do actual horizonte de projecto.

Da interacção destas 4 tendências pesadas ou forças motrizes pré-definidas, parece ser altamente provável que os grandes focos competitivos no futuro sejam no âmbito da captação e desenvolvimento das populações com as mais elevadas qualificações, pois são elas que possibilitam os grandes desenvolvimentos tecnológicos que servirão a base da economia dos países desenvolvidos. A competição pela alocação das poupanças terá também um peso preponderante nos sistemas financeiros regionais e a inevitabilidade da competição pelos recursos energéticos continuará a marcar a economia mundial.

Variáveis Incertas

O sentido de evolução da globalização é a questão chave para a determinação do crescimento da economia mundial, europeia e nacional. Poderá argumentar-se que tal análise poderá ser insuficiente pois deixa a autonomia nacional sem margem de manobra para contrapor as políticas globalizantes. No entanto, uma pequena resenha dos acontecimentos das últimas décadas servirá para concluir intuitivamente que a criação barroca do Estado-Nação se encontra em declínio. As políticas nacionais sectoriais são cada vez mais dependentes das indicações e exigências da economia de mercado. Prova disso na União Europeia é a ratificação de Pacto de Estabilidade que visa fazer face às demandas da economia de mercado global para tentar promover o crescimento económico, mas reduzindo substancialmente a independência dos Estados Membros para a prossecução das políticas nacionais. Aos Estados Membros não resta senão a política da adaptação, especialmente aos mais pequenos como é o caso de Portugal. A globalização e o mercado criado por esta determinam em grande medida, as políticas sectoriais nacionais.

Existem várias incertezas relacionadas com os principais actores do movimento mundializante, e são estas que irão determinar o sentido da globalização:

- O dinamismo económico e tecnológico dos Estados Unidos da América é uma incerteza central, sabendo-se que a economia americana dificilmente se conseguirá afirmar fora do contexto da globalização, mas também que os Estados Unidos dificilmente abdicarão do movimento globalizador
- A transformação do Japão e a sua capacidade para ultrapassar a deflação;

- A reforma a operar na China, sendo que a sua abertura à economia externa e a adopção de modelos capitalistas de desenvolvimento a transformarão numa das maiores economias do planeta;
- A autonomia da OPEP e a sua posição na regulação do preço do petróleo, assim como as suas parcerias estratégicas (Rússia, EUA, Japão, Europa);
- O sucesso da União Europeia, a união monetária e a reforma das instituições, culminando consequentemente na sua afirmação como uma potência mundial.

A complexidade das variáveis em jogo poderia conduzir para a construção de múltiplos cenários prospectivos o que não teria a utilidade pretendida para o exercício em mãos. Assim, a agregação de algumas variáveis incertas corresponderá à simplificação do problema sem perda considerável de rigor:

- Aliança Pacífica, constituída pelos Estados Unidos da América, Japão e China e regulação do preço do petróleo por este grupo;
- União Europeia, com relevo para o desenvolvimento da Alemanha e Reino Unido, com a regulação do preço de petróleo por este grupo.

Cada uma destas variáveis possui hipóteses distintas de evolução²³:

- Aliança Pacífica:
 - o Reforço do Conjunto Estados Unidos da América / Japão;
 - o Crise generalizada no Pacífico;
 - o Distanciamento do Japão face aos membros do Pacífico;
- Europa:
 - o Triunfo da globalização;
 - o Reordenamento do continente Europeu;
 - o Desintegração das instituições Europeias.

Combinando as diversas hipóteses de evolução das variáveis incertas resultam os seguintes cenários prospectivos (figura II.11):

- Domínio do Atlântico, em resultado do falhanço do Japão em accionar a sua retoma económica e do sucesso da União Europeia como potência mundial;
- Convergência Global, em resultado de uma forte parceria entre as economias do Japão e dos Estados Unidos da América, e do sucesso relativo da União Europeia como potência mundial;
- Fracasso da Globalização, como consequência da incapacidade dos Estados Unidos e Japão iniciarem a sua retoma económica e da ineficiência económica e incapacidade política dentro da União Europeia para se constituir numa potência mundial;
- Domínio do Pacífico, conjugando a forte parceria entre os Estados Unidos e o Japão e a desintegração das instituições Europeias face à fragmentação e distanciamento político dos Estados Membros.

A dinâmica política que se tem vindo a observar no seio da União Europeia evidencia uma clara intenção de adoptar novos sistemas organizativos para responder às exigências competitivas do mercado global. A proposta para uma Constituição Europeia e sua consequente ratificação, será um passo determinante para uma afirmação de intenções dos Estados Membros e para a consolidação de uma nova estrutura Europeia. Apesar da oposição dos partidos de alinhamento socialista, tudo indica que a maioria dos governos de direita se manterá até à data

²³ Os cenários evolutivos das diferentes variáveis incertas encontram explanados no Anexo V.

de ratificação da Constituição Europeia. Considerando como altamente provável esta materialização, os cenários prospectivos que contemplem a desintegração das instituições Europeias não parecem verosímeis.

Assim, no que concerne directamente a Portugal, os cenários prospectivos podem ser resumidos da seguinte forma:

- Cenário de Convergência Global;
- Cenário de Fracasso da Globalização;
- Cenário de Domínio Atlântico.

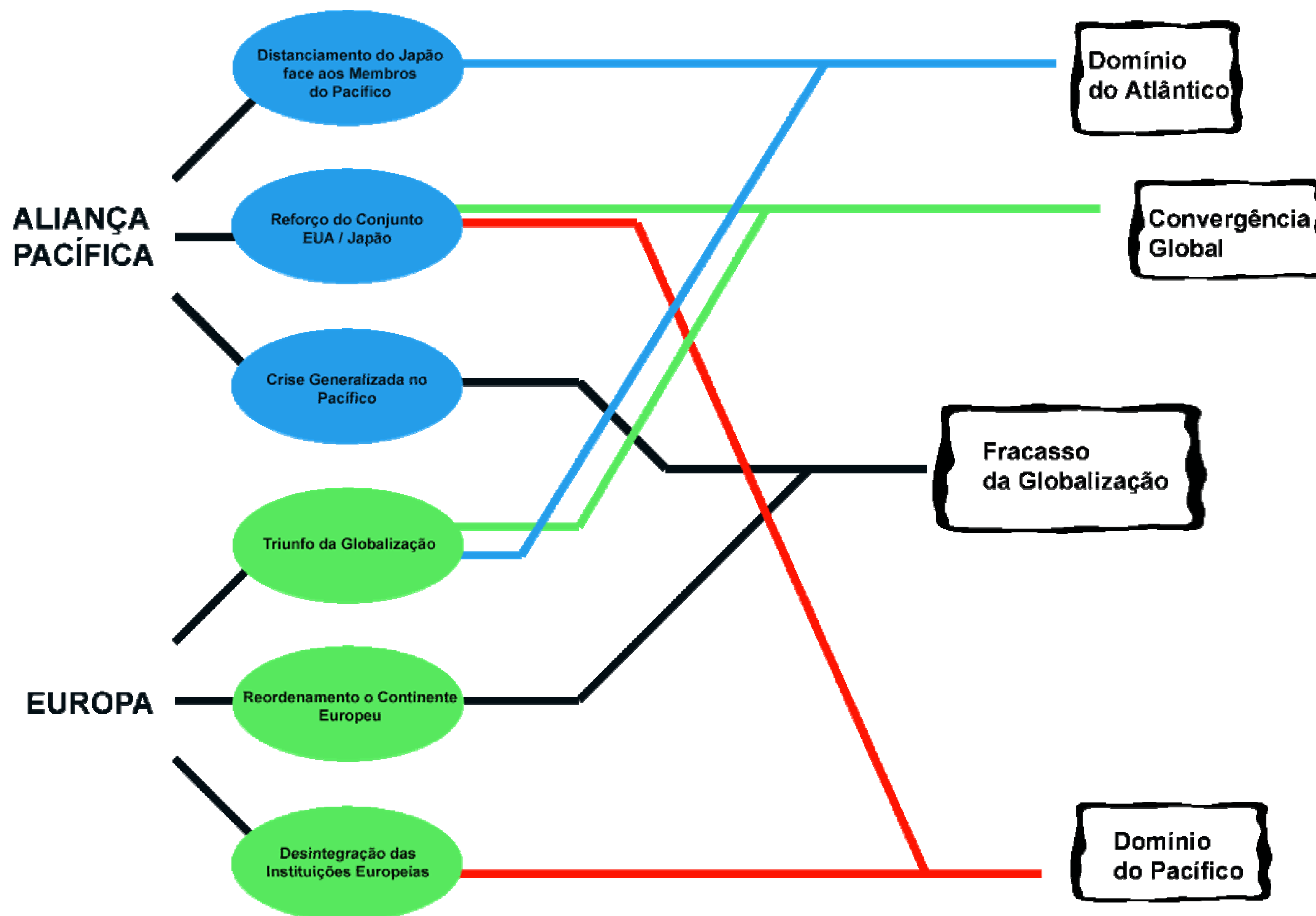
Exploração dos Cenários – Convergência Global

No cenário de Convergência Global, depois de um período de crise generalizada, assume a recuperação dos mercados de capitais financeiros dos Estados Unidos e a retoma do investimento nas tecnologias de informação e transmissão de dados. A economia Japonesa depois de um longo período de crise, reuniu grandes volumes financeiros em fundos de poupança e aplica-os em activos privados americanos, ao invés da sua utilização para o aumento da despesa pública (forma tradicional de combate à crise), integrando cada vez mais as duas economias.

O crescimento económico e as reformas institucionais na China adquirem contornos de um modelo financeiro centrado nos mercados de capitais, ao mesmo que tempo que o seu sistema de pensões é capitalizado em economias do Pacífico (Estados Unidos e/ou Japão). As empresas americanas e japonesas participam activamente na economia da China, reforçando as suas interligações. Observa-se um crescimento significativo da Índia e da Rússia e, paralelamente, a OPEP vê a sua importância reduzida não só pelo intervenções militares americanas e israelitas no Médio Oriente mas também pelo forte desenvolvimento da Rússia no campo energético. O enfraquecimento da OPEP e o fortalecimento da Rússia culmina num acordo energético entre Estados Unidos, Japão e Rússia.

Na Europa, a economia alemã depois de algumas reformas estruturais retomou o seu crescimento. A França e a Itália, convencidas com o ressurgimento do dinamismo alemão encetam as suas próprias reformas fortalecendo a União Europeia. O Reino Unido, mais seguro da sustentabilidade do novo modelo de desenvolvimento Europeu adere à moeda única e flexibiliza os critérios do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Contudo, uma coligação comercial dos países orientados para o Atlântico (Reino Unido, Holanda, Países Nórdicos) travou o crescimento do orçamento Europeu. Em resultado da convergência de reformas estruturais dos países centrais da União Europeia, havia sido criado um mercado de capitais interno facilitando a evolução dos sistemas financeiros, criando também um forte sector de fundo de pensões.

Figura II. 11 – Cenários Prospectivos



Fonte: Adaptado de Departamento de Planeamento e Prospectiva

O cenário de Convergência Global pressupõe a continuidade da atitude de liderança dos Estados Unidos no fenómeno da globalização, cabendo à União Europeia um lugar de pequeno competidor, pois o controlo do mercado energético encontra-se no domínio das economias do Pacífico.

No contexto português, a internacionalização da economia nacional segue a tendência pesada da ligação com as economias emergentes da América Latina, em particular do Brasil, uma vez que sectores infraestruturais da economia portuguesa haviam adquirido forte presença nesses territórios. Esta situação consolida a ligação a Espanha uma vez que é neste Estado Membro que se situam os potenciais aliados/compradores de bancos portugueses e empresas do mesmo sector.

Os acontecimentos globais e o alinhamento da União Europeia (numa posição menos vantajosa) com as economias do Pacífico, obrigou Portugal a profundas reformas estruturais. Passa a adoptar um modelo de capitalismo anglo-saxónico que se caracteriza por um sistema financeiro fortemente internacionalizado e digitalizado, organizado em função dos mercados de capitais onde os investidores institucionais passam a desempenhar um papel fundamental. O sistema de pensões é reorganizado para a capitalização privada e para a criação de atractividade. Existe uma forte competição nos sectores económicos considerados infraestruturais e promove-se a instalação e atracção de operadores internacionais de capitais de risco.

No aspecto social, e em consequência da adopção de um modelo capitalista mais agressivo, é abandonada a figura do contrato colectivo, fornecendo à economia de mercado grande flexibilidade no âmbito do emprego. O sistema de ensino descentralizado adopta uma forte privatização e o factor concorrencial ganha extrema preponderância, no entanto, a atribuição de certificações continua no poder Estatal. O sistema de saúde passa a basear-se nos capitais privados, passando a ser obrigatória a subscrição de seguros de saúde universais.

O Estado possui um comportamento ágil, onde a influência exercida pelas corporações é esbatida pelo desenvolvimento de formas de competição entre estas, e onde as influências dos interesses regionais são moderadas em virtude da manutenção da gestão dos incentivos ao investimento privado e do controlo da Administração Central sobre o investimento público. Os *lobbies* sectoriais exercem pressões moderadas face aos mecanismos estatais de protecção social face ao desemprego estrutural.

O investimento internacional advém maioritariamente dos Estados Unidos da América, dos países asiáticos e do Norte da Europa, e tem como destino preferencial os países Europeus e os próprios Estados Unidos. No interior da União Europeia, Portugal passa a privilegiar as ligações com os países do Benelux, associando-se fortemente à Holanda passando a ter preponderância na frente Atlântica e na frente Continental Europeia.

Em resultado das profundas reformas estruturais portuguesas, a economia nacional neste cenário passaria a estar dotada de forte dinamismo e diferenciação nos sectores industriais e de serviços onde ganhariam importância:

- Indústria aeronáutica, automóvel e engenharia oceânica, esta última ligada ao apoio de actividades de exploração petrolífera;
- Lazer e Turismo, com base na atracção maciça da 3ª idade europeia e no desenvolvimento das tecnologias de produção de audiovisual e multimédia;

- Saúde, pelo desenvolvimento da produção de consumíveis e de equipamento hospitalar e médico, e na prestação de serviços de saúde e recuperação;
- Equipamento e software para a indústria das telecomunicações, com destaque para as soluções *wireless* e transmissão de dados com base na fotónica;
- Serviços Web para clientes externos.

As grandes especializações regionais passariam a ser as seguintes:

- Crescente diferenciação dos tecidos económicos do Noroeste de Portugal e da Galiza; assim a norte do Douro poder-se iam desenvolver o Têxtil (moda e têxteis técnicos), as Indústrias da Saúde (inicialmente centrado nos consumíveis hospitalares e na engenharia biomédica); as Indústrias da Informação e Comunicação, com uma forte componente de electrónica profissional e de produção *software*/multimédia; e as indústrias de novos materiais para o fabrico de componentes para as indústrias automóvel e aeronáutica (nomeadamente plásticos técnicos e materiais compósitos), etc.;
- Localização na região Centro de uma segunda base de produção do “cluster” Automóvel, organizada em torno de conceito de “city car”, em Aveiro/Entre Douro e Vouga; desenvolvimento das indústrias da Informação e Comunicação em torno das Telecomunicações e das aplicações da computação gráfica/simulação; emergência das Indústrias e serviços de Saúde; renovação das Indústrias Florestais em torno da produção de celulose mais articulada com o sector têxtil, graças à instalação de um produtor europeu de fibras celulósicas de nova geração, etc.;
- Viragem pronunciada para os mercados externos da Região de Lisboa e Vale do Tejo em torno de áreas de especialização internacional como Audiovisual/Conteúdos; Saúde (biotecnologia e química fina); Serviços às Empresas (em torno da atracção das universidades de empresas europeias), Turismo, e consolidação de dois pólos em torno do agro-alimentar e da engenharia pesada (automóvel e engenharia oceânica, em torno de Setúbal);
- Desenvolvimento do Alentejo assente em dois pólos – as indústrias e serviços aeronáuticos e espaciais e o lazer, com uma produção agro-alimentar de especialidades, dinamizada por agricultores do Norte da Europa;
- Formação de uma contínuo entre Lisboa, Alentejo e Algarve, vocacionado para residência a tempo parcial da população sénior europeia e investimento maciço na reconversão paisagística do Algarve.

Exploração dos Cenários – Fracasso da Globalização

A incapacidade dos Estados Unidos em iniciar a sua recuperação económica conduz a uma nova retracção no consumo e a novo período de crise económica, penalizando bastante a cotação do dólar e desincentivando a colocação de capitais no país. No Japão, a crise económica é agravada por uma crise bancária, e face ao estado da economia Americana, os fundos de poupanças das famílias japonesas são aplicados para o aumento da despesa pública para tentar travar a crise.

Paralelamente, as reformas na China não são concretizadas devido à incapacidade do regime e das estruturas em desenvolver o interior e gerir as reformas sociais. A

crise alarga-se à OPEP e os acordos energéticos tendem a adoptar um carácter regional.

Na Europa, Alemanha e França abandonam os seus esforços de compatibilização com o sistema capitalista anglo-saxónico, reduzindo as reformas estruturais e aumentando as pressões proteccionistas. O Reino Unido confrontado com o fracasso das reformas estruturais na Europa Continental renuncia à entrada na união monetária, lançando o Euro para a crise generalizada. França e Alemanha tentam a reorganização da União Europeia sendo acompanhados por alguns Estados Membros, contudo o período de crise e a necessidade de conter as despesas nacionais impedem o aumento do orçamento comunitário, agudizando as tensões entre os Estados Membros beneficiários de programas de desenvolvimento.

O recuo na globalização lança as economias emergentes da América Latina também para crise, entre elas a economia brasileira. Com um dos principais focos da internacionalização da economia portuguesa em crise, as empresas dos sectores infraestruturais e bancário de Portugal sofrem sérios revés nas suas estratégias e são obrigadas a retirarem-se das suas participações em empresas brasileiras. Esta medida com repercussões graves no tecido económico nacional força ainda a Espanha a negar financiamento aos bancos portugueses. Ao mesmo tempo, o Banco Central Europeu limita as operações de salvamento ao sector bancário Português, deixando as instituições Portuguesas num beco sem saída.

Neste cenário, as reformas estruturais levadas a cabo são reduzidas ou mesmo inexistentes. Adopta-se o tradicional modelo de capitalismo Euro-continental com um sistema financeiro baseado na intermediação bancária e com um fraco mercado de capitais nacional. O sistema de pensões continua a ter um pendor eminentemente público com pequenos complementos de capitalização privada. A capacidade para apoiar projectos de risco com grande componente inovadora é assim reduzida e os sectores infraestruturais da economia e o sector bancário são vistos como fundamentais para a pequena internacionalização da economia.

No campo social, o Estado adopta uma posição protectora, onde a flexibilização do trabalho é conseguida através da polivalência funcional e na gestão do tempo de trabalho, dando pequena margem para o despedimento. Continua a dominar o sistema de ensino básico e secundário com uma filosofia de fraca competitividade interna. O sistema nacional de saúde incorpora alguns elementos de gestão privada para tentar obter uma maior racionalidade nos cuidados de saúde.

As corporações têm forte influência sobre o Estado pelo seu grande peso nos serviços básicos (ensino e saúde) e os interesses regionais exercem forte influência sobre a administração central devido à grande descentralização de funções. Os *lobbies* sectoriais utilizam o desemprego estrutural como arma de pressão contra o Estado, ficando este numa posição de refém.

Os grandes investidores internacionais provêm da Alemanha, França e Espanha, sendo o seu investimento canalizado para as economias da América Latina. Portugal evidencia fortes ligações à Espanha, França e Itália.

Neste cenário, a internacionalização da economia portuguesa é seriamente comprometida, dominando o fraco dinamismo e diferenciação nas actividades de especialização:

- Turismo assume-se como o sector mais dinâmico e diversificar-se-ia em termos de oferta territorial e competitividade interna;
- O sector automóvel reforçaria a integração com a Espanha centrando-se nos componentes e com fraco papel das actividades de integração, com perdas substanciais de emprego nas actividades mais vulneráveis;
- O têxtil/vestuário/calçado veria substancialmente reduzida a sua dimensão industrial: sobreviveriam as empresas que assegurassem uma subcontratação de alta qualidade e as que criassem marcas e canais de distribuição no exterior, deslocalizando parte da produção para fora do país;
- Assistir-se-ia a pequenos/médios investimentos, dispersos, no material eléctrico e electrónica;
- Assistir-se-ia a uma explosão de serviços às empresas para o mercado externo por via da *Internet*;

As especializações regionais seriam:

- Fusão crescente das actividades entre o Noroeste de Portugal e a Galiza no sector automóvel, indústrias florestais, têxtil, siderurgia e refinação de petróleos;
- Região de Lisboa e Vale do Tejo desenvolvida em torno dos serviços financeiros e às empresas, permanecendo orientadas para o mercado doméstico; forte crescimento das actividades turísticas, incapacidade de enraizar um forte sector “*Software*”/serviços informáticos/conteúdos, por insuficiente disponibilidade de recursos humanos e fuga dos existentes para outros países europeus, entre os quais a Espanha;
- Fusão crescente das actividades entre o Alentejo e a Espanha associada ao dinamismo da produção agro-alimentar com base nas novas áreas do regadio do empreendimento de Alqueva, dirigida no essencial por empresários espanhóis;
- Prosseguimento da orientação do Algarve para o turismo de massa dirigido às camadas menos abastadas da Europa ocidental e às camadas médias do leste europeu, em paralelo com um número reduzido de *ilhas de qualidade* estruturadas em torno do golfe.

Exploração dos Cenários – Domínio Atlântico

A recuperação económica dos Estados Unidos e do seu mercado de capitais induzem confiança nos activos financeiros Americanos. Dá-se a retoma do investimento nas tecnologias da informação e nas tecnologias de transmissão de dados. No Japão, o sector bancário e o seu grande crédito mal parado são salvos pelo aumento da dívida pública e destruição de capital nas indústrias ligadas à terra e ao aço. A médio prazo dá-se o reinício do crescimento com base nas indústrias de alta tecnologia, mas o investimento dos fundos de poupança em activos financeiros são retraídos pela sua utilização no aumento da despesa pública.

As reformas na China prosseguem a bom ritmo, passando a incorporar um sistema financeiro baseado no mercado de capitais e na capitalização dos fundos de pensões. A OPEP enfraquecida com as políticas externas militaristas americanas, nomeadamente a destruição do regime iraquiano e as convulsões no Médio Oriente, forçam-na a procurar acordos estratégicos com a Rússia, sendo posteriormente acordado o fornecimento energético entre os Estados Unidos, a Europa e a Rússia.

Na Europa, a economia alemã depois de algumas reformas estruturais retomou o seu crescimento. A França e a Itália, convencidas com o ressurgimento do dinamismo alemão encetam as suas próprias reformas fortalecendo a União Europeia. O Reino Unido, mais seguro da sustentabilidade do novo modelo de desenvolvimento Europeu adere à moeda única e flexibiliza os critérios do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Contudo, uma coligação comercial dos países orientados para o Atlântico (Reino Unido, Holanda, Países Nórdicos) travou o crescimento do orçamento Europeu. Em resultado da convergência de reformas estruturais dos países centrais da União Europeia, havia sido criado um mercado de capitais interno facilitando a evolução dos sistemas financeiros, criando também um forte sector de fundo de pensões.

O modelo capitalista adoptado seria inevitavelmente uma composição híbrida entre o anglo-saxónico e o euro-continental, com uma forte intermediação bancária dos sistemas financeiros e um pequeno desenvolvimento do mercado de capitais interno. O sistema de pensões continuaria a ter um forte pendor público mas complementado com mecanismos de capitalização privada. A capacidade para a inovação será reduzida uma vez que os grandes operadores de capitais de risco não encontrariam fundamentos para as suas operações no território nacional.

No campo social, o Estado adopta uma posição protectora mas flexível, onde a flexibilização do trabalho é conseguida através do despedimento, da polivalência funcional e da gestão do tempo de trabalho. Continua a dominar o sistema de ensino básico e secundário, mas já num contexto de maior escolha por parte das famílias. O sistema nacional de saúde incorpora alguns elementos de gestão privada para tentar obter uma maior racionalidade nos cuidados de saúde.

O Estado possui um comportamento ágil, onde a influência exercida pelas corporações é esbatida pelo desenvolvimento de formas de competição entre estas, e onde as influências dos interesses regionais são moderadas em virtude da manutenção da gestão dos incentivos ao investimento privado e do controlo da Administração Central sobre o investimento público. Os *lobbies* sectoriais exercem pressões moderadas face aos mecanismos estatais de protecção social face ao desemprego estrutural.

As relações internacionais são enquadradas na Europa com a França e a Espanha, onde são estabelecidas parcerias para a exploração das economias da África Ocidental e da América Latina, respectivamente.

Neste cenário, Portugal diversificaria a sua atractividade face a diferentes actividades tornando-se num paraíso de *outsourcing* industrial e de serviços a nível Europeu. A economia seria muito mais atractiva ao investimento directo estrangeiro e a sua característica de resistência aos choques económicos era melhorada. Assim:

- Turismo assume-se como o sector mais dinâmico e diversificar-se-ia em termos de oferta territorial e competitividade interna;
- O sector automóvel reforçaria a integração com a Espanha centrando-se nos componentes e com fraco papel das actividades de integração, com perdas substanciais de emprego nas actividades mais vulneráveis;
- O têxtil/vestuário/calçado veria substancialmente reduzida a sua dimensão industrial: sobreviveriam as empresas que assegurassem uma subcontratação de alta qualidade e as que criassem marcas e canais de distribuição no exterior, deslocalizando parte da produção para fora do país;

- Seria atraído um conjunto de projectos importantes na área da electrónica, sobretudo dirigidos às regiões de tradição industrial do centro e norte do País;
- Assistir-se-ia à atracção de um conjunto de actividades na área do lazer/entretenimento, desde parques temáticos a estúdios de cinema e áudio;
- Assistir-se ia a uma explosão de serviços às empresas para o mercado externo por via da *Internet*;

Síntese

Independentemente do cenário que se considere mais plausível existem características chave que serão fundamentais para as economias do futuro. Uma delas é o abandono por parte das pequenas economias dos países desenvolvidos das exportações de bens e serviços que se encontram expostos à concorrência das economias emergentes. Travar esta batalha comercial é saber de antemão o resultado: a derrota. As economias e os governos dos países desenvolvidos terão que fomentar a atractividade crescente das suas áreas metropolitanas para a fixação de recursos humanos qualificados, obter um padrão um padrão de consumo exigente e propiciar qualidade de vida aos seus cidadãos. A conservação do ambiente (redução do consumo dos combustíveis fósseis) desempenha aqui um papel importante uma vez que valorizará a qualidade de vida e potenciará a fixação de população nos seus território. No mundo global, a conectividade digital das economias e o fácil acesso aos grandes meios de transporte de passageiros e mercadorias, será uma necessidade imperiosa para o seu crescimento e mesmo a sua sobrevivência pois o espaço transaccional preferencial do futuro será o ciberespaço e logo terá que existir uma forte implantação das redes de banda larga.

Sem relação de causalidade directa com a preferência de qualquer dos cenários prospectivos estão as actividades que constituirão a grande procura do futuro. Elas podem ser enunciadas da seguinte forma, de acordo com a sua relação com as 4 maiores tendências pesadas identificadas:

- Economias emergentes:
 - o Bens e equipamentos;
 - o Serviços de engenharia;
 - o Agro químicos e agro biológicos;
- Envelhecimento populacional:
 - o Cosmética e moda;
 - o Engenharia biomédica;
 - o Farmácia;
 - o Turismo e lazer;
 - o Agricultura biológica;
- Conservação do ambiente:
 - o Células energéticas (*Fuel cells*);
 - o Mobilidade verde;
 - o Electricidade descentralizada;
- Tecnologias:
 - o Aeronáutica e espaço;
 - o Equipamentos de computação e consumíveis;
 - o Micro electrónica e fotónica;
 - o Robótica e micro robótica;
 - o Micro e nano tecnologia;

- Globais:
 - o Audiovisual e virtual;
 - o Software;
 - o Serviços de comunicações e Internet.

A economia deverá percorrer o caminho da *clusterização*, pois em documentos preparados a propósito do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) referia-se que a transformação estrutural que podia ser a base para um novo modelo de crescimento económico nacional podia integrar a *clusterização* como uma das vertentes básicas. Os *clusters* irão permitir a fixação de investimento directo estrangeiro no país, potenciar o crescimento e a competitividade e facilitar a evolução das actividades tradicionais do país devido à adaptação aos novos modos de concepção e fabricação de bens e serviços. Devido à importância que estes sistemas têm no fenómeno globalizante e no desenvolvimento das economias, considerou-se útil o esforço para integrar neste exercício prospectivo uma análise que pudesse antever quais os *mega clusters* que iriam ser mais propícios para o desenvolvimento económico nacional. A partir do momento da sua identificação poderiam ser previstas as necessidades em termos de qualificações das populações que propiciavam o seu desenvolvimento, evitando assim uma dispersão educativa e de formação técnica que não encontraria a devida procura no tecido económico.

PROJECCÕES DEMOGRÁFICAS

O conhecimento pormenorizado do crescimento populacional no Concelho de Ansião reveste-se de crucial importância para a adequação da oferta de ensino dos vários níveis de ensino às necessidades da procura, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos. A carta educativa é mais do que um instrumento de gestão territorial que visa apenas a localização física dos estabelecimentos de ensino, devendo contemplar também as necessidades específicas de cada grupo etário em termos de estruturas de apoio ao ensino. Pretende-se assim, o conhecimento espacializado e estratificado do crescimento da população para que a eficácia da oferta de recursos de ensino seja maximizada. O modelo de projecção demográfica não causal estratificado que maior rigor de resultados apresenta é o modelo *Cohort Survival*. Contudo, este modelo não equaciona nos seus *inputs* os movimentos migratórios, sendo necessário o seu estudo paralelo e o desenvolvimento de uma metodologia que permita a sua contabilização nas projecções demográficas finais.

A metodologia a aplicar terá então que se afastar da tradicional análise tendencial e enveredar pela metodologia prospectiva²⁴. Tendo como base os dados dos Censos de 2001 do Instituto Nacional de Estatística referentes à estrutura etária da população residente, aos nados-vivos entre 1995 e 2001 e aos óbitos entre 1996 e 2001, e as estatísticas do Município de Ansião referentes à política urbanística preconizada e aos cadernos eleitorais, foram desenvolvidos cenários de desenvolvimento demográfico com base em 2 variáveis incertas: evolução dos indicadores demográficos e movimentos migratórios. A variável relacionada com os indicadores demográficos procurará definir a natureza da evolução das taxas de natalidade e mortalidade, ao passo que a variável dos movimentos migratórios procurará determinar as migrações para o Concelho resultantes da política urbanística (com um pendor mais forte sobre a migração inter-concelhos) e do fluxo de imigrantes provenientes de outros países.

A abordagem prospectiva terá universo de aplicação a projecção populacional realizada unicamente com base no crescimento natural, ou seja, no saldo fisiológico da população centrado apenas na relação entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade.

Projecção Demográfica em Crescimento Natural

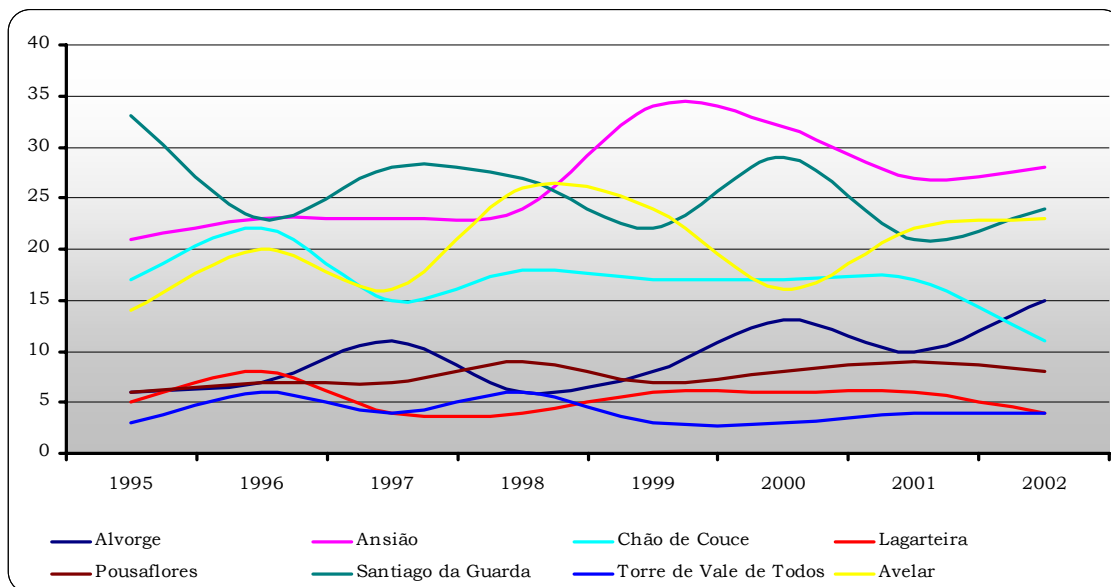
As estatísticas relatam que existe um maior número de nados vivos nas freguesias de natureza mais urbanas e mais povoadas, como são o caso de Ansião, Avelar e Santiago da Guarda²⁵. A freguesia de Alvorge denota um padrão ascendente do número de nados vivos beneficiando da proximidade da freguesia mais urbana de Santiago da Guarda que juntamente com as freguesias de Ansião e Avelar apresenta um padrão bastante flutuante. As freguesias de expressão mais rural

²⁴ Utilizada para no capítulo dos cenários de desenvolvimento.

²⁵ Distribuição dos nados vivos por idade das mães e freguesia de residência em anexo VI.

apresentam, pelo domínio da população mais envelhecida, menor número de nados vivos, sendo exemplo Torre de Vale de Todos, Pousaflores e Lagarteira.

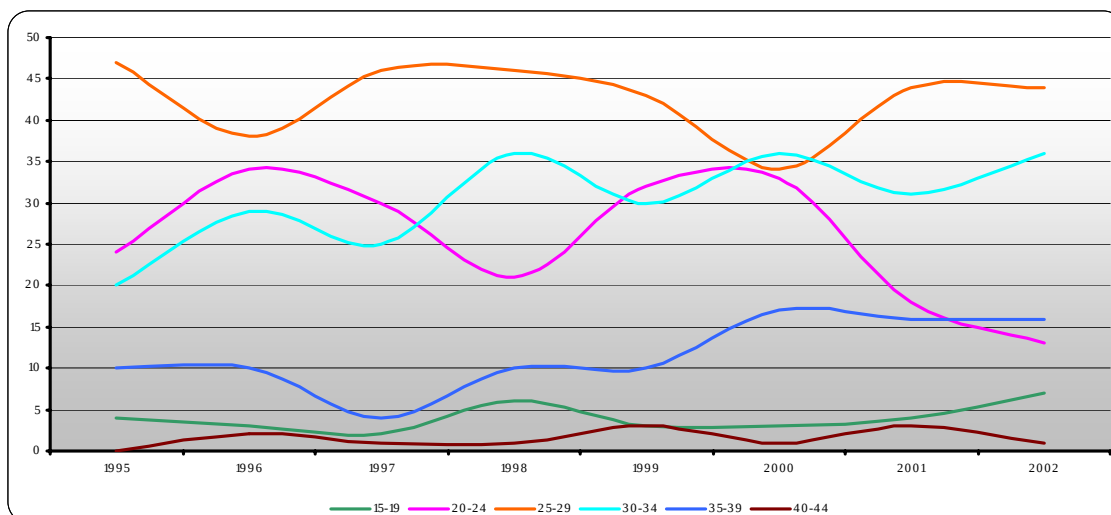
Figura II. 12 – Evolução dos Nados Vivos por Freguesia



Fonte: INE, Censos 2001

A evolução dos nados vivos por grupo etário evidencia padrões de comportamento reprodutivo típicos dos países desenvolvidos. A opção de ter filhos aparece cada vez mais tarde na vida, dominando os grupos etários entre os 25 e os 34 anos, onde se afirmam como mais preponderantes os grupos etários entre os 30 e os 34 anos.

Figura II. 13 – Evolução dos Nados Vivos por Grupo Etário

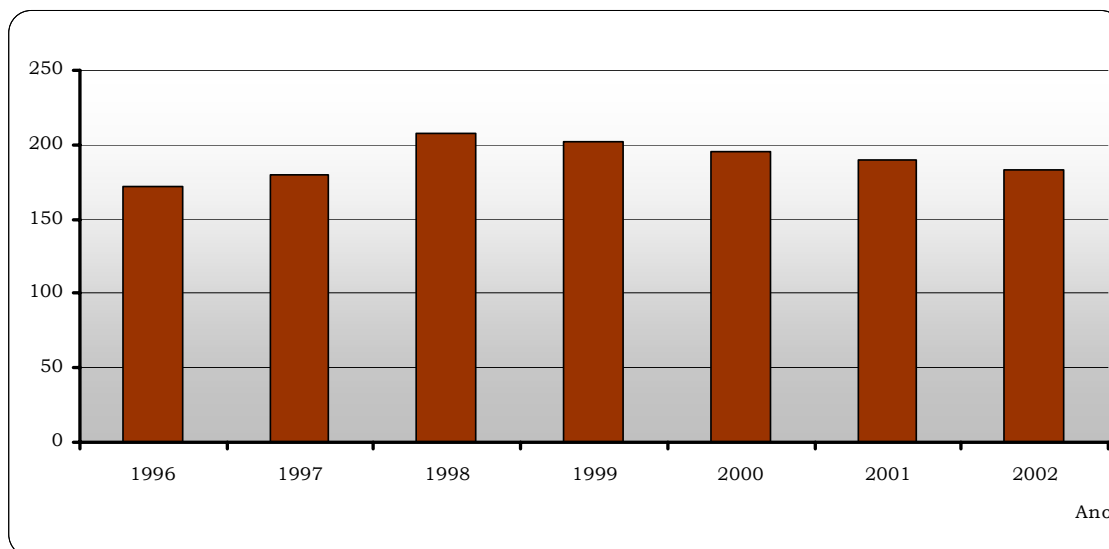


Fonte: INE, Censos 2001

Como seria expectável os grupos etários mais próximos das extremidades do intervalo considerado para a população fértil (entre os 15 e os 44 anos) apresentam baixos índices reprodutivos.

Por outro lado, os óbitos²⁶ apresentam um padrão de comportamento também flutuante registando um máximo no número de óbitos em 1998, data desde a qual têm vindo a decrescer.

Figura II. 14 – Evolução dos Óbitos



Fonte: INE, Censos 2001

Partindo dos dados dos nados-vivos entre 1995 e 2001 desagregados pela idade das mães e pela freguesia de residência, e dos dados dos óbitos entre 1996 e 2002 desagregados por idade do falecido e por freguesia de residência, seria necessário calcular a taxa média de natalidade por escalão etário e por freguesia, e a taxa média de mortalidade também por escalão etário e por freguesia.

Para o cálculo da taxa média de natalidade por escalão etário e por freguesia e da taxa média de mortalidade por idade do falecido e por freguesia de residência, é imprescindível o conhecimento da estrutura etária da população desde 1995 a 2001, já que estas desagregadas ao nível do escalão etário necessitam do conhecimento da população total do respectivo escalão etário, conforme se demonstra nas seguintes fórmulas:

$$\text{Taxa de Natalidade do Cohort } \alpha = \frac{\text{N. Nados Vivos originados por Mães do Cohort } \alpha}{\text{População Total do Cohort } \alpha}$$

$$\text{Taxa de Mortalidade do Cohort } \beta = \frac{\text{N. Óbitos no Cohort } \beta}{\text{População Total do Cohort } \beta}$$

Na impossibilidade de adquirir tais dados²⁷, o método adoptado residiu na extrapolação de uma estrutura etária tipo²⁸ através do cálculo do peso relativo de

²⁶ Quadro de óbitos por idade do falecido em anexo VI.

²⁷ O INE apenas estima a população residente total ao nível do Concelho nos intervalos de tempo entre os momentos censitários.

²⁸ Com base na pirâmide etária registada em 2001, por se considerar que esta apresenta uma estrutura mais fiável comparativamente com a pirâmide etária de 1991.

cada escalão etário²⁹ e aplicando-o à população estimada pelo INE para os diferentes anos.

Quadro II. 7 – População Residente Estimada

		HM	H
1997	0-14	1860	980
	15-24	2000	1030
	25-64	6660	3240
	mais de 65	2830	1200
	Total	13350	6450
1998	0-14	1780	940
	15-24	1930	1000
	25-64	6680	3280
	mais de 65	2840	1180
	Total	13230	6400
1999	0-14	1750	900
	15-24	1850	970
	25-64	6700	3290
	mais de 65	2800	1180
	Total	13100	6340
2000	0-14	1720	900
	15-24	1750	920
	25-64	6710	3300
	mais de 65	2790	1180
	Total	12970	6300

Fonte: INE, Censos 2001

Foi assim possível obter as pirâmides etárias estimadas para os anos de 1997, 1998, 1999 e 2000³⁰. No entanto, para o cálculo da taxa média de natalidade por freguesia era ainda necessário fazer a desagregação dos dados estimados do Concelho (1997, 1998, 1999 e 2000) por freguesia de residência e por grupo etário³¹, pelo que se procedeu ao cálculo do peso relativo de cada grupo etário na população da freguesia³² (adoptando a estrutura populacional de 2001) e ao cálculo do peso de cada freguesia na população do Concelho de Ansião. Depois de calculados os escalões etários por ano e por freguesia foi possível extrair as taxas de natalidade também por ano e por escalão etário³³. O cálculo da taxa de natalidade média por escalão etário e por freguesia obrigou à aplicação de uma função média ponderada e cujos valores finais foram:

²⁹ Conforme quadro em anexo VII.

³⁰ Conforme quadro em anexo VII.

³¹ A taxa de natalidade assume naturezas diferentes consoante o grupo etário a localização geográfica, ao contrário da taxa de mortalidade cujo desvio-padrão é pouco significativo.

³² Conforme quadro em anexo VII.

³³ Conforme quadro em anexo VII.

Quadro II. 8 – Taxas Médias de Natalidade

Taxa Média de Natalidade por Grupo Etário e Freguesia								
	Alvorge	Ansião	Avelar	Chão de Couce	Lagarteira	Pousaflores	Santiago da Guarda	Torre de Vale de Todos
15-19	0,00000	0,00202	0,00368	0,00351	0,00431	0,00518	0,00566	0,00000
20-24	0,03933	0,03253	0,02903	0,01645	0,01765	0,02127	0,02432	0,02830
25-29	0,03897	0,05454	0,03980	0,03881	0,04034	0,03408	0,03877	0,03332
30-34	0,02277	0,03653	0,03768	0,02702	0,04030	0,03159	0,02500	0,03372
35-39	0,00927	0,01525	0,00851	0,01161	0,01330	0,01047	0,00889	0,01688
40-44	0,00000	0,00098	0,00729	0,00119	0,00000	0,00254	0,00000	0,00000

Fonte: Elaboração própria

No caso da taxa de mortalidade, por esta não apresentar um desvio-padrão significativo de acordo com a área de residência, uma vez que a generalidade dos cidadãos possui acesso aos cuidados de saúde primários, o conhecimento da estrutura etária da população ao nível do Concelho é suficiente. Da aplicação da fórmula, e respeitando a desagregação por idades estabelecida anteriormente, resultam as seguintes taxas de mortalidade anuais e consequente taxa de mortalidade média (ponderada):

Quadro II. 9 – Taxas Médias de Mortalidade

Taxas de Mortalidade						
	1997	1998	1999	2000	2001	Média
Menos de 1 ano	-	0,0169	-	-	0,0079	0,0050
1	-	-	-	-	-	-
2	0,0089	-	-	-	-	0,0018
3	-	-	-	-	-	-
4	-	-	-	-	-	-
5	-	-	-	-	-	-
6	-	-	-	-	-	-
7	-	-	-	-	-	-
8	-	-	-	-	-	-
9	0,0083	-	-	-	-	0,0017
10	-	-	-	-	-	-
11-19	-	-	0,0007	0,0007	0,0007	0,0004
20-29	0,0026	0,0021	0,0016	0,0011	0,0011	0,0017
30-39	0,0006	0,0012	0,0006	0,0006	0,0016	0,0009
40-49	0,0025	0,0031	0,0018	0,0055	0,0029	0,0032
50-59	0,0026	0,0108	0,0063	0,0082	0,0036	0,0063
60-64	0,0045	0,0112	0,0090	0,0112	0,0086	0,0089
65-69	0,0137	0,0272	0,0151	0,0139	0,0124	0,0164
70-74	0,0338	0,0267	0,0313	0,0300	0,0230	0,0288
75-79	0,0352	0,0467	0,0575	0,0543	0,0455	0,0478
80-84	0,0862	0,0885	0,0924	0,0980	0,0662	0,0858
85-89	0,1742	0,1736	0,1251	0,1395	0,1452	0,1515
90-94	0,2315	0,2097	0,3297	0,2028	0,3238	0,2608
mais de 95	0,5064	0,3211	0,6980	0,4203	0,3333	0,4528

Fonte: Elaboração própria

A partir da taxa de mortalidade média é possível determinar a taxa média de sobrevivência associada a cada *cohort*:

$$\text{Taxa de Sobrevivência do Cohort } \alpha = 1 - \text{Taxa de Mortalidade do Cohort } \alpha$$

Quadro II. 10 – Taxa Média de Sobrevivência

Menos de 1 ano	0,9950
1	1,0000
2	0,9982
3	1,0000
4	1,0000
5	1,0000
6	1,0000
7	1,0000
8	1,0000
9	0,9983
10	1,0000
11-19	0,9996
20-29	0,9983
30-39	0,9991
40-49	0,9968
50-59	0,9937
60-64	0,9911
65-69	0,9836
70-74	0,9712
75-79	0,9522
80-84	0,9142
85-89	0,8485
90-94	0,7392
mais de 95	0,5472

Fonte: Elaboração própria

Disponíveis as taxas médias de natalidade (com o nível de desagregação pretendido) e as taxas médias de sobrevivência dos diversos *cohorts* estavam reunidas as condições para a elaboração das projecções demográficas em crescimento natural para a população do Concelho de Ansião. O modelo do *Cohort Survival* constata que na posse dos elementos anteriormente enunciados, a população que na unidade de tempo t se encontrava no *cohort* j , na unidade de tempo $t+1$ encontrar-se-á no *cohort* $j+1$ a população resultado do produto com a taxa de sobrevivência:

$$\text{População}_{t+1}^{j+1} = \text{População}_t^j \times s_j$$

onde s_j representa a taxa de sobrevivência do *cohort* j

Aplicando a formula será possível obter todos os *cohorts* da pirâmide etária com excepção do primeiro *cohort* que deriva do número de nados-vivos e do último *cohort* que resulta da adição do último *cohort* com o penúltimo *cohort* da pirâmide etária. Para a obtenção do primeiro *cohort* é necessário proceder à soma dos produtos da taxa de natalidade associada a determinado grupo etário com o respectivo número de indivíduos desse grupo etário:

$$\text{População}_{t+1}^1 = \sum_{j=1}^n (\alpha_j \times \text{População}_t^j)$$

onde :

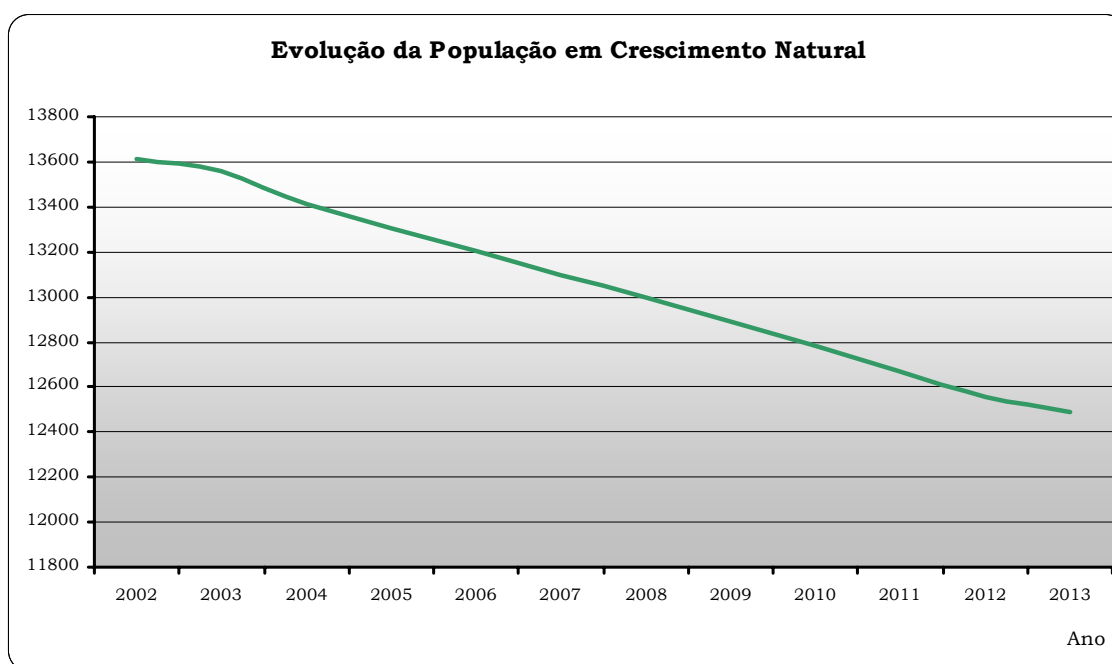
α_j representa a taxa de natalidade do grupo j

n é a dimensão do universo de grupos etários em idade fértil

Note-se ainda que a presente projecção em crescimento natural assume como constantes a taxa de natalidade e de mortalidade ao longo do tempo, situação que não é verosímil e deverá ser analisada aquando da elaboração dos cenários prospectivos.

Com base na metodologia exposta anteriormente, as projecções demográficas em crescimento natural até 2013 foram calculadas³⁴, e de onde se pode extrair o seguinte gráfico síntese dos resultados globais.

Figura II. 15 – Síntese das Projecções em Crescimento Natural



Fonte: 1ª Fase de elaboração das Projecções Demográficas

A conclusão que se pode obter é a de que a actual pirâmide etária no Concelho de Ansião não é sustentável, ou seja, na globalidade a estrutura etária da população de Ansião não permite a completa substituição de gerações. Esta constatação vem no seguimento do facto de existir um duplo envelhecimento da população de Ansião, identificado no volume I da Carta Educativa³⁵. Também a identificação de um saldo fisiológico negativo de 71 indivíduos e uma taxa de crescimento natural de -5 ‰³⁶ explicam a curva da evolução da população em crescimento natural.

³⁴ Os dados das projecções demográficas ano a ano encontram-se no anexo VIII.

³⁵ Página 12, figura I.4.

³⁶ Fonte: INE, Censos 2001.

Projeções Demográficas Prospectivas

Os cenários prospectivos de crescimento demográfico deverão ser construídos com base em 3 eixos de contrastação: 1 eixo para a evolução dos indicadores demográficos; 1 eixo para as migrações supranacionais; e 1 eixo para as migrações inter concelhos. A partir da definição destes eixos deverá ser determinado o universo de variação das variáveis, ou seja, os valores extremos que as 3 variáveis enunciadas podem tomar no contexto da actualidade.

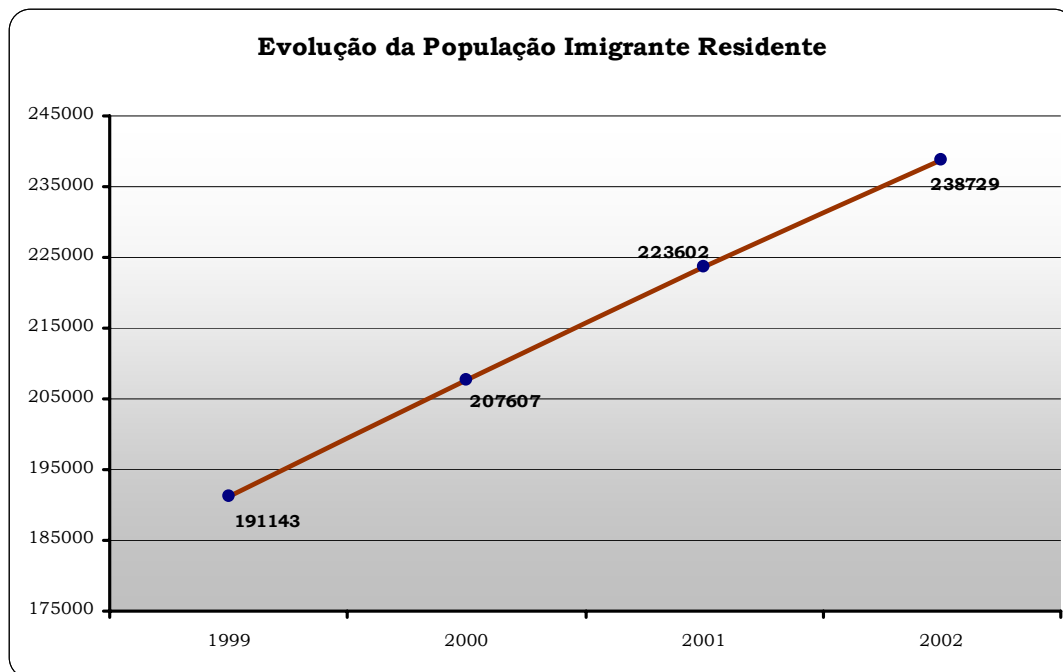
Análise das Migrações

No ano de 2001, o número total de imigrantes residentes no território nacional e imigrantes com autorizações de permanência ultrapassou os 350 000 indivíduos, equivalendo a 3% da população total do território. A posição estrutural de Portugal face às migrações inverteu-se passando de um país de emigração para um país de imigração. Esta inversão, face às fragilidades da demografia nacional que apresenta reduzida taxa de natalidade e elevados índices de envelhecimento, terá impactos significativos na demografia Portuguesa. Comprovando esta situação está o facto de o aumento populacional verificado entre 1991 e 2001 se dever em 83% à imigração e o de que apenas 90% dos nados vivos registados em 2001 se dever a pais de nacionalidade Portuguesa.

Aquando da entrada de Portugal e Espanha para a União Europeia em 1986, numa época em que as barreiras à imigração nos Estados do Norte e do Centro da Europa eram elevadas, a pressão imigratória sobre Portugal ganhou especial importância, com particular destaque para os países do denominado 3º Mundo. Desde então que a população imigrante residente tem vindo a aumentar e a ganhar peso na estrutura demográfica nacional. Nos últimos anos, o fenómeno globalização e da crise mundial provocaram um êxodo maciço de população dos países menos desenvolvidos, e cujas forças motrizes são a procura de condições de vida justa e igualitárias. Potenciando este êxodo encontrava-se, até recentemente, a ausência de uma Lei de Imigração que pudesse responder à realidade vivida. O Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de Janeiro, veio alterar o cenário da imigração em Portugal. Registe-se a criação da figura de Autorização de Permanência que se destina a imigrantes titulares de contratos de trabalho e que garante a legalidade para trabalhar no país durante 1 ano, sendo renovável por iguais períodos de tempo até a um máximo de 5 anos³⁷.

³⁷ Findo este período o imigrante pode optar pela residência permanente.

Figura II. 16 – Evolução dos Imigrantes Residentes



Fonte: INE, Censos 2001; SEF; ACIME

A figura II.14 representa a evolução recente dos níveis de imigração em Portugal, que têm progredido a um ritmo elevado e globalmente linear. No ano de 2001, a população imigrante residente atingia 223 602 indivíduos aos quais se deveria adicionar o universo de indivíduos presentes com as autorizações de permanência concedidas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 4/2001 de 10 de Janeiro (que alterava o Decreto-Lei n.º 244/98) perfazendo um total de 350 503 indivíduos. Tendo em conta primariamente apenas a população imigrante residente, verifica-se que os distritos de destino preferencial são Lisboa, Faro, Setúbal e Porto.

Quadro II. 11 – Distribuição dos Imigrantes por Distrito

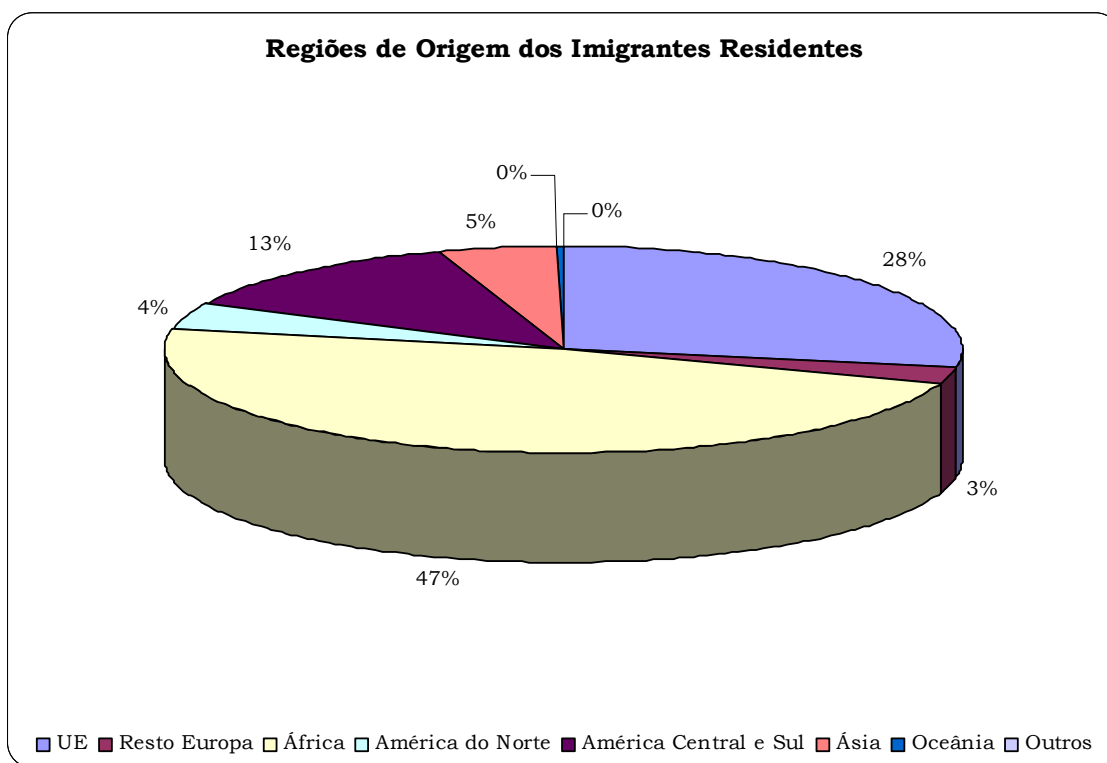
	Aveiro	Braga	Coimbra	Faro	Leiria	Lisboa	Porto	Setúbal	Outros	Total
1999	7188	3072	4703	24904	2497	105798	11369	17994	13618	191143
2000	7818	3451	5331	27127	2753	113771	12310	20204	14842	207607
2001	8187	3612	6005	29254	2991	121412	13153	23220	15768	223602
2002	8566	3827	6578	31246	3217	128869	13931	25103	17392	238729

Fonte: SEF

No que respeita às regiões de origem dos imigrantes residentes, África ganha uma importância sem comparação de 47%, sendo a União Europeia a região que mais se lhe aproxima com 28%.

A diferenciação das regiões de origem dos imigrantes residentes não coincide com o intenso fluxo migratório que se tem registado nos últimos anos proveniente da América Latina, nomeadamente do Brasil, e da Europa de Leste. A explicação reside no facto de esses imigrantes ainda não terem obtido autorizações de residência, sendo a sua importância apenas expressa no universo das autorizações de permanência, que somou 47 657 pedidos no ano de 2002 e 126 901 pedidos no ano de 2001³⁸.

Figura II. 17 – Origem da Imigração



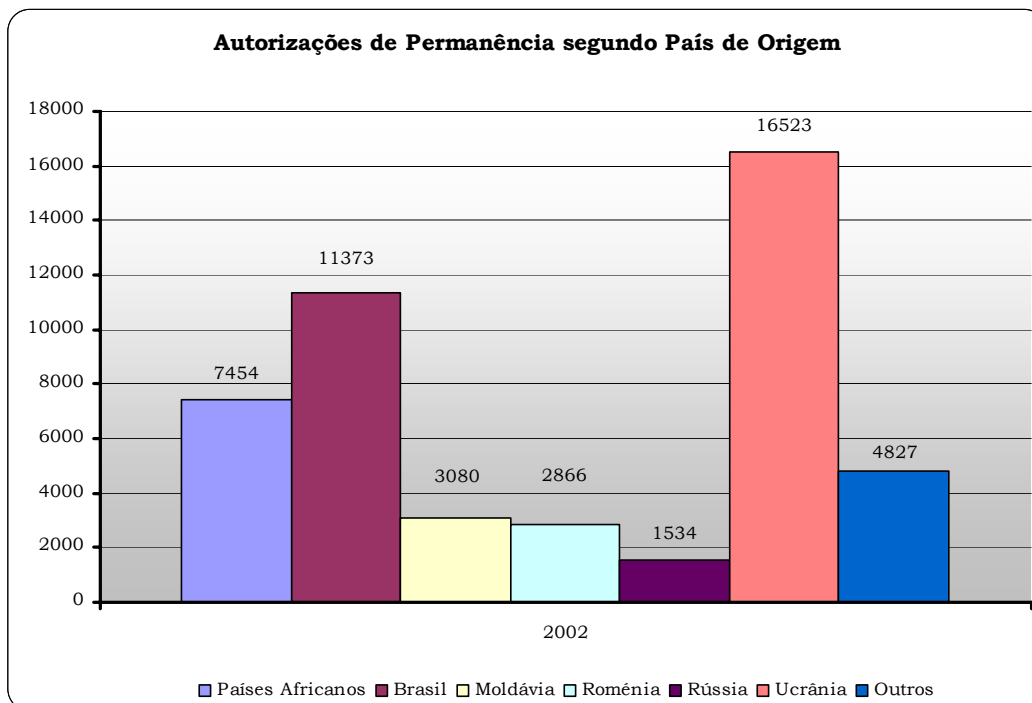
Fonte: SEF

Na figura II.18, é já visível a preponderância da Ucrânia e do Brasil no fluxo migratório para o território nacional, e onde se encontra patente a contribuição dominante dos países do Leste da Europa. Os países Africanos, outrora a grande fonte da imigração para Portugal, continuam a registar fluxos migratórios consideráveis.

No entanto, o processo de legalização não foi completamente eficaz pelo que subsistiram populações de imigrantes que continuam na clandestinidade. De acordo com a Associação Solidariedade Imigrante, do universo de 160 000 imigrantes clandestinos em Portugal (2001) cerca de 40 000 não conseguiram obter a sua autorização de permanência, denotando uma ineficácia do processo de 25%.

³⁸ O excessivo número de autorizações de permanência em 2001 é o resultado da entrada em vigor da nova Lei da Imigração, e consequente período de legalização extraordinária que provocou grandes afluxos às instituições do Estado Português por parte de imigrantes clandestino, pelo que se aceita que não representa o fluxo migratório anual legal.

Figura II. 18 – Autorizações de Permanência



Fonte: SEF

No aspecto da inserção profissional e dos níveis de qualificação, até meados da década de 90, distinguiam-se quatro categorias de imigrantes:

- Os trabalhadores originários da África sub-sahariana, maioritariamente constituídos por cidadãos das ex-colónias africanas, que exercem actividades com baixos níveis de qualificação escolar e profissional, com salários reduzidos e socialmente desvalorizadas, como sejam a construção civil, no caso dos homens, e os serviços de limpeza industrial e doméstica, no caso das mulheres;
- Os indianos e os paquistaneses étnicos, e sobretudo os chineses, com uma expressão numérica ainda reduzida, são sobretudo comerciantes e vendedores. Os chineses estabeleceram-se predominantemente, no sector da restauração e da distribuição alimentar; os indo-paquistaneses estão mais dispersos, desenvolveram empreendimentos de base étnica, mas existe também um grupo importante de trabalhadores na construção civil e de vendedores ambulantes;
- A imigração europeia e norte-americana são de natureza completamente diferente da africana e da asiática. É predominantemente constituída por profissionais qualificados, cuja instalação em Portugal, está associada ao processo de internacionalização da economia portuguesa, decorrente da integração europeia e ao aumento do investimento estrangeiro em Portugal. Além disso, existe também um fluxo importante de europeus reformados, sobretudo britânicos, holandeses e alemães, cuja migração para Portugal se deve à amenidade climática do país, particularmente, da Região do Algarve;
- Os brasileiros evoluíram de uma fase inicial, em que predominavam os empresários e os profissionais altamente qualificados, como sejam os dentistas, jornalistas, especialistas de publicidade e marketing, etc., para

uma representação cada vez maior de trabalhadores semi e pouco qualificados da construção civil, comércio, hotelaria e restauração.

A partir do final da década de 90 a fonte geográfica de imigração sofreu profundas alterações com forte domínio dos países da Europa de Leste (como foi anteriormente constatado) passando a caracterizar-se pela enriquecimento das qualificações a nível médio e superior e pela inserção no mercado de trabalho, onde se registou integração do sector da agricultura e da indústria transformadora.

No actual panorama legislativo que toca a questão da imigração, a Administração Central prepara uma nova Lei de imigração que deverá produzir efeitos no curto prazo. Os principais vectores orientadores são: a integração e a redução dos ilegais; o estabelecimento de acordos e de quotas de imigração com os principais países de origem; e o aumento da fiscalização³⁹. Portugal irá certamente orientar as suas políticas de imigração no sentido da restrição a este movimento populacional, e os principais fluxos futuros tenderão para os já registados em países como a França através dos processos de imigração ilegal e de reunificação familiar, tendo este último representado em 1998 72% das entradas no país.

No âmbito da análise estrita da imigração do Concelho de Ansião interessa recordar que o Concelho se encontra na contiguidade imediata de 2 sistemas territoriais com forte dinâmica no contexto nacional e cuja capacidade atractiva é bastante relevante: o sistema territorial polarizado pela cidade de Coimbra; e o sistema territorial concentrado na área geográfica que circunscreve os concelhos da Marinha Grande e Leiria. Entre 1999 e 2002 registou a nível nacional um aumento da população imigrante residente de 24.8%, mas a importância que estes 2 distritos assumem na assimilação de imigrantes tem vindo a aumentar, fixando-se em 3.7% em 1999 e em 4.1% no ano de 2002. No caso concreto do distrito de Leiria o aumento da população imigrante residente aumentou 28.8% entre 1999 e 2002 (3.2% acima da média nacional).

Quadro II. 12 – Movimentos Migratórios em Ansião

	População que não mudou de Concelho	Imigrantes no Concelho		Emigrantes do Concelho	Saldo Migratório Interno
		De outros Concelhos	De outros Países		
Desde 1995	12194	479	425	564	-85
Desde 1999	13197	188	187	185	3

Fonte: INE, Censos 2001

Por seu lado, o Concelho de Ansião tem verificado um fluxo crescente de imigrantes supranacionais: entre 1995 e 1999 esse fluxo fora (em média) de 60 imigrantes por ano; entre 1999 e 2001 esse fluxo aumentou 56.6%, correspondendo (em média) a 94 imigrantes por ano. O movimento migratório supranacional observado em Ansião totaliza 6.25% do fluxo de imigração do distrito de Leiria. Quanto à imigração inter concelhos foi responsável entre 1995 e 1999 por uma média de 73 imigrantes por ano, e de 94 imigrantes por ano entre 1999 e 2001, o que corresponde a um aumento de 28.7%. No aspecto da emigração a tendência tem-

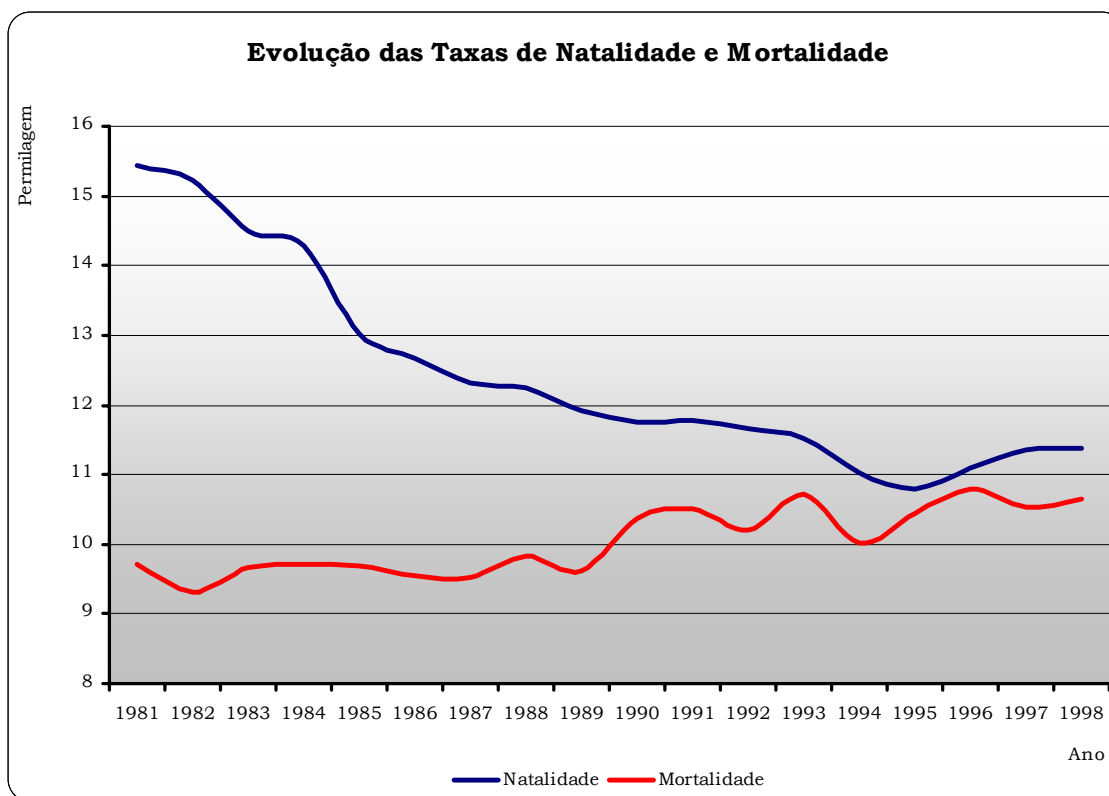
³⁹ De acordo com informações recolhidas junto do ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

se mantido constante desde 1995 (95 emigrantes por ano) indicando que o saldo migratório interno (imigrantes inter concelhos – emigrantes do concelho) tem registado valores negativos até então e que se teria traduzido num saldo migratório total bastante negativo não fossem os contributos da imigração supranacional.

Análise dos Indicadores Demográficos

A série cronológica dos indicadores demográficos da Natalidade e da Mortalidade fornecerão as tendências comportamentais até ao presente, e se articuladas com outros factores de análises, presentear-nos-ão com válidas pistas para o seu desenvolvimento futuro.

Figura II. 19 – Evolução da Natalidade e Mortalidade



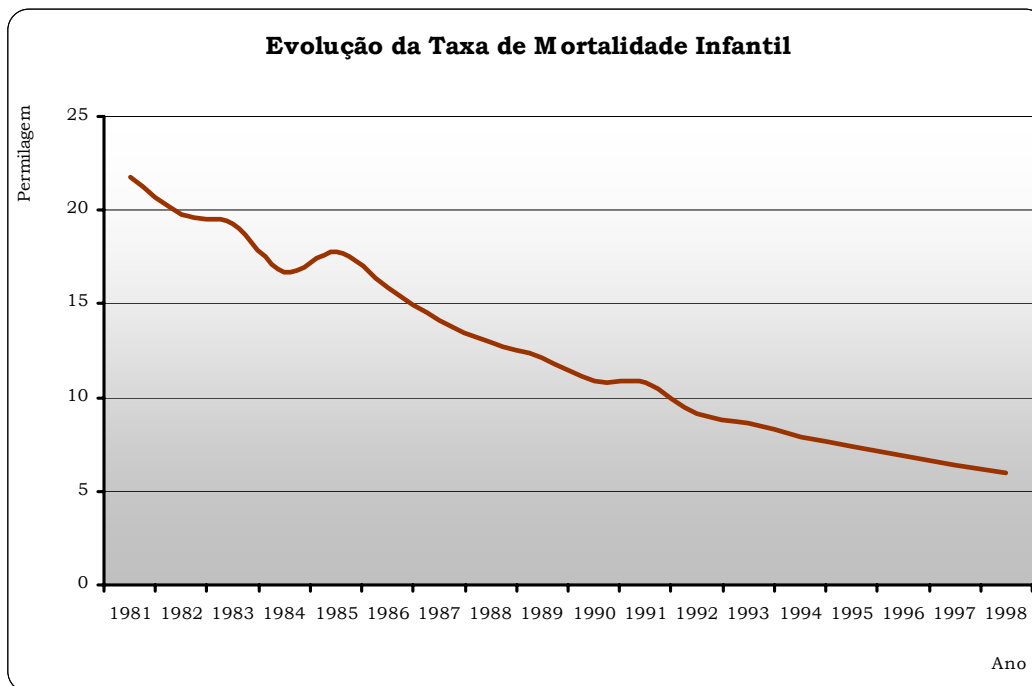
Fonte: INE, Censos 2001

Portugal denota uma tendência evolutiva comum à já registada nos países denominados de desenvolvidos. Uma progressiva diminuição da taxa de natalidade e uma estabilização da taxa de mortalidade, embora com uma ligeira tendência crescente, o que se justifica pelo aumento significativo da esperança de vida e respectivo aumento da população idosa. A taxa de mortalidade nacional estabilizou, desde 1990 entre os 10 e os 11 ‰. Por outro lado, a taxa de natalidade tem vindo a diminuir consideravelmente desde 1981, tendo-se observado uma estabilização no intervalo entre 11 e 12 ‰.

Já a mortalidade infantil tem vindo a decrescer constantemente desde 1981 até à actualidade, e a sua tendência deverá permanecer no caminho já estabelecido. Os avanços tecnológicos, o melhoramento dos cuidados pré-natais e natais e o

tratamento de doenças e malformações genéticas e congénitas orientará ainda mais a descida desta taxa de mortalidade específica e cuja tendência será para a aproximação de valores ínfimos.

Figura II. 20 – Evolução da Mortalidade Infantil



Fonte: INE, Censos 2001

A realidade do Concelho de Ansião é, dado o cenário nacional, um pouco diferente. Ansião registou uma taxa de natalidade de 9‰ e uma taxa de mortalidade de 14‰, valores díspares da realidade nacional mas que são consequência da existência de uma população fortemente envelhecida que se traduz num índice de envelhecimento bastante elevado (166‰). Por outro lado, a taxa de mortalidade infantil em entre 1997 e 2001 salda-se nos 5.1‰, o que representa um valor inferior à taxa média nacional (5.7‰).

Variáveis Incertas – Indicadores Demográficos

Os indicadores demográficos registados no Concelho de Ansião possuem 2 debilidades: uma taxa de natalidade inferior à média nacional; e uma taxa de mortalidade superior à média nacional. Se bem que esta realidade é bastante prejudicial para o crescimento demográfico no Concelho, para a elaboração dos cenários prospectivos é benéfica pois restringe a evolução dos indicadores demográficos, uma vez que aponta a tendência evolutiva. Esta constatação é fortalecida pelo facto do fenómeno dicotómico da *litoralização vs. interiorização* se encontrar cada vez mais enfraquecido como se evidenciou na primeira parte do presente volume da Carta Educativa de Ansião. As dinâmicas territoriais mais fortes começam a encontrar expressão em número cada vez maior de regiões do interior, ao mesmo tempo que a atracção exercida pelas regiões litorais se vai tornando cada vez mais fraca. Desta forma, a fixação da população em regiões do interior começa a ser cada vez mais evidente, e assim os comportamentos demográficos

deverão ser cada vez mais dinâmicos no sentido de propiciar o crescimento. Considerados estes aspectos a evolução dos indicadores demográficos (taxa de natalidade e taxa de mortalidade) deverá sofrer uma melhoria progressiva que fomenta o crescimento demográfico, ou seja, a taxa de natalidade deverá seguir uma tendência crescente e a taxa de mortalidade deverá seguir uma tendência descendente. A definição dos intervalos de variação dos indicadores demográficos deverá estar apenas na determinação do ritmo evolutivo dos mesmos.

A partir da taxa nacional de natalidade e de mortalidade, 10.9 ‰ e 10.2 ‰ respectivamente, e considerando as taxas de natalidade e mortalidade da região Centro onde o Concelho de Ansião se insere, 9.4 ‰ e 11.4 ‰ respectivamente, considera-se que a estimativa para que Ansião se deverá aproximar nos próximos anos será de uma taxa de natalidade de 10 ‰ e de uma taxa de mortalidade de 11 ‰. Os valores alvo dos indicadores demográficos não correspondem aos valores exactos da região Centro pois considera-se que estando o Concelho de Ansião na contiguidade imediata dos 2 sistemas territoriais de forte dinamismo anteriormente identificados, *sofrerá* os benefícios desta contiguidade devendo estes indicadores demográficos reflectir tal realidade. A diferença para efeito de construção dos cenários estará apenas, como foi enunciado anteriormente, no ritmo que essa evolução tomará. Estabelecem-se 2 hipóteses:

1. Uma progressão aritmética dos actuais indicadores para os valores alvo num prazo de 10 anos, constituindo esta hipótese o cenário ponderado. Neste caso a taxa de natalidade evoluiria 0.1 ‰ por ano e a taxa de mortalidade 0.38 ‰ por ano;
2. Uma progressão aritmética dos actuais indicadores para os valores alvo num prazo de 5 anos, dando origem ao cenário mais optimista. O cenário pauta-se por uma progressão anual de 0.2 ‰ da taxa de natalidade e de 0.76 ‰ da taxa de mortalidade.

Acompanhando também esta progressão deverá estar a taxa de mortalidade infantil que regista um valor reduzido no Concelho de Ansião (5.1 ‰) e que deverá continuar a acompanhar a tendência descendente do país. Note-se que Portugal possui uma das mais elevadas taxas de mortalidade infantil da União Europeia e que a tendência dominante é para a descida. A taxa de mortalidade infantil genérica na União Europeia ronda os 4 ‰⁴⁰, e Portugal tende a caminhar nessa direcção. Assim, para a construção dos cenários, deverá ser calculado um abrandamento anual da taxa de mortalidade infantil de 0.1 ‰. Contudo considera-se esta variável como uma tendência pesada, ou seja, presente em todos os cenários a ser elaborados.

Variáveis Incertas – Migrações

As migrações deverão contemplar 2 distinções: a imigração supranacional; e as migrações inter concelhos.

A imigração supranacional tem registado números elevados, o que motivou o Governo Português a proceder à elaboração de uma nova Lei de imigração. As afirmações do Governo nesta matéria indicam uma maior contenção e um maior rigor quanto a este movimento populacional. A Lei da Imigração, com a nova

⁴⁰ Fonte: Eurostat.

redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 34/2003 de 25 de Fevereiro, revoga o regime das autorizações de permanência, permitindo que as condições de estada em Portugal resultem apenas da concessão de vistos ou de autorizações de residência, sem prejuízo da protecção das expectativas criadas àqueles que atempadamente apresentaram os seus pedidos de autorização e daqueles que pretendam a sua prorrogação. Adopta ainda a fixação de um limite máximo anual imperativo de entradas em território nacional de cidadãos de Estados terceiros, elaborado plurianualmente pelo Governo, e reduz o período mínimo de residência necessário aos cidadãos estrangeiros para que possam obter autorização de residência permanente, permitindo a legalização de todos os imigrantes que se encontrem efectivamente integrados na sociedade portuguesa.

Por outro lado, a abertura da União Europeia à Europa de Leste deverá propiciar a estes países as condições necessárias para que consigam fixar as suas populações e criar uma conjuntura sócio-económica que permita dar resposta às carências e anseios das populações imigrantes que ambicionam melhores condições de vida.

A imigração massiva que se tem observado nos últimos anos deverá estabilizar ou mesmo diminuir consideravelmente, face às novas medidas interpostas pelo Governo Português e às mudanças do contexto geopolítico mundial. Contudo, o fluxo migratório proveniente do Continente Africano e da América Latina deverá manter-se ou mesmo aumentar, o que face ao estabelecimento de quotas de imigração poderá conduzir aos movimentos de imigração ilegal.

Para o Concelho de Ansião, esta nova realidade poderá significar perder a força da componente imigratória de que tinha vindo a beneficiar e que em muito tinha combatido um saldo migratório prejudicial para a dinâmica populacional do Concelho.

Para a construção dos cenários, no âmbito da variável imigração supranacional, deverão ser consideradas as seguintes hipóteses:

3. Estabilização dos fluxos imigratórios supranacionais e sua manutenção no horizonte de projecto (10 anos), consolidando-se numa média de 90 imigrantes supranacionais por ano, que corresponde a 0.65% da população residente em Ansião;
4. Pequena redução dos fluxos imigratórios supranacionais imediatos, mas com um ligeiro aumento progressivo no horizonte de projecto devido aos movimentos de reunificação familiar, traduzindo-se numa captação inicial de 60 imigrantes por ano (0.44% da população residente) com subsequentes incrementos anuais de 0.025%.

No âmbito das migrações inter concelhos, o início da revisão do Plano Director de Ansião deverá proporcionar ao Concelho um maior índice de atractividade, pois assegurará, assumindo que o novo instrumento de gestão territorial será o produto de um processo de reflexão e de melhoramento das anteriores versões de Planos Directores. Isto também, porque se considera que a anterior versão do PDM de Ansião não contém uma estratégia clara de desenvolvimento para o Concelho e não espelha uma política urbana inteligível. Daí, e sabendo-se que as migrações inter concelhos estão fortemente associadas às políticas urbanísticas adoptadas, estão reunidas as condições para existir, de facto, um aumento na atractividade do Concelho, embora se admita que este não deverá ser muito significativo, pois o crescimento demográfico de Ansião estará, quase que impreterivelmente, associado

ao crescimento do sistema territorial em que se insere, neste caso na periferia do sistema territorial liderado por Coimbra e na contiguidade do sistema territorial de Leiria e Marinha Grande.

Interessa também avaliar os projectos de loteamentos urbanos, nomeadamente o número de fogos, que têm sido executados no Concelho, de forma a tentar extrair algumas tendências pesadas.

Quadro II. 13 – Fogos Construídos entre 1996 e 2003

Freguesia	Número Fogos			Total Fogos
	Habitação Unifamiliar	Habitação Plurifamiliar	Habitação e Comércio	
Alvorge	66	-	-	66
Ansião	120	23	106	249
Avelar	96	63	49	208
Chão-de-Couce	108	-	3	111
Lagarteira	28	-	-	28
Pousaflores	52	2	-	54
Santiago da Guarda	142	2	12	156
Torre Vale Todos	22	-	-	22
Total	634	90	170	894

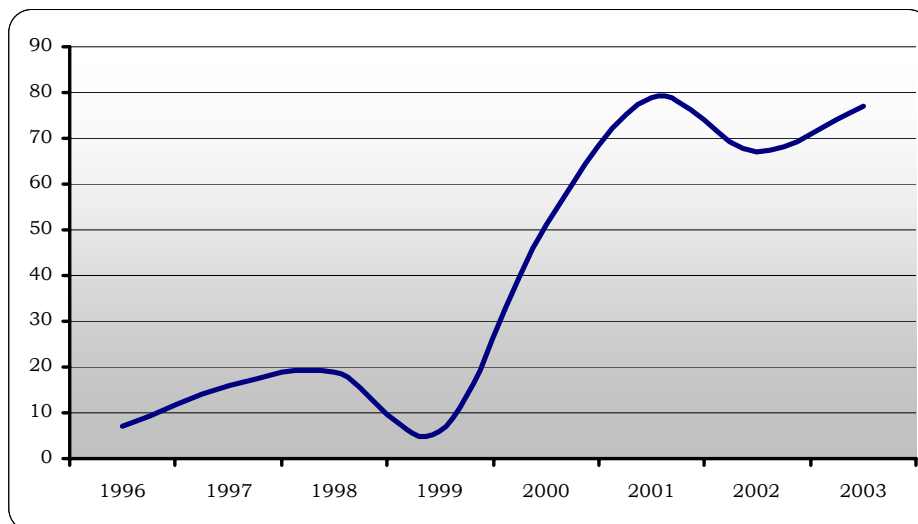
Fonte: Câmara Municipal de Ansião

Verifica-se que são os aglomerados urbanos posicionados no topo da hierarquia da rede urbana intra concelhia a sofreram maior pressão construtiva. Só Ansião recebeu cerca de 28% dos fogos construídos no Concelho desde 1996. Ambos os aglomerados urbanos de Santiago da Guarda e Avelar, também posicionados nos lugares cimeiros da hierarquia urbana, receberam a maior parte dos fogos restantes. Temos então que no intervalo de 8 anos o Concelho registou a construção de 894 novos fogos, o que equivale a uma média de, aproximadamente, 112 fogos anuais distribuídos da seguinte forma consoante as tipologias construtivas:

- Habitação Unifamiliar – 71%;
- Habitação Plurifamiliar – 10%;
- Habitação e Comércio – 19%.

A figura II.21, que representa a progressão da atribuição de licenças de utilização, deverá servir apenas como um complemento do quadro II.13, visto os dados fornecidos não localizarem no tempo as operações de loteamento.

Figura II. 21 – Evolução da Concessão de Licenças de Utilização



Fonte: Câmara Municipal de Ansião

Poderemos assim estabelecer, aproximadamente, um nexos temporal relativizando o comportamento mais ou menos agressivo das operações de loteamento, que se revela um dado bastante útil para complementar os cenários prospectivos em análise. Note-se então que existe um avolumar da atribuição das licenças de utilização a partir de 1999, indiciando um possível aumento da construção no Concelho.

Relevante neste contexto é o plano da autarquia para a dinamização urbana do aglomerado de Santiago da Guarda, tendo sido elaborado um estudo prévio bastante semelhante a um Plano de Pormenor, que contempla a criação de 24 moradias unifamiliares e 10 edificações de habitação e comércio, totalizando uma área construtiva global de 57 960 m².

Ainda, não deverá ser negligenciado o facto de o parque habitacional do Concelho de Ansião possuir aproximadamente 14% de alojamentos vagos (33% dos fogos vagos estão associados a fenómenos de especulação imobiliária), e também uma taxa de 24% de uso de alojamentos com fins de residência secundária ou sazonal⁴¹. A Revisão do Plano Director Municipal deverá potenciar uma redução no número de alojamentos vagos, pois deverá conter uma vertente de requalificação do parque edificado mais antigo⁴² e de contenção da expansão urbana (diminuindo também a margem de manobra para a especulação imobiliária).

Em suma, considerando os aspectos que deverão reger a política urbana para Ansião, deverão ser equacionados os seguintes cenários relacionados com as migrações inter concelhos:

5. Manutenção do saldo migratório interno num prazo de 4 anos⁴³. Posteriormente, e até ao ano horizonte de projecto (2013), os níveis migratórios sofreriam ligeiros incrementos, ao passo que os níveis

⁴¹ Conforme a caracterização e diagnóstico da habitação, volume I da Carta Educativa.

⁴² De acordo com as orientações políticas das recém criadas CCDR.

⁴³ Considera-se o período adequado para a plena implementação do novo PDM de Ansião e execução urbanística das suas indicações.

emigratórios tenderiam a manter-se, substanciando uma pequena progressão positiva do saldo migratório interno;

6. Manutenção do saldo migratório interno num prazo de 4 anos⁴⁴. Posteriormente, o saldo migratório tenderia a evoluir positivamente nas 2 vertentes: pequeno aumento da imigração e ligeira diminuição da emigração.
7. A vontade do Município em procurar a diferenciação no contexto nacional quanto à oferta educativa, nomeadamente a componente profissional ligada às tecnologias da conservação ambiental e actividades económicas verdes, colocaria Ansião no mapa nacional formativo e, consequentemente, o Concelho sofreria novas dinâmicas daí decorrentes. Apesar de se admitir que grande parte dos movimentos migratórios seria de natureza temporária⁴⁵, as novas dinâmicas dentro e fora do concelho trariam, certamente, benefícios demográficos marginais. Assim seria expectável teorizar que o saldo migratório, num período inicial de 3 a 4 anos não sofreria modificações (considerando também a implementação do novo PDM) de relevo, mantendo-se nos mesmos níveis registados desde 1999. Posteriormente, e até 2013, a componente imigratória aumentaria moderadamente e a componente emigratória diminuiria ligeiramente, traduzindo-se num incremento positivo do saldo migratório interno.

Desenvolvimento das Projeções Demográficas Prospectivas

Após deliberações dos órgãos executivos da Câmara Municipal de Ansião, as opções evolutivas para o Concelho recaíram sobre os seguintes cenários:

- i. Cenário Diacrónico de Convergência Global;
- ii. Pequeno crescimento anual da taxa de natalidade (0.1 ‰) e pequeno decréscimo anual na taxa de mortalidade (0.38 ‰);
- iii. Pequena redução dos fluxos imigratórios supranacionais imediatos, mas com um ligeiro aumento progressivo no horizonte de projecto devido aos movimentos de reunificação familiar, que se pode traduzir na captação de 60 imigrantes por ano (0.44% da população) com subseqüentes incrementos anuais (0.025% da população);
- iv. O saldo migratório interno num período inicial de 3 a 4 anos manter-se-ia nos mesmos níveis registados desde 1999. Posteriormente, e até 2013, a componente imigratória aumentaria moderadamente e a componente emigratória diminuiria ligeiramente, traduzindo-se num incremento positivo do saldo migratório interno.

Posteriormente às opções dos decisores políticos do Município, era ainda necessário estimar alguns factores imprescindíveis para a correcta elaboração das projecções.

No que respeita à imigração supra nacional era necessário materializar o eventual padrão de distribuição dos imigrantes pelos vários grupos etários. Por se tratar de um fenómeno intrinsecamente ligado à actividade económica considerou-se que seriam os grupos etários entre os 25 e os 34 anos que representariam de forma mais significativa os imigrantes oriundos de outros países, atribuindo-lhe uma

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Relacionados com a duração da acção formativa.

quota de 50%. Os grupos etários entre os 20 e os 24 anos e entre os 35 e os 39 anos constituiriam ainda uma porção significativa desta população, pelo que lhes foi atribuído uma importância de 30%. Os imigrantes do grupo etário entre os 40 e os 44 anos de idade deverão ser os menos expressivos pois tratam-se de indivíduos já em estágio avançado na idade activa e cuja motivação para imigrar em busca de melhores condições de trabalho é mais reduzida. O grupo etário entre os 0 e os 19 anos é apenas considerado para efeitos de movimentos de reunificação familiar para os imigrantes que desejem permanecer em Portugal e requeiram os seus direitos.

Quadro II. 14 – Distribuição da População Associada aos Movimentos Migratórios por Grupos Etários

	Grupo Etário	Distribuição Percentual
Imigração Supranacional	0-19	0,1
	20-24	0,15
	25-29	0,25
	30-34	0,25
	35-39	0,15
	40-44	0,1
Imigração Inter Concelhos	0-24	0,09
	25-34	0,24
	35-44	0,32
	45-64	0,35
Emigração	0-14	0,07
	15-24	0,35
	25-34	0,28
	35-44	0,24
	45-64	0,06

Fonte: Elaboração própria

A natureza da imigração de origem interna é bastante diferente, sendo constituída na sua maioria por indivíduos já em fases mais avançadas da sua idade activa que procuram um ritmo de vida mais calmo e desafogado. Contudo, a mobilidade do mercado de trabalho não deverá ser negligenciada e como tal, deverá subsistir uma parte considerável de indivíduos em plena idade activa que são alvo destes movimentos migratórios orientados por motivações profissionais. Assim, considerando os dois grupos referidos anteriormente, atribui-se grande preponderância nestes movimentos às faixas etárias entre os 25 e os 64 anos.

A componente emigratória é antagónica da imigração inter concelhos uma vez que este movimento populacional é preponderante nas camadas mais jovens da população por razões que se prendem com a prossecução dos estudos e com a busca de maiores e melhores oportunidades nos grandes centros urbanos.

No entanto, visto a escolha do Executivo da Câmara Municipal de Ansião ter recaído sobre o cenário 7, que contempla um movimento migratório significativo de jovens em idade escolar avançada em virtude da especificidade oferta educativa que se pretende implantar em Ansião, o padrão distributivo das idades dos imigrantes e emigrantes terá que ser alterado, sensivelmente, a partir de 2005/2006 passando a ter a seguinte matriz:

Quadro II. 15 – Distribuição Etária da População Imigrante após 2005/2006

	Grupo Etário	Distribuição Percentual
Imigração Inter Concelhos	0-24	0,25
	25-34	0,24
	35-44	0,24
	45-64	0,27
Emigração	0-14	0,07
	15-24	0,2
	25-34	0,22
	35-44	0,36
	45-64	0,15

Fonte: Elaboração própria

A emigração nos escalões mais jovens é também afectada uma vez que estas faixas etárias encontram novas razões de atractividade e de fixação no Concelho de Ansião.

De maneira a dotar de rigor o modelo de projecções demográficas, a decomposição dos movimentos migratórios pelos diversos grupos etários tem que ser acompanhada da distribuição espacial pelo território.

Quadro II. 16 – Distribuição Espacial da População Imigrante

Freguesias	Peso na População Total	Peso Relativo
Ansião	0,19	0,333
Avelar	0,15	0,263
Santiago da Guarda	0,23	0,404
TOTAL	57%	100%

Fonte: Elaboração própria

Sob o prisma da imigração apenas foi idealizado como viável o aumento de população nas freguesias que registaram crescimentos demográficos ou tendências para a manutenção de população. O conjunto destas freguesias engloba os centros urbanos de hierarquia mais elevada em Ansião, consubstanciando as escolhas efectuadas já que é bastante compatível com este tipo de movimento migratório. Uma vez determinados os territórios alvo da imigração, era necessário distribuir o número de indivíduos pelas diversas freguesias. Procedeu-se ao cálculo do peso que cada freguesia possuía na estrutura populacional global de Ansião aquando dos Censos 2001 e efectuou-se a extrapolação considerando que as freguesias enumeradas constituíam a globalidade da estrutura populacional.

Pelo facto da emigração se revestir de uma natureza que não discrimina o grau de urbanidade das freguesias de Ansião optou-se por se aplicar uma distribuição espacial mais uniforme do fenómeno considerando para efeitos de distribuição estatística o posicionamento hierárquico das freguesias no Concelho e a população respectiva.

Quadro II. 17 – Distribuição Espacial da População Emigrante

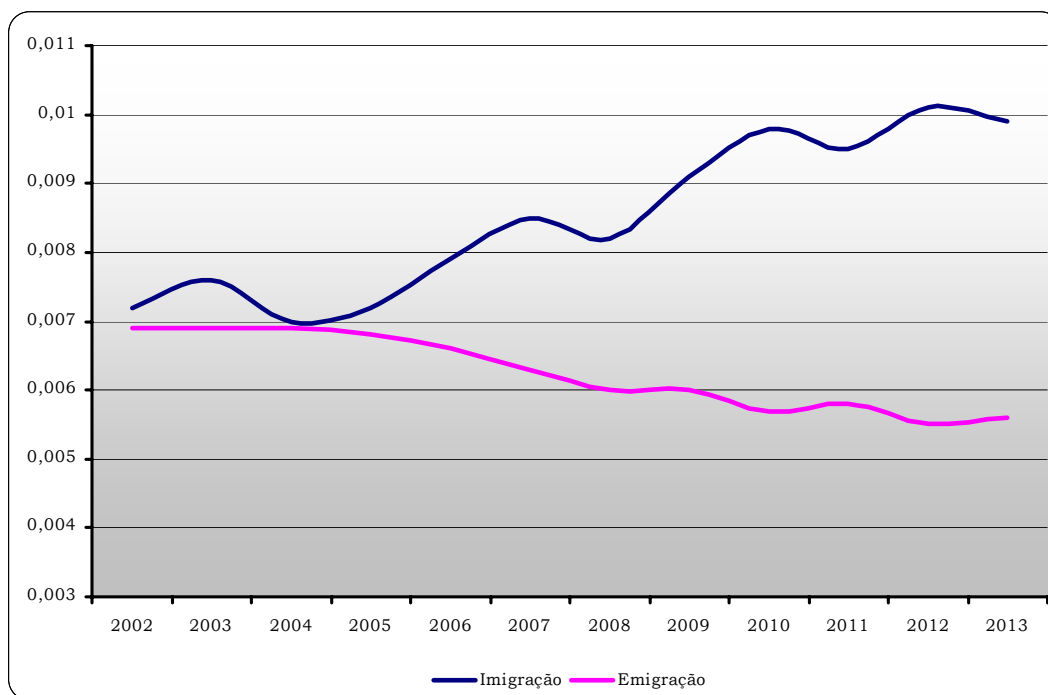
	Dist. Percentual	Número Freguesias	Dist. Relativa
Freguesias Rurais	0,5	5	0,1000
Freguesias Urbanas	0,5	3	0,1667

Fonte: Elaboração própria

Apesar do seu posicionamento hierárquico, as freguesias classificadas como urbanas apresentam uma distribuição percentual tão elevada quanto as rurais pelo facto de estas possuírem grande parte da totalidade da população do Concelho de Ansião, dando assim origem a uma probabilidade mais elevada de ocorrência de movimentos emigratórios. Comparativamente, as freguesias classificadas como rurais apresentam distribuição percentual semelhante, mas considerando o seu fraco povoamento e reduzida densidade populacional é de fácil constatação a elevada pressão emigratória de que são alvo.

Definidos os factores de distribuição espacial e por grupos etários da população proveniente dos movimentos migratórios, o próximo estágio a materializar é a progressão do saldo migratório interno. Obedecendo às opções manifestadas pelo Executivo Camarário, a progressão do saldo migratório interno deverá encaminhar-se para uma situação de fixação de população.

Figura II. 22 – Evolução das Taxas de Imigração e Emigração



Fonte: Elaboração própria

Note-se a tendência da redução da taxa de emigração decorrente da crescente atractividade de Ansião, ao mesmo tempo que se verifica o crescimento da taxa de imigração. Um dado de extrema importância nesta modelação é o incremento do nível de acessibilidade que o Concelho de Ansião tem vindo a sofrer fomentando o aparecimento de movimentos pendulares habitação-trabalho motivados pelos diferenciais de valor do mercado imobiliário, potenciando a fixação de população dentro dos limites concelhios beneficiando assim de habitações financeiramente mais atractivas.

Conjugando todos os elementos dispostos nos quadros II.14, II.15, II.16 e II.17, juntamente com as variáveis dos cenários escolhidos, foi possível construir uma matriz de transformação de migrações⁴⁶ a aplicar à estrutura populacional e etária do Concelho, complementando deste modo o modelo de *Cohort Survival*.

Restava então a aplicação das disposições constantes nos cenários de evolução dos indicadores demográficos referentes à taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de mortalidade infantil para se poderem concretizar as projecções demográficas prospectivas.

A redução da taxa de mortalidade infantil foi identificada como uma tendência pesada, devendo acompanhar o ritmo decrescente que se tem verificado nas últimas décadas e aproximando-se dos valores registados em outros países da União Europeia. Partindo da taxa média calculada para as projecções demográficas em crescimento natural (5.1 ‰) tenderá a aproximar-se da taxa, por exemplo, registada em França (4 ‰), correspondendo a uma redução anual de 0.1 ‰.

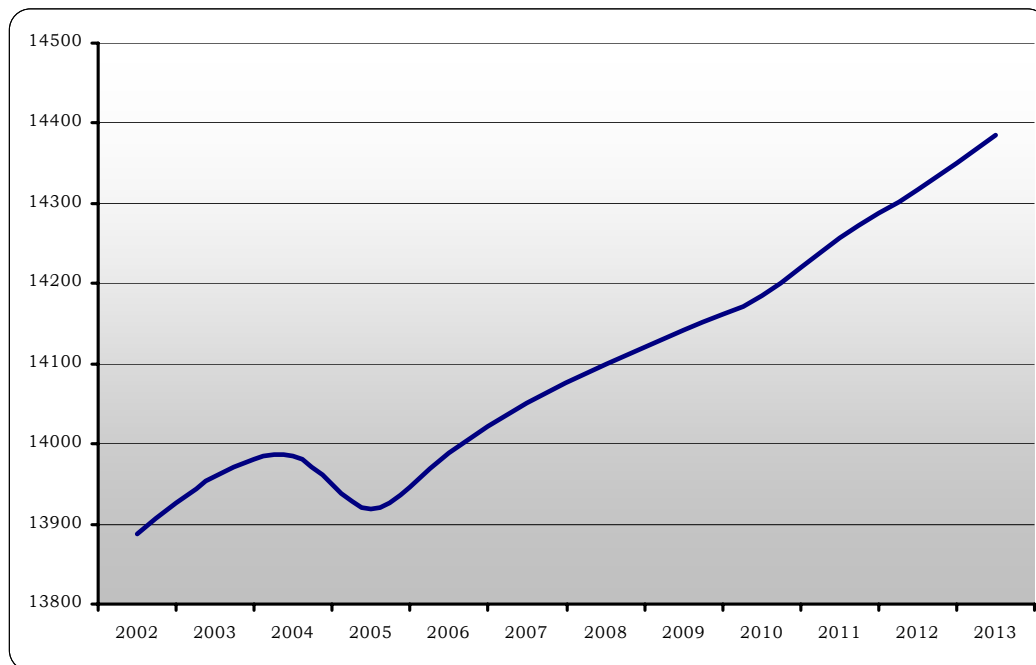
A taxa de mortalidade não possui uma expressão territorial diferenciada considerando-se assim que os decréscimos anuais de 0.38 ‰ eram uniformes no território municipal.

A taxa de natalidade possui um padrão comportamental diferente necessitando de uma abordagem distinta. Partindo da matriz de taxas de natalidade utilizada para as projecções demográficas em crescimento natural não seria expectável que as freguesias alvo de forte movimento emigratório e de fraca imigração pudessem registar um aumento deste indicador. A taxa de natalidade apenas deverá registar incrementos nas freguesias do quadro II.16, ou seja, as freguesias que registaram maiores dinâmicas demográficas positivas nas últimas décadas. Construída a matriz de transformação da taxa de natalidade⁴⁷ estão reunidos todos os elementos necessários para a elaboração das projecções demográficas prospectivas.

⁴⁶ Anexo IX.

⁴⁷ Em Anexo X.

Figura II. 23 – Evolução da População do Concelho



Fonte: Elaboração própria

De acordo com o modelo adoptado, a população de Ansião sofrerá um crescimento de aproximadamente 5%⁴⁸. Este crescimento apresenta um comportamento flutuante no início do período mas tende a assumir um carácter constante a partir de 2005. Não obstante, é necessário verificar se o Concelho de Ansião possui as condições necessárias para absorver tal crescimento demográfico. De acordo com os elementos recolhidos para caracterização do parque habitacional do concelho⁴⁹ existem:

- Planos urbanísticos para a construção de 10 moradias e 10 edifícios de habitação, totalizando uma área construtiva de 57 960 m²;
- 14% de alojamentos vagos (1078 fogos);
- 76% de alojamentos ocupados permanentemente (5014 fogos);
- Dinâmica construtiva média de aproximadamente 112 fogos por ano;
- 33% dos alojamentos construídos são para uso sazonal e/ou secundário.

O plano urbanístico para Santiago da Guarda que contempla a construção de cerca de 60 000 m² fora já preponderante para a inclusão da Freguesia de Santiago da Guarda no grupo de Freguesias de Ansião que se apresentam com maior dinâmicas imigratórias. Outro dado de grande relevância é o facto de cerca de 33% dos fogos recentemente construídos em Ansião se destinarem a uso secundário e/ou sazonal, devendo tal reflectir-se na dinâmica construtiva média do Concelho, no sentido em que apenas 75 fogos anuais deverão ser contabilizados para validar as projecções demográficas prospectivas.

Também a Revisão do Plano Director Municipal de Ansião e as políticas urbanísticas a ser implementadas, que de acordo com os serviços regionais da Administração Central deverão pautar-se pela requalificação urbana e do parque edificado, trarão

⁴⁸ As tabelas das projecções demográficas prospectivas encontram-se dispostas em Anexo XI.

⁴⁹ Constantes do 1º volume da Carta Educativa de Ansião.

novos *inputs* a ser considerados na conjuntura de desenvolvimento urbano, nomeadamente a possibilidade de haver uma redução do universo de alojamentos vagos e uma redução do número de fogos construídos por ano em consonância com a indicação para a restrição das áreas de expansão delimitadas em sede de Plano Director Municipal.

Assim, e considerando as conclusões expostas anteriormente, para a verificação da consistência do modelo de projecção demográfica adoptado apenas deverão ser considerados cerca de 65 fogos por ano, o que no horizonte de projecto se materializa num total de 650 fogos e aplicando a ocupação média por fogo (1.5 habitantes) proporciona a possibilidade de um aumento populacional de 975 indivíduos. Note-se que se trata de uma análise fortemente tendencial e linear, sendo no entanto expectável que o ritmo construtivo venha a decrescer consideravelmente em meados da década em que nos encontramos por limitações endógenas do tecido económico e do mercado da procura.

O modelo de projecção adoptado consubstancia um aumento populacional de 666 indivíduos que se revela possível dado a progressão esperada do número de fogos construídos no Concelho de Ansião.

No âmbito da actuação da Carta Educativa, importa relevar a progressão da população em idade escolar que será a base para a programação da futura rede educativa do Concelho. Para efeitos de dimensionamento dos equipamentos colectivos de ensino, os resultados anuais por faixa etária das projecções demográficas deverão ser alvo de aproximação à unidade imediatamente superior⁵⁰.

Os resultados das projecções encontram-se dispostos no quadro II.18⁵¹.

⁵⁰ As projecções demográficas prospectivas inteiras estão dispostas em Anexo XII.

⁵¹ Note-se a desagregação dos vários ciclos de ensino de acordo com as disposições da nova Lei da Educação.

Quadro II. 18 – Projecções da População Escolar por Níveis de Ensino

		População em Idade Escolar por Níveis de Ensino (Projecções Inteiras)								
		Alvorge	Ansião	Avelar	Chão de Couce	Lagarteira	Pousaflores	Santiago da Guarda	Torre de Vale de Todos	TOTAL
2002	3-5 Anos / Pré-escolar	26	83	57	57	19	17	84	13	356
	6-9 Anos / EB 1	40	91	88	78	23	33	106	16	475
	10-11 Anos / EB 2	20	51	39	40	14	21	61	8	254
	12-14 Anos / ES 1	42	82	64	71	17	32	116	14	438
	15-17 Anos / ES 2	35	71	67	72	15	44	124	14	442
	18 Anos	7	22	21	25	9	14	39	11	148
	TOTAL	170	400	336	343	97	161	530	76	2113
2003	3-5 Anos / Pré-escolar	25	80	66	56	19	18	88	13	365
	6-9 Anos / EB 1	35	104	77	88	28	29	93	15	469
	10-11 Anos / EB 2	21	49	48	34	8	18	67	8	253
	12-14 Anos / ES 1	40	85	62	69	18	34	105	16	429
	15-17 Anos / ES 2	40	62	66	78	15	41	121	11	434
	18 Anos	10	28	19	20	6	14	40	6	143
	TOTAL	171	408	338	345	94	154	514	69	2093
2004	3-5 Anos / Pré-escolar	26	89	65	63	21	20	83	10	377
	6-9 Anos / EB 1	34	98	81	77	21	26	109	19	465
	10-11 Anos / EB 2	26	47	43	43	13	18	52	7	249
	12-14 Anos / ES 1	32	81	62	61	19	32	93	15	395
	15-17 Anos / ES 2	45	72	62	75	16	32	129	11	442
	18 Anos	8	22	23	25	4	17	38	4	141
	TOTAL	171	409	336	344	94	145	504	66	2069

2005	3-5 Anos / Pré-escolar	29	88	64	63	18	21	78	11	372
	6-9 Anos / EB 1	31	106	78	76	26	22	121	18	478
	10-11 Anos / EB 2	21	47	41	41	15	18	42	6	231
	12-14 Anos / ES 1	34	72	65	58	15	31	97	13	385
	15-17 Anos / ES 2	42	81	62	71	17	32	115	14	434
	18 Anos	15	21	23	25	3	11	46	3	147
	TOTAL	172	415	333	334	94	135	499	65	2047
2006	3-5 Anos / Pré-escolar	30	87	62	51	17	21	78	11	357
	6-9 Anos / EB 1	34	118	81	84	25	24	112	17	495
	10-11 Anos / EB 2	14	46	45	35	10	15	56	9	230
	12-14 Anos / ES 1	33	78	65	59	20	26	89	10	380
	15-17 Anos / ES 2	40	86	61	69	18	34	107	16	431
	18 Anos	14	19	18	25	5	10	38	2	131
	TOTAL	165	434	332	323	95	130	480	65	2024
2007	3-5 Anos / Pré-escolar	27	88	63	44	15	21	73	11	342
	6-9 Anos / EB 1	37	113	90	77	26	25	125	16	509
	10-11 Anos / EB 2	14	59	38	47	13	11	57	9	248
	12-14 Anos / ES 1	35	71	70	59	16	28	79	11	369
	15-17 Anos / ES 2	32	83	62	61	19	32	96	15	400
	18 Anos	15	32	22	24	6	10	46	4	159
	TOTAL	160	446	345	312	95	127	476	66	2027
2008	3-5 Anos / Pré-escolar	26	92	63	43	15	21	77	10	347
	6-9 Anos / EB 1	35	123	89	78	26	27	113	14	505
	10-11 Anos / EB 2	20	58	38	42	11	11	59	10	249
	12-14 Anos / ES 1	26	76	65	60	22	23	79	11	362
	15-17 Anos / ES 2	34	75	67	58	15	31	99	13	392
	18 Anos	12	31	23	21	5	11	33	7	143
	TOTAL	153	455	345	302	94	124	460	65	1998
2009	3-5 Anos / Pré-escolar	25	93	64	42	14	21	78	9	346

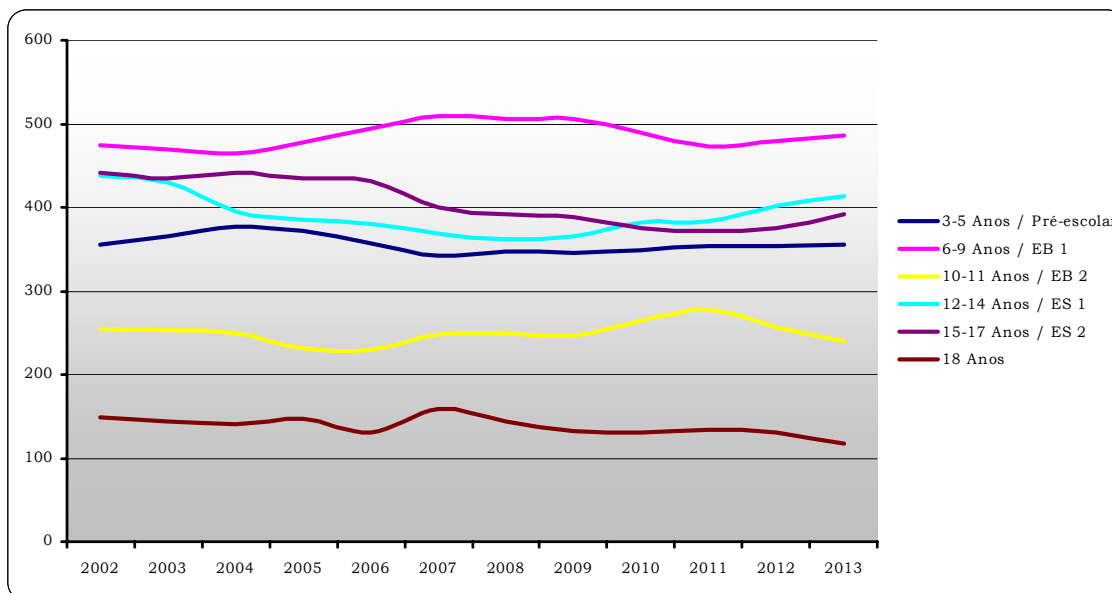
	6-9 Anos / EB 1	38	123	90	78	23	28	111	15	506
	10-11 Anos / EB 2	17	53	44	29	13	11	70	9	246
	12-14 Anos / ES 1	23	84	63	63	16	21	83	13	366
	15-17 Anos / ES 2	33	80	68	59	20	26	93	10	389
	18 Anos	13	24	18	24	7	13	29	5	133
	TOTAL	149	457	347	295	93	120	464	61	1986
2010	3-5 Anos / Pré-escolar	24	93	66	42	13	21	81	9	349
	6-9 Anos / EB 1	39	124	88	64	22	28	111	14	490
	10-11 Anos / EB 2	14	66	49	42	14	13	59	7	264
	12-14 Anos / ES 1	25	86	63	61	18	16	97	15	381
	15-17 Anos / ES 2	35	74	71	59	16	28	82	11	376
	18 Anos	7	30	23	16	7	8	36	3	130
	TOTAL	144	473	360	284	90	114	466	59	1990
2011	3-5 Anos / Pré-escolar	23	96	66	42	12	21	84	9	353
	6-9 Anos / EB 1	35	125	88	56	20	28	108	13	473
	10-11 Anos / EB 2	20	66	48	48	13	14	62	7	278
	12-14 Anos / ES 1	26	92	63	57	19	17	96	13	383
	15-17 Anos / ES 2	26	78	68	60	22	23	84	11	372
	18 Anos	14	23	27	18	1	10	36	5	134
	TOTAL	144	480	360	281	87	113	470	58	1993
2012	3-5 Anos / Pré-escolar	21	96	66	42	12	21	86	9	353
	6-9 Anos / EB 1	34	129	91	56	19	28	111	12	480
	10-11 Anos / EB 2	21	63	45	35	12	14	61	6	257
	12-14 Anos / ES 1	25	92	75	56	19	18	103	13	401
	15-17 Anos / ES 2	23	87	66	63	16	21	86	13	375
	18 Anos	12	29	19	25	12	8	23	2	130
	TOTAL	136	496	362	277	90	110	470	55	1996
2013	3-5 Anos / Pré-escolar	21	98	67	42	12	20	87	9	356
	6-9 Anos / EB 1	32	132	92	56	18	28	116	12	486

	10-11 Anos / EB 2	18	63	46	28	10	14	55	6	240
	12-14 Anos / ES 1	26	101	74	63	21	20	98	10	413
	15-17 Anos / ES 2	25	88	65	61	18	16	103	15	391
	18 Anos	9	24	26	16	3	10	25	4	117
	TOTAL	131	506	370	266	82	108	484	56	2003

Fonte: Elaboração própria

De acordo com os dados do quadro II.18 é possível traçar a evolução da população escolar por nível de ensino e em consonância com as disposições da nova Lei da Educação.

Figura II. 24 – Evolução da População Escolar por Nível de Ensino



Fonte: Elaboração própria

É a população afectada ao 1º ciclo do ensino básico que revela ser a mais numerosa, apresentando uma tendência flutuante para a manutenção dos níveis de alunos no início do período e no horizonte da Carta Educativa. O 2º ciclo do ensino básico apresenta padrão semelhante mas com uma população escolar mais reduzida, também porque se trata de um ciclo de estudos que apenas contempla 2 anos de escolaridade.

O ensino pré-escolar é aquele que se caracteriza pela maior estabilidade registando praticamente a mesma população entre o início e o fim do período em estudo.

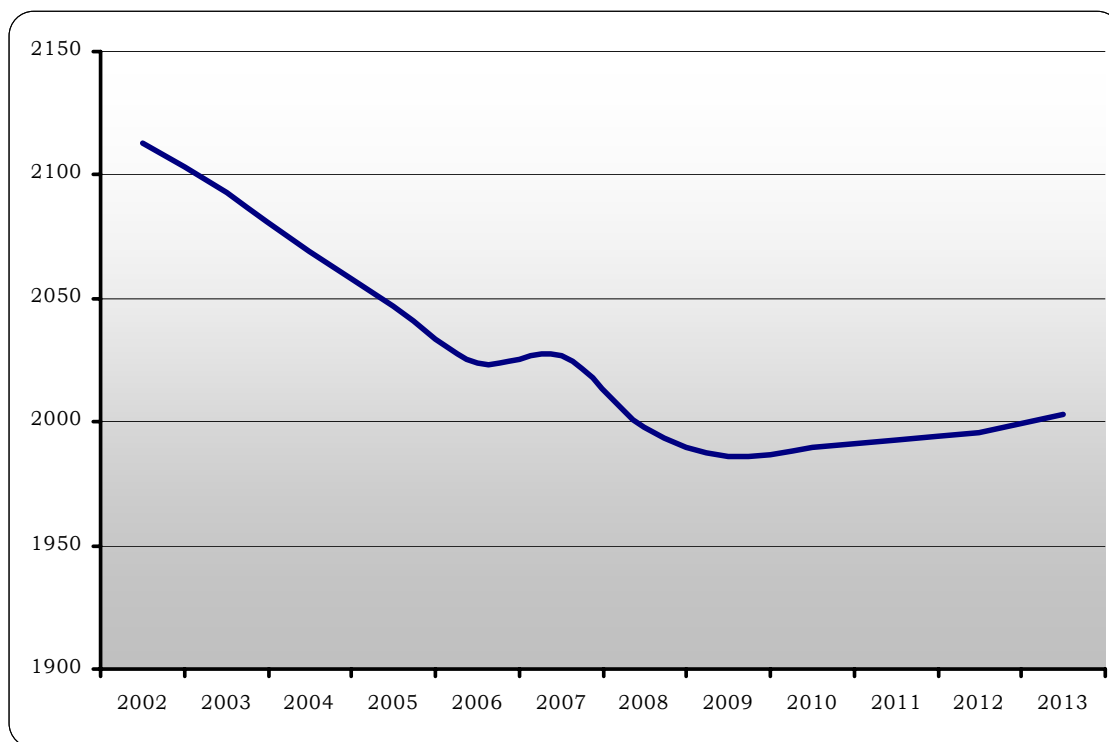
No que concerne ao novo ciclo secundário, é o 1º ciclo que regista uma descida do número de alunos no início do período mantendo-se esta tendência até ao ano de 2008 no qual se dá um ponto de inflexão e inverte a tendência decrescente. O 2º ciclo do ensino secundário apresenta comportamento semelhante diferindo no ano em que se verifica o ponto de inflexão, aparecendo mais tarde no ano de 2012.

Note-se as discrepâncias entre as projecções demográficas prospectivas e os resultados dos inquéritos à população escolar apresentados no volume I da Carta Educativa de Ansião. A explicação para tal reside no facto de as projecções aqui apresentadas apenas se reportarem à população indígena do Concelho de Ansião, ao contrário dos inquéritos que aferem da população que frequenta a rede educativa do Concelho e que, como se concluiu no volume anterior, se caracteriza pela forte captação de alunos de Concelhos vizinhos.

Quando analisada a evolução global da população escolar intrínseca do Concelho de Ansião para o horizonte de projecto verifica-se um decréscimo continuado até ao

ano de 2008, ano em que se regista uma inflexão da curva descendente. A explicação para esta situação reside no facto de Ansião possuir uma população muito envelhecida e apesar das variáveis escolhidas dos cenários de desenvolvimento do Concelho apontarem para um crescimento ligeiro e sustentado no futuro, o equilíbrio da pirâmide etária não é imediato pelo que necessita de um período de ajustamento, período esse que se alonga até 2007.

Figura II. 25 – Evolução da População Escolar

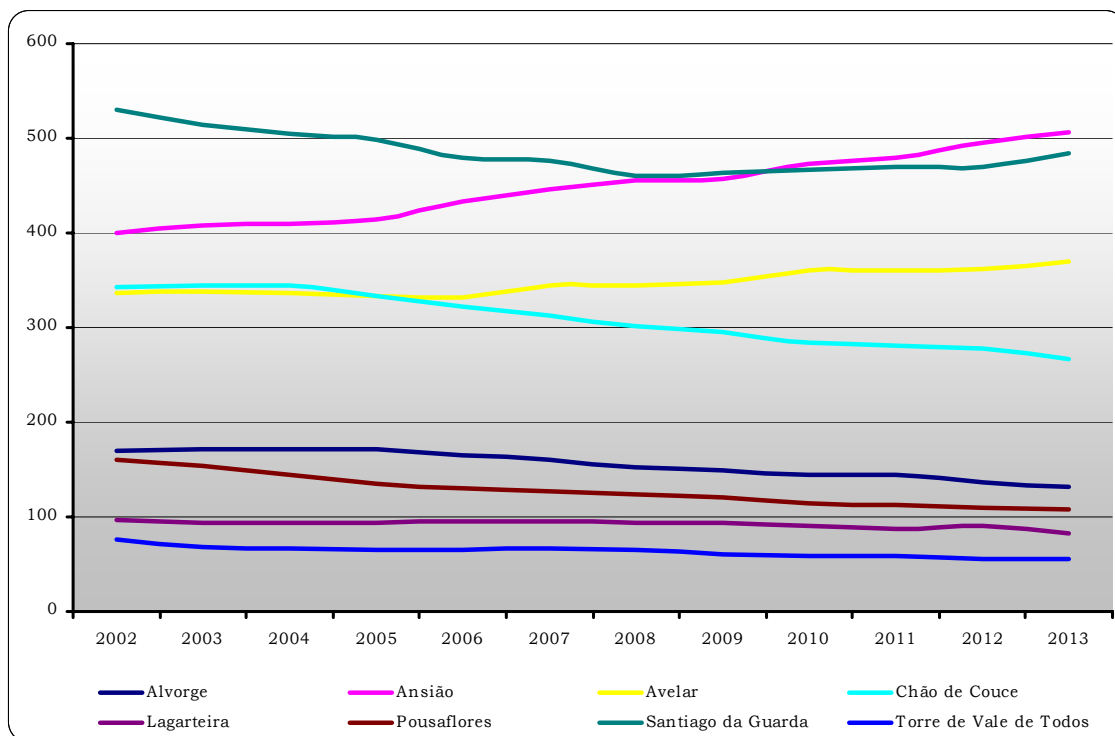


Fonte: Elaboração própria

Continuando a tendência já caracterizada no volume I da Carta Educativa, são as Freguesias de Avelar e Ansião que polarizarão a concentração de população pelo que denotam um crescimento continuado da população residente. Pelo nível de investimentos e pela dinâmica que se tem assistido, a Freguesia de Santiago da Guarda iniciará um período de crescimento demográfico a partir de 2008 posicionando-se solidamente no grupo de Freguesias que polarizam o crescimento em Ansião.

As restantes Freguesias caracterizam-se pelo seu continuado decréscimo populacional mantendo a tendência já verificada, por razões que se prendem com o forte envelhecimento populacional assim como pelo seu fraco posicionamento na hierarquia de aglomerados urbanos de Ansião.

Figura II. 26 – Evolução da População Escolar por Freguesia



Fonte: Elaboração própria

SÍNTESE

A vertente dos cenários de desenvolvimento assume um carácter macroscópico e poderá, à partida, não se perfilar como uma análise relevante no âmbito da Carta Educativa de Ansião. Contudo, atendendo que os objectivos do instrumento de ordenamento do território em causa passam também pela correcta adequação da oferta de ensino às necessidades do tecido económico, a importância da análise macroscópica adquire novo posicionamento. Para a correcta localização, programação e dimensionamento dos futuros equipamentos de ensino, ou remodelação dos existentes, é necessário conhecer as necessidades educativas para adequar as estruturas de apoio e a programação dos espaços às vertentes de ensino que terão maior procura. É incontestável que uma escola orientada para o ensino das Ciências e das Tecnologias terá uma programação e um dimensionamento completamente distinto de uma outra escola direccionada para o ensino das Letras.

Já os cenários relacionados com as projecções demográficas possuem natureza diferente. O efeito directo sobre o território é mais perceptível e as escolhas relacionadas com as variáveis incertas remetem o decisor para uma esfera de proximidade, e logo mais confortável.

A escolha do cenário de Convergência Global dota a economia nacional de dinamismo e diferenciação internacional, ocupando lugar de destaque as qualificações e competências técnicas da população. Em virtude das tendências pesadas que foram identificadas, os sectores económicos dominantes deverão estar relacionados com:

- i. Indústrias e serviços ligados ao sector automóvel e aeronáutico;
- ii. Serviços relacionados com a engenharia oceânica;
- iii. Indústrias e serviços da Saúde ligados à produção de consumíveis e equipamento médico-hospitalar, assim como na prestação de cuidados de saúde para as faixas etárias mais avançadas da população (ganhando preponderância a medicina de recuperação);
- iv. Indústria de produção de equipamento e software para o cluster das telecomunicações, com destaque para a inovação a introduzir pelas tecnologias *wireless* e, no longo prazo, pela fotónica;
- v. Indústria de lazer e turismo fortemente associado às faixas etárias mais idosas, sendo impreterivelmente acompanhado pelo desenvolvimento da indústria audiovisual e multimédia;
- vi. Indústria Conservação do Meio Ambiente;
- vii. Indústria de serviços à distância apresentando como base infraestrutural a Internet.

Embora não revestida de um desenvolvimento tão seguro quanto as outras vertentes aqui exploradas, considera-se que a conservação do meio ambiente começará a ganhar grande preponderância tanto ao nível de investigação científica como ao nível de uma economia específica de actividades relacionadas com práticas ecológicas ou verdes. A procura destes serviços e tecnologias será cada vez maior, pelo que se antevê um forte desenvolvimento deste sector nos anos finais do actual horizonte de projecto. Também a renovação das Indústrias Florestais em torno da produção de celulose mais articulada com o sector têxtil ganhará novos impulsos.

Apesar de estarem quantificadas as actividades económicas que deverão orientar as qualificações das populações no médio e longo prazo, é importante ressaltar que se trata de uma análise macroscópica que necessitará impreterivelmente de adaptações regionais, potenciando as riquezas locais que poderão coadjuvar o desenvolvimento regional e nacional. Neste sentido, Ansião e a sua envolvente, possuem um papel importante a desempenhar uma vez que se trata de uma região com uma extensa riqueza natural (floresta) e com uma forte implantação de indústrias transformadoras relacionadas com este recurso natural. Assim, e aproveitando algumas infra-estruturas educativas do Concelho, estão reunidas as condições para que Ansião se possa destacar como um Concelho que aposta na exploração e desenvolvimento da inovação e da especificidade no âmbito da adequação da oferta educativa às necessidades do tecido económico e na materialização de um potencial cluster económico da indústria transformadora, têxtil e de conservação do ambiente. Contudo, não basta salientar a existência deste ponto forte da região de Ansião, sendo imprescindível aumentar a capacidade inovadora do sector e primar pela qualidade da produção e pela investigação científica. A Carta Educativa de Ansião deverá prever a existência de unidades escolares onde possam ser ministrados cursos de vocação profissional (e também de formação profissional) directamente relacionados com este potencial cluster económico, oferecendo as qualificações técnicas e as condições necessárias para os alunos, que não pretendam ingressar no ensino superior, usufruírem de uma vida activa bem sucedida como quadros médios especializados⁵².

Ainda na vertente da oferta educativa, dando continuidade aos investimentos realizados em Ansião e na sua envolvente, e identificados em fases anteriores do presente estudo, existem condições para fomentar as qualificações na área dos plásticos e químicos, sector têxtil, alimentação, bebidas e tabaco e indústria extractiva relacionada com a madeira e o papel. Destes e compatibilizando a oferta educativa com aquilo que porventura serão as actividades económicas de maior relevância, a aposta deverá centrar-se nos plásticos e químicos, que serão uma componente importante da indústria de produção de componentes para o sector automóvel e aeronáutico, e no sector da indústria extractiva da madeira e do papel dando seguimento aos fortes investimentos verificados na região em que Ansião se insere. Também o sector da conservação dos recursos naturais mais ligados à floresta não deverá ser negligenciado pois representa potencialmente um grande cluster económico no futuro.

Não obstante a introdução desta vertente qualitativa sobre os planos curriculares que deverão orientar a oferta educativa futura, a Carta Educativa tem como objecto fundamental o reordenamento da rede educativa, sob o ponto de vista dos estabelecimentos de ensino. O modelo adoptado de estimação da população é a ferramenta crucial para um eficiente redesenho da rede educativa de Ansião. Os resultados da aplicação deste modelo, sintetizados no quadro II.18 e na figura II.24, serão os elementos centrais para o estabelecimento dos princípios orientadores para o reordenamento educativo pois permitirão identificar, juntamente com a caracterização e diagnóstico levado a cabo no volume I, as áreas mais susceptíveis de intervenções, colmatando as carências educativas e maximizando os recursos financeiros investidos.

Uma das conclusões mais importantes derivada da realização das projecções demográficas prospectivas é o facto de não existir uma redução significativa da

⁵² Uma das fraquezas estruturais da economia Portuguesa é a falta de quadros intermédios e de forte valência técnica.

generalidade da população escolar, ao contrário do que se verifica em muitas outras regiões do País e situação para a qual o Ministério da Educação tem vindo a alertar. Como alguns dos factores que contribuem para esta situação algo díspar da realidade nacional, poderão ser enumerados a forte captação de alunos de Concelhos limítrofes que Ansião observa e que contribuem fortemente para a estabilização da população escolar a frequentar a rede educativa concelhia, assim como explica as disparidades entre a evolução prospectiva da população escolar e a evolução registada da população escolar constante no volume I da presente Carta Educativa.